

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**O MOMENTO DE PLANTAR E O MOMENTO DE COLHER:
ESTUDO ETNOECOLÓGICO NA VILA DO FORTE,
VÃO DO PARANÃ – GOIÁS**

Raquel Lopes S. C. Grando

Orientador: Prof. Dr. Paul E. Little

Dissertação de Mestrado

Brasília-DF, Março de 2007.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**O MOMENTO DE PLANTAR E O MOMENTO DE COLHER: ESTUDO
ETNOECOLÓGICO NA VILA DO FORTE, VÃO DO PARANÁ - GOIÁS**

Raquel Lopes Sinigaglia Caribé Grandó

Dissertação de Mestrado submetido ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental, opção Acadêmica.

Aprovado por:

Paul Elliot Little, Doutor (DAN-CDS)
(Orientador)

Laure Emperaire, Doutora (CDS/UnB)
(Examinador Interno)

Ângelo Giuseppe Chaves Alves, Doutor (UFRPE)
(Examinador Externo)

Brasília-DF, 30 de março de 2007.

Ficha Catalográfica

V657

Grando, Raquel Lopes S. Caribé

O Momento de Plantar e o Momento de Colher: Estudo Etnoecológico na Vila do Forte, Vão do Paranã - Goiás, 147 p., (UnB-CDS, Mestre, Política e Gestão Ambiental, 2007).

Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável.

1. Etnoecologia

2. Comunidade negra rural

3. Vão do Paranã

4. Roças-de-toco

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

Raquel Lopes Sinigaglia Caribé Grando

Aos meus pais, Valdemar e Liliana, dedico este trabalho.

Ao Cerrado e seus moradores.

AGRADECIMENTOS

A todos os moradores do Forte, que direta e indiretamente contribuíram para este trabalho, meus sinceros agradecimentos.

Ao Sr. José Novaes, sub-prefeito do Forte, e sua esposa, Sra. Maria Caldeira, por terem me acolhido durante uma viagem de campo, e por toda ajuda e informações valiosas, sempre dispostos a me atender e responder minhas perguntas.

Ao Sr. Alexandre Motta, Secretário de Meio Ambiente de São João d'Aliança por todo apoio dado ao projeto e informações solicitadas.

Ao guia local Anderson Sinzervisk, pela atenção dada durante a longa e inesquecível caminhada na trilha da Serra Geral do Paranã, e pelos valiosos conhecimentos apresentados, que enriqueceram muito este trabalho.

A Anna Izabel, pela companhia compartilhada nas primeiras descobertas, e importantes conversas a respeito da comunidade.

Aos amigos Gustavo Valadão, Luiz Reis, Adilson Carvalho e Paula, e Igor Cruz, pela atenção e agradável companhia, e apoio durante a trajetória da pesquisa.

A professora Dra. Leila Chalub, por me apresentar a comunidade e apoiar todos os momentos do trabalho, e pelas lições passadas com carinho durante as disciplinas ministradas.

Ao meu orientador, Professor Dr. Paul Elliot Little, pela disposição em me ouvir e ajudar sempre que precisei, pelos valiosos conselhos e observações em relação à dissertação, e por confiar no meu trabalho, dando a liberdade necessária para que eu seguisse a direção na qual me identifiquei mais.

A professora Dra. Laure Emperaire por ter aceitado participar da banca.

À CAPES pela concessão da bolsa de mestrado.

Ao meu companheiro Sálvio Melo, por toda confiança, atenção e carinho. Sua ajuda e apoio durante esta trajetória foram fundamentais para que ela fosse percorrida. Agradeço seu amor, companheirismo e ensinamentos.

Aos meus pais, que me deram o apoio e a compreensão que foram valiosos e permitiram a realização deste trabalho. Ao S. Carlos e D. Fernanda, pelo carinho e apoio que sempre me guiaram.

Ao Gabriel, que me apresentou de forma especial, na sua pureza de criança, o Forte, seus rios, frutas, animais, que ele conhece muito bem.

A alguns moradores do Forte de quem tive o privilégio de me aproximar mais, e por quem tenho um carinho muito especial: Sr. Leão e D. Jove, Sr. Anísio, Sr. Waldo, Sr. Brígido, Sr. Nego, Sr. Veríssimo, D. Gercina e D. Porcina, Dora e Sr. Vitezinho, agradeço toda ajuda, carinho e hospitalidade, que não sei se conseguirei retribuir. Este trabalho é dedicado a vocês.

RESUMO

A comunidade negra rural Vila do Forte, localizada no sertão de Goiás, região do Vão do Paranã, foi estudada neste trabalho com o objetivo de realizar um levantamento etnoecológico a respeito do conhecimento ambiental de seus moradores. Procurou-se levantar as formas de uso dos recursos naturais bem como sua percepção sobre o ambiente natural. Os *especialistas nativos* foram escolhidos a partir de indicações da comunidade, sendo entrevistados os moradores mais antigos, pois detêm a experiência e conhecimento empírico tradicional. Pratica-se o sistema de agricultura itinerante das roças-de-toco, sendo identificadas as formas como o sistema é planejado com base na compreensão dos agricultores a respeito das fases da lua e sua influência nos cultivos e na natureza em geral. Este sistema encontra-se ameaçado por causa das mudanças em relação a posse de terras na região e pela mecanização da agricultura, fatos que têm impedido a sua continuidade. Por outro lado, os quintais são uma forma de subsistência praticada no Forte onde o conhecimento tradicional se mantém ativo. Foram estudados 5 quintais da comunidade, registrando 156 plantas cultivadas e 50 famílias botânicas. Destas, 57% são destinadas a alimentação e 19% tem uso medicinal. Temperos e ornamentação foram outros usos verificados. Roças e quintais são sistemas que contribuem para a manutenção da agrobiodiversidade local, além de permitirem a conservação *on farm* de recursos genéticos e variedades domésticas. Devido ao rico conhecimento a respeito da natureza e de seus elementos, adquirido secularmente e transmitido por gerações, a comunidade estudada cumpre um papel importante na conservação dos recursos naturais do Cerrado, principalmente através de suas formas de manejo e de sua riqueza cultural.

Palavras-chave: etnoecologia, comunidade negra rural, Vão do Paranã, roças-de-toco, quintais.

ABSTRACT

The black rural community of Vila do Forte located in the *sertão* of Goiás, area of Vão do Paranã, was studied in this work for the purpose of accomplishing an ethnoecological survey regarding their residents' environmental knowledge. It was tried to get the use ways of the natural resources as well as its perception on the natural environment. The *native specialists* were chosen by the community's indication, being interviewed the oldest residents, because they have experience and the traditional empiric knowledge. It is practiced the itinerant agriculture system of the slash-and-burn (*roça-de-toco*) being identified the ways by which the system is planned based in the farmers' understanding in regard to the moon's phases and their influences over the cultivations and over the nature in general. This system is threatened because of the changes in relation to the ownerships of lands in the area and for the mechanization of the agriculture, facts that have been impeding its continuity. On the other hand, the homegardens (back yards) are a subsistence form practiced in Forte where the traditional knowledge remains active. They were studied 5 community's homegardens, registering 156 cultivated plants and 50 botanical families. Of these, 57% are destined to the feeding and 19% has medicinal use. Seasonings and ornamentation were other verified uses. *Roças-de-toco* and homegardens are systems that contribute to the maintenance of the local agrobiodiversity, besides of allowing the conservation on farm of genetic resources and domestic varieties. Due to the rich knowledge regarding the nature and of their elements, acquired secularly transmitted by generations, the studied community accomplishes an important role, especially in the conservation of natural resources of Cerrado through its handling forms and of its cultural wealth.

Key word: ethnoecology, black rural community, Vão do Paranã, slash-and-burn, homegardens

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE TABELAS

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO	1
Etnobiologia e Etnoecologia	6
A Ecologia e as Etnociências	8
Objeto de Estudo	11
Coleta dos Dados	12

1. NORDESTE DE GOIÁS - Área de Estudo

1.1 VÃO DO PARANÃ

1.1.2 As Florestas Estacionais Deciduais

1.2 OCUPAÇÃO E IMPACTOS

1.2.1 Os Primeiros Habitantes

1.2.2 Ocupações Recentes

1.2.3 Impactos Ambientais e Conservação

2. VILA DO FORTE

2.1 CONTEXTO GEOGRÁFICO-HISTÓRICO

2.2 OS PRIMEIROS RELATOS: A ORIGEM DA VILA

2.2.1 Os Moradores contam a História

2.3 OS DONOS DA TERRA

3. ESPAÇOS DE CULTIVO E DE SUBSISTÊNCIA: ROÇAS E QUINTAIS DO FORTE

3.1 O SISTEMA AGRÍCOLA TRADICIONAL: ROÇAS-DE-TOCO

3.1.1 As “Qualidades” de Alguns Cultivos

3.2 O ESPAÇO DE CULTIVO DOMÉSTICO: QUINTAIS

3.2.1 Caracterização dos Quintais

Caracterização Socioeconômica	90
As Plantas e seus Usos	95
3.3 ATIVIDADES EXTRATIVISTAS	103
4. COSMOLOGIA E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS	107
4.1 O SABER DO TEMPO E O CONHECIMENTO ETNOFAUNÍSTICO	109
4.2 A CAÇADA DA RAINHA E OUTROS FESTEJOS	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	129
GLOSSÁRIO	137
ANEXOS	141

LISTA DE FIGURAS

Nº	TÍTULO	Página
1	Rio Paranã e sua mata ciliar bem preservada.	17
2	Região Nordeste de Goiás, suas cidades, rodovias e drenagem. Fonte: Zoneamento Geoambiental e Agroecológico Região Nordeste de Goiás (IBGE, 1995: 14).	18
3	Igreja de Nossa Senhora do Rosário, município de Flores de Goiás.	21
4	Imagem do Vão do Paranã, obtida na Serra Geral do Paraná, a aproximadamente 400m de altitude. Ao fundo encontra-se o Morro do Serrote, um dos limites do município de São João d'Aliança.	22
5	Serra Geral do Paranã, cujo sopé abriga a Vila do Forte.	22
6	Caminhão de madeira retirada ilegalmente na região do Vão do Paranã (Vila do Forte, fevereiro de 2006).	24
7	Imagem comum no Vão do Paranã: vaqueiros conduzindo a boiada (estrada no trecho Formosa-Vila do Forte).	31
8	Uma das cercas de pedras encontradas na Vila do Forte, típicas construções feitas por escravos africanos para limitar áreas de antigas fazendas.	33
9	Vastas e monótonas plantações de soja, uma paisagem comum no entorno de São João d'Aliança, primeiro município da Chapada dos Veadeiros.	37
10	10. Mapa da “Capitania de Goyaz (1809), Divisão em Julgados”. Fonte: http://www.observatoriogeogoiias.com.br , visitado em Julho de 2006.	43
11	Vila do Forte vista do alto da Serra Geral do Paranã	45
12	Ribeirão Piripiri, Vila do Forte.	50
13	Residência do Sr. Anísio, à esquerda, e do Sr. Vitezinho, que está na frente da casa, à direita.	53
14	Um exemplo da diversidade de árvores encontradas nos quintais do Forte. Nesta foto são encontradas mangueiras, <i>Mangifera</i> spp (1 e 3), fruta-pão, <i>Artocarpus incisa</i> (2), bucha (4), jabuticabeira, <i>Myrcia cauliflora</i> Berg. (5) e bananeira, <i>Musa</i> spp (6), no quintal da D. Jove.	65
15	Bandeja com o açafrão colhido dos quintais. Quando as folhas secam, a raiz do açafrão é retirada ficando exposta ao sol para secar, sendo depois moída para preparo do condimento.	66
16	À esquerda a farinha de mandioca, um dos principais produtos de base da alimentação na comunidade do Forte. À direita o bolo de puba, muito apreciado pelos moradores, que é preparado na folha da bananeira.	81
17	Um exemplo de maniva retirada de um quintal do Forte.	82
18	Mandioca-cascudinha, à esquerda, e mandioca-pão-da-china-roxa, à direita.	85
19	Esta foto ilustra a localização do quintal logo após a porta de saída da cozinha. Quintal do Sr. Anísio.	88
20	Casa e quintal de D. Dora, que funciona como uma pousada e um bar com mesas de sinuca.	89
21	Um dos principais comércios do Forte. A carne é um produto que nem sempre está disponível, somente quando os dois donos dos mercados abatem seu gado.	91
22	Moradores concentrados num jogo de pife.	92
23	A Igreja Nossa Senhora do Rosário, Vila do Forte.	93
24	Animais de criação.	94
25	No quintal da D. Jove são encontradas a batata-doce no estrato herbáceo, cana-de-açúcar e bananeira no estrato arbustivo, e fruta-pão do estrato arbóreo.	95
26	A planta ornamental chamada bananeira, no quintal da D. Jove.	98
27	Bandejas com a pimenta-joão-barandi colhida do quintal da D. Porcina.	99
28	A fruta-pão.	100
29	Usos das plantas em cinco quintais visitados na Vila do Forte.	101

LISTA DE TABELAS

Nº	TÍTULO	Página
1	Quantidade produzida na extração vegetal por tipo de produto extrativo para o Estado de Goiás e Microrregião do Vão do Paranã no ano de 2005.	25
2	Utilização das terras em Goiás e Microrregiões do Nordeste goiano no ano de 1996.	36
3	População da Vila do Forte nos anos 1890, 1900, de 1907 a 1912, e 2000.	48
4	Relação de proprietários dos estabelecimentos rurais do município do Forte recenseados no Estado de Goiás em 1920.	57
5	Lista de Assentamentos da Reforma Agrária no território da Vila do Forte e sua situação fundiária.	61
6	Calendário da agricultura realizada na Vila do Forte.	74
7	Variedades de mandioca conhecidas no Forte e sua classificação de acordo com a toxicidade.	82
8	Variedades de cana-de-açúcar conhecidas no Forte.	86
9	Características socioeconômicas das casas e quintais de alguns moradores do Forte.	93
10	Quantidade de Famílias Botânicas e de plantas encontradas nos cinco quintais visitados.	96
11	Algumas espécies de plantas usadas no Forte para tingir as peças feitas artesanalmente de algodão, e as respectivas cores que forneciam.	105
12	Uso medicinal da fauna descrito por moradores do Forte.	116
13	Calendário das Festas religiosas da Vila do Forte.	117
14	Lista de plantas encontradas na trilha da Serra Geral do Paranã em direção ao Forte: locais onde são encontradas e usos populares. Informações: Anderson Szervinsk.	142
15	Plantas medicinais do Forte e seus respectivos usos.	144

*Eh, boiadeiro,
o fim desta estrada
onde é que vai dar?
No fim desta estrada,
tem cinco lagôa
tem dez capoeira,
tem vinte frechá.
Depois vem a serra,
subindo nas serra,
lá em riba, no chá,
e oiando pra baixo,
as nuve lá embaixo
parece boiada.
No pé dessas Serra
tem mata fechada.
As noite vai indo
os dia vem vindo,
Vancê vá seguindo
Que não tem errada.
Dispois disso tudo
tem mais outra estrada?
Depois dessa estrada?
Tem muitas estrada.
Tem sempre o BRASÍ...
Depois do BRASIL?
Dispois não tem nada.*

Luiz Peixoto, "Estradas"

INTRODUÇÃO

O Urucúia vem dos montões oestes: mas, hoje, que na beira dele, tudo dá – fazendões de fazendas, almargem de vargem de bom render, as vazantes; culturas que vão de mata em mata, madeiras de grossura, até ainda virgens dessas lá há. O Gerais corre em volta. Esses gerais são sem tamanho. O sertão está em toda parte.

Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*.

O objetivo do presente trabalho foi realizar um levantamento do conhecimento tradicional de moradores em uma comunidade negra rural no nordeste de Goiás, região do Vão do Paranã, chamada Vila do Forte, a partir dos referenciais teóricos da etnoecologia. A busca pela compreensão das formas como o ser humano entende e conhece o seu meio foi uma meta que se procurou alcançar nesta pesquisa. A comunidade, inserida num rico fragmento de Cerrado, tem uma convivência secular com os elementos que integram este espaço geográfico, usando de seus recursos e planejando suas atividades de manejo baseada numa detalhada e complexa observação dos fenômenos naturais e da vida em seu redor, muitas vezes atenta para que haja um retorno ecológico a cada ciclo de atividades.

Para tanto, não bastou somente descrever este conhecimento, foi preciso entender em que contexto histórico, geográfico e cultural ele foi e é construído, analisando também o contexto em que se encontra a comunidade na atualidade. Foi necessário, portanto, decifrar uma história registrada em fragmentos, pois, sendo tão antiga, encontra-se dispersa em muitas e variadas fontes de pesquisa, dentre estas, documentos datados do século XIX e valiosos depoimentos de antigos moradores da comunidade.

A Vila do Forte localiza-se no sertão de Goiás, a aproximadamente 250 km de Brasília. O acesso é feito através da BR-020 e da GO-118 (divisa Distrito Federal - Goiás) até o município de São João d'Aliança, do qual o Forte é distrito. Para se chegar à comunidade existem três principais vias. Duas delas são de estradas de terra que partem do município, a estrada da “Cachoeirinha” e a do “Morro do Chapéu”. Em ambas, percorrem-se aproximadamente 85 km até

o Forte. As duas estradas descem pela Serra Geral do Paranã, divisa física entre o município e seu distrito, e uma das barreiras físicas do Vão homônimo. Nos dois trechos é possível observar a paisagem sertaneja, recortada em cursos d'água que são atravessados por rústicas pontes de madeira, e propriedades rurais cercadas por matas e fisionomias campestres bem preservadas.

A outra forma de acesso ao Forte se dá via o município de Flores de Goiás, de onde se percorrem 45 km de estrada não asfaltada até a Vila.

O Vão do Paranã, observado num primeiro momento, pode passar a impressão de ser pouco habitado, devido principalmente ao seu isolamento geográfico. Parece também ser um lugar onde “o tempo parou”. Porém, ao percorrer suas serras e atravessar as extensas propriedades rurais, são percebidos diversos povoados e largas fazendas de gado. A presença humana foi enraizada através de séculos de coexistência com a natureza deste sertão.

A palavra sertão, para os seus habitantes humanos, traz um complexo emaranhado de significados, fortemente ligados as condições da natureza apresentadas neste ambiente. Cabe aqui fazer uma breve reflexão a esse respeito. De acordo com Ferreira (1988: 597), sertão é definido como a “região agreste, distante das povoações ou das terras cultivadas; terreno coberto de mato, longe do litoral. Interior pouco povoado; interior semi-árido, região mais seca do que a caatinga, onde a criação de gado prevalece sobre a agricultura, e onde perduram tradições e costumes antigos”.

De fato, a imagem de isolamento, vazio e aridez normalmente são associadas a esta fisionomia geográfica. Entretanto, a paisagem no sertão também é permeada por nascentes e ribeirões, e por uma natureza rica e diversificada bem característica. O sertão de Goiás, especificamente, é habitado desde muito antes da colonização do país por povos que já manejavam os recursos naturais, criando mosaicos e modificando a paisagem. Por tanto tempo de convívio com o homem, o sertão de Goiás, em especial, o Vão do Paranã, guarda uma valiosa sociodiversidade.

Por este motivo, entre outros, as cidades desta região têm uma importância histórica para o estado que merece e deve ser conhecida e valorizada. Muitas delas se formaram durante os ciclos econômicos da mineração em Goiás, como Cavalcante, São Domingos e Posse. Porém, até pouco tempo atrás, o Vão do Paranã era um lugar esquecido pelo governo e políticos, não sendo incluído em projetos de desenvolvimento ou propostas de políticas públicas. Apenas a criação de

gado prevalecida nos imensos alqueires de pastagem natural, sendo uma atividade que desde a entrada das primeiras bandeiras na região se tornou economicamente viável e rentável.

Somente a partir da década de 1950, começou-se a investir na expansão das atividades de agricultura e pecuária, através de projetos de desenvolvimento regional, e tais medidas acarretaram mudanças significativas na relação dos seus moradores com a terra, trazendo conseqüências diretas nos modos de produção de pequenos agricultores e produtores, que dependem dos recursos naturais para a sua subsistência. Essas questões serão tratadas com mais detalhes neste trabalho.

Conforme relatos de moradores da Vila do Forte, coletados nesta pesquisa, os habitantes do Vão do Paranã são reconhecidos como sertanejos pelos moradores da chapada, a outra região geográfica existente no nordeste goiano. Pelo que foi observado nos depoimentos, pode-se supor a existência de uma clara diferença delimitada pelos habitantes dessas duas regiões, uma do “alto” e outra do “baixo”. Nessa distinção, os moradores da Chapada dos Veadeiros são chamados de “chapadeiros” pelos moradores do Vão. No Forte, seus habitantes parecem reconhecer que a comunidade está inserida no sertão, sendo o Vão reconhecido também dessa forma pelas pessoas que não são desses baixios. Esta diferença de denominações não diz respeito somente a região geográfica em que se encontram as duas localidades, conforme discute Chaves (1993: 214) em seu trabalho realizado no sertão mineiro. Para a autora, os termos “vão” e “chapada”, mais do que nominar a anatomia do relevo, designam formas distintas de ocupação do terreno, de distribuição populacional, e de modos de exploração econômica e atribuição social de valor a terra.

A região do Vão, importante centro econômico devido à pecuária, teve seu status alterado quando as atenções se voltaram para a Chapada dos Veadeiros, a partir da década de 1980, após a introdução das técnicas de calagem, que visavam diminuir a acidez do solo associada a alta saturação de alumínio. Essa inovação tecnológica permitiu a intensa exploração dos solos da chapada para a produção de grãos, principalmente a soja. De acordo com dados do IBGE (1995), até 1980 a cultura da soja praticamente inexistia na região. De dois hectares de área plantada neste ano, passou para 22.910 hectares em 1989, aumentando significativamente, a partir de então, a produtividade dessa cultura. A aplicação das técnicas de calagem trouxe também uma nova configuração à população, devido à entrada de fazendeiros sulistas atraídos pela sojicultura.

O Vão, diante dos efeitos dessas inversões, tornou-se sinônimo de atraso, pobreza e isolamento, mesmo com as atividades da pecuária sempre em expansão.

Sugere-se que os fatos descritos acima acentuaram ainda mais a distinção entre chapadeiros e sertanejos. No Forte, os moradores mais velhos se auto-definem como sertanejos, e parecem se orgulhar ao se considerarem assim, apesar do descaso e desinteresse político em relação a sua região. Ao se afirmarem como sertanejos, os moradores reforçam seu regionalismo, principalmente em relação a população da chapada, formada cada vez mais por moradores de outros estados.

De acordo com Diegues; Arruda (2001), os sertanejos penetraram o Brasil Central, atingindo campos cerrados e desenvolvendo atividades extrativistas, roças de subsistência e explorando os recursos ao redor para prover seu sustento. Também estão ligados às atividades de pastoreio. São considerados, pelos autores, como populações tradicionais não-indígenas, a partir de algumas características relacionadas às suas formas de sobrevivência e à relação com o seu território.

As populações tradicionais podem ser identificadas a partir de alguns critérios demonstrados por Little (2006), entre estes: o uso sustentável da terra, através da importância dos ciclos naturais nas práticas produtivas dessas populações, e do conhecimento profundo que estes possuem a respeito do seu ecossistema; o destino da produção ser, basicamente, a subsistência; por possuírem um vínculo territorial relacionado a ancestralidade e a memória coletiva; e por apresentarem uma organização social de pequena escala, baseada na unidade familiar.

Diante destes critérios, a comunidade do Forte pode ser considerada tradicional por apresentar algumas das características expostas acima, que estarão sendo observadas ao longo desta dissertação. Além disso, na formação da sua população, foi marcante a presença da cultura negra africana, que entra na região do Vão com os escravos que, acompanhando as bandeiras, trabalhavam como “mão-de-obra” na exploração da terra e nas atividades mineradoras. Os negros africanos detinham técnicas de exploração dos rios e de mineração, sendo imprescindíveis no desenvolvimento desta atividade.

Há relatos, no Forte, de exploração de ouro, como será descrito neste trabalho, e a presença histórica do negro foi confirmada, entre outras coisas, por depoimentos de moradores que relataram sobre os escravos que viveram na vila. A presença do negro no meio rural é relacionada, de acordo com Schmitt et al. (2002), às fugas da escravidão, e conseqüente ocupação

de terras livres e isoladas, bem como devido à heranças, doações, terras recebidas do Estado como pagamento de serviços, compra de terras após a alforria, ou mesmo pela permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades.

O termo "comunidades negras rurais" é usado, portanto, para se referir aos povoados formados a partir da instalação destes escravos e ex-escravos no meio rural, espaço onde realizavam seus manejos e praticavam sua cultura. No Forte, foi essa a configuração que marcou o início de seu povoamento, mesclada aos imigrantes nordestinos que adentraram nesta região no século XIX, desagregados das grandes fazendas de açúcar devido a decadência desta atividade econômica.

As comunidades negras rurais podem ser definidas também em relação a sua estrutura agrária, pressupondo uma modalidade de utilização da natureza que é codificada e que determina sua identidade coletiva, conforme discute Wagner (1999). O autor aponta o caráter de coletividade relacionado aos usos dos recursos hídricos, de caça, pesca e extrativismo, o qual apenas as roças são individualizadas num plano familiar. O manejo dos recursos naturais geralmente pressupõe uma consciência ecológica, de acordo com o autor, que define os territórios manejados por estas comunidades como muito preservados, em relação às terras de fazendeiros que realizam atividades agrícolas para atender os grandes mercados.

A característica de conservar o seu ecossistema e o meio ambiente, geralmente relacionada às práticas de manejo das comunidades tradicionais rurais, pode ser investigada através da etnoecologia. Este campo de pesquisa possibilita estudos abrangentes, e pode, através de seu arcabouço teórico interdisciplinar, demonstrar que os pequenos produtores rurais possuem um detalhado conhecimento do seu ecossistema¹, incluindo os organismos e ambiente físico que nele interagem, e que conseguem planejar suas atividades de manejo de forma a manter os sistemas ecológicos em seu estado estacionário dinâmico (RICKLEFS, 2003) natural.

No caso da Vila do Forte, a sua localização geográfica é privilegiada. A vila se encontra num baixio, ao sopé da Serra Geral do Paranã, sendo abastecida pelo Ribeirão Piripiri, um dos cursos d'água que nasce na serra. A disponibilidade de água constante ao longo do ano, mesmo nos meses de estiagem, dá à Vila uma configuração especial à paisagem, onde se observa um

¹ O ecossistema é a unidade funcional básica da ecologia, pois inclui tanto os organismos quanto o ambiente abiótico. Pode ser considerado ecossistema qualquer unidade que abranja todos os organismos que funcionam em conjunto (a comunidade biótica) numa dada área, interagindo com o ambiente físico de tal forma que um fluxo de energia produza estruturas bióticas claramente definidas e uma ciclagem de materiais entre as partes vivas e não vivas (ODUM, 1988: 9).

verde que se destaca devido às árvores frutíferas e outros cultivos encontrados nos quintais dos moradores.

De acordo com Ab'Sáber (1999), baixios são regiões do sertão localizadas próximas a encostas de chapadas e maciços antigos, que captam a umidade de barlavento, funcionando como piemontes de acumulações detríticas retentoras de água, onde agrupam-se nascentes ou fontes. O autor considera que os sertanejos tiveram muita facilidade para dominar estes baixios, aproveitando sua fertilidade para o estabelecimento de culturas anuais e fruteiras. O autor denomina estes baixios férteis de “ilhas de umidade” e “brejos”, paisagens que conseguem quebrar a monotonia das condições físicas e ecológicas dos sertões secos, enriquecendo a produtividade agrária local (1999: 16).

As condições ambientais privilegiadas permitiram ao morador do Forte explorar de muitas formas os recursos naturais, principalmente através da agricultura. Esta atividade, que desde os tempos pré-históricos tem contribuído para a fixação das populações humanas ao ambiente rural, geralmente se faz acompanhar de outras práticas, pois o uso múltiplo dos solos é uma característica comum aos camponeses, indígenas e outras populações rurais (ALVES, 2005).

Baseado nas características acima descritas, este trabalho pretendeu investigar as formas de manejo praticadas por moradores da comunidade do Forte, através da realização de um levantamento etnoecológico do conhecimento tradicional envolvido nas práticas de subsistência.

Etnobiologia e Etnoecologia

O termo etnoecologia foi primeiramente usado em 1954, entretanto não há ainda consenso quanto a sua definição (MARTIN, 2001). Toledo (2001: 457) define o termo como sendo “o estudo interdisciplinar de como a natureza é percebida por grupos humanos, através de um anteparo de crenças e conhecimentos, e como estes grupos, através dos seus símbolos, usam e/ou manejam os recursos naturais”. Mais recentemente, alguns pesquisadores têm proposto uma definição alternativa, considerando a etnoecologia como um campo emergente com o foco na percepção e manejo das comunidades tradicionais², de suas relações complexas que co-evoluíram

² O termo usado foi traduzido a partir da expressão “local people”, que Martin (2001: 610) usa para indicar culturas que são encontradas em uma parte específica do mundo. Como algumas comunidades locais nem sempre podem ser consideradas tradicionais, obedecendo a critérios de Little (2006), optou-se neste trabalho por usar o termo “comunidades tradicionais”.

entre componentes culturais, ecológicos, e econômicos dos ecossistemas antropogênicos e culturais (MARTIN, op. cit.).

De acordo com Toledo (1990), as populações tradicionais usam elementos de raciocínio adquiridos empiricamente para obter seu conhecimento prático a respeito do meio em que vivem, bem como formas de explorá-lo, freqüentemente criando mecanismos de auto-contenção para protegê-lo e conservá-lo. Também apresentam um complexo ordenamento de conhecimentos sobre a natureza, incluindo conhecimentos sobre os componentes dos ecossistemas (plantas, animais, solos e fenômenos climáticos) e suas interações, assim como sobre as formas concretas que estes tomam na paisagem e suas próprias dinâmicas.

O estudo etnoecológico permite uma abordagem ampla, abrangendo a etnohistória de uma comunidade tradicional estudada, suas relações sociais, suas relações com o ambiente natural e um conjunto de conhecimentos envolvidos nestas relações.

Neste trabalho, buscou-se analisar três vertentes da etnoecologia apresentadas por Toledo (2001): o *corpus*, a *praxis* e o *cosmos*, no repertório de conhecimentos da comunidade negra rural do Forte (GO).

De acordo com Toledo (2001), *cosmos* é definido como a visão que as sociedades locais possuem de que sua terra e a natureza apresentam um elemento sagrado; o *corpus* representa o repertório de conhecimentos ecológicos que sintetizam informações de fontes como as experiências acumuladas ao longo do tempo histórico, e que são transmitidas de geração a geração por certo grupo cultural. Também engloba as experiências socialmente compartilhadas e as experiências individuais, particulares, alcançadas através da repetição dos ciclos anuais naturais e produtivos, enriquecidas pela percepção de suas variações e condições não previsíveis (TOLEDO, 2001: 458). Este conhecimento abrange não só os aspectos estruturais da natureza, mas abarca a dimensão dinâmica, relacional, e utilitária dos recursos naturais (*Ibid.*: 459).

Por fim, o autor considera que a *praxis* envolve as estratégias de uso múltiplo empregadas por povos tradicionais para interferir na paisagem natural, praticando a subsistência através da manipulação dos componentes e processos ecológicos (que incluem sucessão de florestas, ciclos de vida e movimentos de materiais) (TOLEDO, 2001: 460). Para o autor, a criação de mosaicos na paisagem, manipulada pelas estratégias de multiuso em áreas originalmente cobertas por somente uma comunidade natural, representa um mecanismo originado pelas ações humanas que teoricamente tende a manter (e muitas vezes aumentar) a biodiversidade.

Por permitir a divulgação e interpretação do conhecimento nativo, a etnoecologia, como área de pesquisa, tem uma atuação indispensável, uma vez que se investiga o papel da natureza no sistema de crenças e de adaptações do homem a determinados ambientes. Esta imbricação entre os mundos natural, simbólico e social exige uma abordagem interdisciplinar de caráter trans-cultural, no estudo das diferentes culturas; esta inter-relação é provida pelo estudo etnoecológico. Os seus resultados se apresentam, dessa forma, como um referencial importante, na medida em que revelam os parâmetros culturais que norteiam as ações das comunidades tradicionais sobre o seu ambiente (POSEY, 1987a).

A Ecologia e as Etnociências

O termo “ecologia” foi publicado pela primeira vez em 1869 pelo biólogo alemão Ernst Haeckel, quando passou a ganhar um significado mais amplo. O cientista definiu Ecologia como sendo “o estudo de todas as inter-relações complexas denominadas por Darwin como as condições da luta pela existência”, conforme descreve Ricklefs (2003). A espécie humana faz parte dessas inter-relações, pois também necessita conhecer o seu ambiente, ou seja, os elementos da natureza, a flora e a fauna ao seu redor, para garantir a sua sobrevivência (ODUM, 1988).

Inicialmente, os ecologistas excluíaam o homem de suas análises, dividindo a ecologia em ecologia vegetal e ecologia animal (ADAMS, 2000). Entretanto, no começo dos anos 70 a ecologia passou a se tornar cada vez mais uma disciplina integrada que une as ciências naturais e sociais, sendo considerada, de acordo com Odum (1988), uma ciência exata e aplicada pois considera que o comportamento humano relaciona-se intimamente na estrutura e função dos ecossistemas.

A partir do estudo dos níveis de organização biológicos (comunidades, populações, organismos, órgãos, células e gene), somado aos componentes abióticos (matéria e energia) que formam os biossistemas, a ecologia estuda as relações entre estes níveis, ou seja, estuda a relação dos organismos vivos com o seu meio físico, considerando que ambos se influenciam e são interdependentes. Principalmente, a ecologia foca seu estudo nos níveis de sistemas além daquele do organismo: na população - grupo de indivíduos de uma dada espécie - e na comunidade - da qual fazem parte todas as populações que ocupam uma dada área (ODUM, 1988).

Os ambientes criados e dominados pelas atividades humanas, incluindo os espaços urbanos e suburbanos, as terras cultivadas, plantações etc., são também considerados sistemas

ecológicos, e o bem-estar do homem depende da manutenção do funcionamento destes sistemas (RICKLEFS, 2003). É também válida a recíproca de que o bem estar dos sistemas ecológicos depende de uma relação equilibrada, no sentido das trocas energéticas, com seus habitantes, inclusive humanas.

Já que a ecologia têm sido uma ponte que permite a interação entre as ciências naturais e sociais, possui potencial para a aplicação em assuntos humanos, inclusive na tentativa de resolver problemas críticos, uma vez que as situações do mundo real quase sempre incluem componentes de ciência natural e sócio-econômico-político (ODUM, 1988). Dessa maneira, quando a palavra Ecologia aparece antecedida do prefixo “Etno”, implica, segundo Martin (1995) que as pesquisas estarão explorando a percepção de populações humanas locais e o seu conhecimento “etno” científico e cultural.

Portanto, por analisar as complexas relações dos seres vivos com o seu meio natural, a ecologia pode emprestar seu arcabouço teórico e prático aos estudos etnoecológicos. Entretanto, é importante considerar que estes estudos vão além de um simples inventário de nomes nativos de plantas ou de práticas produtivas de um grupo humano, pois procuram entender sua adaptação como fundamentada em *sistemas integrados*, dentro de uma lógica própria de transmissão de conhecimento e aprendizagem (LITTLE, 2002b: 41).

Nos estudos etnoecológicos estão incluídas, principalmente, as sociedades humanas de contato mais direto com a natureza e suas formas de apropriação dos recursos naturais. A etnoecologia surgiu como uma ferramenta que possibilitou entender melhor as complexas relações do homem com a natureza, em grupos humanos que convivem mais diretamente com o ambiente natural. O seu caráter interdisciplinar permite que o estudo das sociedades humanas seja o mais holístico possível, já que usa de teorias e metodologias da Antropologia e das Ciências Biológicas.

Marques define a etnoecologia como:

O estudo das interações entre a humanidade e o resto da ecosfera, através da busca da compreensão dos sentimentos, comportamentos, conhecimentos e crenças a respeito da natureza, característicos de uma espécie biológica (*Homo sapiens*) altamente polimórfica, fenotipicamente plástica e ontogeneticamente dinâmica, cujas novas propriedades emergentes geram-lhes múltiplas discontinuidades com o resto da própria natureza. Sua ênfase, pois, deve ser na

diversidade biocultural e o seu objetivo principal, a integração entre o conhecimento ecológico tradicional e o conhecimento ecológico científico (2001: 49).

A etnoecologia é, portanto, a disciplina encarregada de estudar as concepções, percepções e conhecimentos sobre a natureza que permitem as sociedades rurais produzir e reproduzir as condições materiais e espirituais de sua existência social através de um manejo geralmente adequado dos seus recursos naturais e ecossistemas (TOLEDO, 1990).

O interesse no estudo das formas de manejo de determinadas sociedades humanas, como indígenas, camponeses, pescadores artesanais, caiçaras entre outros, se dá pelo fato de que tais sociedades freqüentemente possuem um profundo conhecimento do seu meio ambiente e em geral desenvolvem técnicas apuradas para explorá-lo, muitas vezes de maneira sustentável. O estudo deste conhecimento pode também fornecer elementos importantes para pensar-se o manejo e a gestão de recursos ambientais, de maneira a promover a sustentabilidade de sua exploração.

Para Berlin (1992), as sociedades humanas tradicionais possuem um conhecimento sobre o seu meio ambiente acurado e detalhado, construído de acordo com suas necessidades adaptativas, e relacionado à sua realidade social e cultural. Posey (1996) argumenta que os povos tradicionais possuem vasta experiência na utilização e conservação da diversidade biológica e ecológica, sendo que a preservação desta biodiversidade depende diretamente da preservação da sua diversidade cultural. O autor relata que o conhecimento bem desenvolvido destes povos, em relação à fauna e flora de seu meio, os leva a reconhecer que estes fazem parte de uma zona ecológica específica que representa um sistema de interações entre seus elementos, incluindo as próprias pessoas.

Este precioso conhecimento dos povos tradicionais a respeito dos ecossistemas que habitam, apesar de pouco estudado, encontra-se em grande risco de desaparecimento, agravado pelas inúmeras invasões dos seus territórios, o que coloca em questão a sua própria sobrevivência como grupos (LITTLE, 2002b).

A sofisticada abordagem holística e interdisciplinar proposta pelas pesquisas etnoecológicas conduziu a um salto qualitativo na maneira como o saber local era considerado – ingênuo, rudimentar, ou mesmo selvagem – para um reconhecimento de que as culturas locais conhecem intimamente suas plantas, animais e recursos físicos, sendo as sociedades locais são

peritas em lidar com as exigências cotidianas de sobrevivência, aproveitando as oportunidades mais efêmeras (NAZAREA, 1999).

Dado o seu caráter interdisciplinar, um levantamento etnoecológico deve ser orientado para dois objetivos principais de investigação: (1) as visões de natureza, apresentadas pelos grupos humanos, que podem ser analisadas através de suas crenças, conhecimentos e objetivos; (2) as formas de apropriação da natureza por grupos humanos, conforme suas próprias imagens (TOLEDO, 1992). Pode-se também dividir o estudo etnoecológico em quatro etapas principais: a descrição detalhada do ecossistema, ou seja, do espaço produtivo em estudo; a decodificação do *corpus* da sociedade estudada; a análise das formas de apropriação dos recursos naturais (*praxis*) utilizadas por esta sociedade; e a avaliação ecológica dessa *praxis* através da análise do impacto do uso destes recursos sobre a estrutura do ecossistema em questão (*Ibid.*: 10).

Tanto a etnoecologia quanto a ecologia atualmente coexistem: uma, no seio dos espaços culturais exógenos à produção científica e tecnológica (a popular); a última (a erudita), no seio mesmo dos espaços produtores da ciência e da tecnologia (MARQUES, 1991).

Objeto de Estudo

Os moradores da comunidade do Forte praticam a agricultura como forma de subsistência há pelos menos dois séculos. Nesta atividade, estão manejando o ecossistema local e fazendo uso dos recursos do Cerrado. Uma das formas de abordagem das práticas agrícolas, incluindo também o cultivo de quintais e hortas domésticas, é através do estudo da agrobiodiversidade destes sistemas. A agrobiodiversidade inclui a variedade e variabilidade de animais, plantas e microorganismos que são necessários para manter as funções essenciais dos agroecossistemas, suas estruturas e processos para, e em apoio de, produção de alimentos e segurança alimentar (FAO/CDB, 1998 *apud* CLEMENT et al. *no prelo*).

De acordo com o MMA (2004) ainda são poucas, no Brasil, as experiências relacionadas a uma abordagem sistêmica da agrobiodiversidade. Apesar desta constatação, existem no país trabalhos que analisam os sistemas de subsistência, com enfoque para o seu papel como sistemas de agrobiodiversidade, realizados com populações indígenas, ribeirinhas e caboclas, na região amazônica, e com populações caiçaras na Mata Atlântica. Entretanto, abordagens dessa natureza feitas em comunidades tradicionais rurais que vivem nos ambientes de Cerrado são praticamente

inexistentes. Diante deste fato, e entendendo que a agrobiodiversidade está relacionada intrinsecamente com a diversidade cultural de um povo ou de uma região, optou-se neste trabalho por analisar as formas de subsistência dos moradores da comunidade negra rural do Forte, roças e quintais, procurando atentar para a importância destes sistemas na manutenção da agrobiodiversidade, e tendo como ponto de partida o estudo etnoecológico do conhecimento e formas de manejo existentes no *corpus* e *praxis*, e *cosmos* destes moradores.

Coleta dos Dados

A coleta de dados do conhecimento ecológico tradicional de moradores da Vila do Forte foi realizada, principalmente, através de entrevistas semi-estruturadas, procurando seguir uma metodologia geradora de dados (POSEY, 1987a). Métodos de construção de “guias-ênicos” (RÊGO, 1994) também foram realizados, para cada viagem de campo. Este método consiste em utilizar expressões e termos locais para orientar as conversas com os moradores, buscando, a cada entrevista, acrescentar informações já coletadas, com o objetivo de seguir uma seqüência lógica de dados que direcione as novas coletas, utilizando uma linguagem mais próxima da fala regional, na tentativa de diminuir as diferenças culturais e dando um caráter mais informal à entrevista.

Conversas informais e observações do dia-a-dia da comunidade também foram formas de se coletar informações e fazer uma aproximação de maneira menos invasiva. Foi realizado *backup* de fotografias e de algumas entrevistas, a fim de retomar alguns pontos de maior importância, no caso das entrevistas, e de identificar as plantas pelos nomes locais para auxiliar na identificação das famílias botânicas, a partir do reconhecimento das espécies fotografadas pelos moradores.

Foram feitas cinco viagens a campo, entre fevereiro e dezembro de 2006, de duração de sete dias, e num intervalo de três meses entre cada visita, em média. Nas primeiras idas, que foram feitas a pé³ pela estrada à cavaleira⁴ da Serra Geral do Paranã, foi fundamental a presença

³ Para chegar a pé na comunidade é preciso ir de carro até a comunidade do Sertanejo, que fica a 90 km de São João d'Aliança. Deixa-se o carro na casa de uma moradora, a D. Ana, e começa a trilha a pé. São aproximadamente 20 km até o Forte, através de uma trilha que desce a Serra Geral do Paranã.

⁴ Estrada à Cavaleira: caminhos estreitos ou trilhas íngremes e tortuosas que somente podem ser percorridas a pé ou em montaria (BAIOCCHI, 1999: 20).

do guia local Anderson Sinzervisk, que conhece detalhadamente a região, a história do povoado do Forte, e também a flora, fauna e geologia do local. Suas informações foram muito valiosas durante as quase quatro horas de caminhada, e algumas delas, a respeito da flora local, encontram-se na Tabela 14 do Anexo deste trabalho. Como o guia conhecia muitos moradores da comunidade, foi fundamental para os primeiros contatos. O fato também das primeiras conversas terem sido realizadas com a sua presença facilitou a empatia entre os moradores e a pesquisadora, diminuindo um pouco o impacto das diferenças culturais entre ambos.

Durantes as primeiras viagens, procurou-se realizar um diagnóstico da comunidade a fim de entender sua rotina, o dia-a-dia e os hábitos dos moradores. A cada conversa com esses moradores, procurou-se apresentar a pesquisadora, esclarecendo as razões do interesse em conhecer a história da comunidade, explicando de forma simples quais eram os objetivos e intenções do trabalho. Foi importante para o andamento da pesquisa que fosse compreendido pelos moradores os motivos que traziam uma pessoa de fora à sua comunidade, em algumas vezes ao longo do ano, o que evitou possíveis enganos quanto as intenções da visitas. A simpatia e o acolhimento dos moradores foram fundamentais para que a pesquisa atingisse seus objetivos. As impressões pessoais e os acontecimentos observados durante a estada no campo eram anotados em um caderno, que também foi uma fonte de dados importante, sempre consultado ao longo de toda a pesquisa.

Após algumas visitas e conversas com moradores do Forte e do seu município, São João d'Aliança, foram selecionados os “especialistas nativos” (MARQUES, 1995) que poderiam apresentar o conhecimento local. Como a intenção deste trabalho foi de levantar o conhecimento etnoecológico e tradicional da comunidade, em relação ao seu meio natural, optou-se por escolher moradores mais antigos, pois são os que mais detêm este conhecimento. De fato, os moradores mais velhos eram sempre apontados como os que mais conheciam a região e os que mais sabiam da história do local. De acordo com Marques (op. cit.), os especialistas nativos são reconhecidos na comunidade como detentoras de maior conhecimento.

Foram assim entrevistados nove moradores do Forte, nascidos no local. Também foram entrevistados membros da prefeitura do município: o Secretário de Meio Ambiente, Sr. Alexandre Motta, e a funcionária Sra. Zéria Severo Costa, nascida no Vão do Paranã e que conhecia bem a comunidade do Forte e as espécies de flora do Cerrado. O número de entrevistas variou entre cada morador, dependendo da sua disponibilidade quando foram realizadas as visitas

a campo. No total foram transcritas aproximadamente 240 minutos de entrevistas gravadas em fita K-7.

É importante mencionar que este trabalho foi enviado ao órgão normativo CGEN – Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, em acordo com a Resolução nº. 5 de 26 de junho de 2006, cuja autorização foi concedida para realizar a coleta de informações a respeito do “conhecimento tradicional associado” da comunidade estudada⁵. Desta forma, os moradores que aparecem citados neste trabalho estavam cientes dos seus objetivos e autorizaram formalmente a publicação das informações por eles fornecidas. Os trechos das entrevistas com os moradores, apresentados nesta dissertação, foram descritos em itálico para se diferenciar das citações de fontes bibliográficas.

Ao se realizar um estudo etnoecológico, as informações que são levantadas apresentam, a princípio, uma característica geral do conhecimento estudado. Quando os conteúdos vão sendo analisados, se consegue perceber um maior detalhamento das informações para se chegar a alguns pontos que se mostram mais importantes de serem investigados. Dessa forma, à medida que a comunidade foi sendo conhecida em mais detalhes, percebeu-se que as relações de manejo dos recursos estavam relacionadas a subsistência dos moradores, que são agricultores praticantes de um sistema tradicional de roças. Entender como foram construídos os aspectos cognitivos relacionados a esta atividade de manejo, e como estes agricultores planejam sua atividade, o que engloba uma série de conhecimentos a respeito da ecologia local, dos fatores abióticos e bióticos que envolvem o sistema ecológico, foi um dos elementos investigados neste trabalho.

Outra atividade de subsistência realizada no Forte, que foi observada na coleta de dados, foi o cultivo dos quintais. Tratam-se de espaços que, em geral, apresentam uma rica diversidade de plantas, e cumprem importantes funções em uma comunidade, como social, ecológica, alimentar e relativa à saúde dos moradores. Este foi, portanto, o outro sistema de manejo investigado neste trabalho.

Para se conhecer as plantas cultivadas, cinco moradores foram convidados a apresentar seus quintais. As trilhas foram feitas de acordo com o itinerário proposto por cada morador, e procurou-se registrar os eventos por ele, ou ela, observados durante o percurso (MARQUES, 1998). Os registros foram gravados em fitas K-7, mediante autorização dos moradores, e também registrados no caderno de campo a respeito de certas características observadas nos quintais,

⁵ Processo nº. 02000.004567/2006-84.

como o seu arranjo estrutural, a localização das plantas e as espécies cultivadas apresentadas pelo (a) morador (a), bem como seus usos. A partir dessa metodologia, buscou-se encontrar, no relato de moradores, a relação desses com a flora e fauna local, buscando sugerir a importância desse conhecimento com a manutenção da diversidade local.

Ao apresentar o seu quintal, o morador apresenta também o seu repertório de conhecimentos a cerca das plantas e animais que vai descrevendo. Foi uma forma de se perceber como eles se relacionam com seu meio natural, e o que este representava em suas vidas.

O levantamento das informações botânicas e de fauna foi baseado, principalmente, nas categorias populares, quando possível foram feitas identificações científicas. Em relação à classificação botânica das espécies dos quintais, foram usadas algumas referências bibliográficas para se chegar a identificação das famílias botânicas, através do registro fotográfico dessas plantas e do nome popular. Foram usadas as referências de ALMEIDA et al. (1998); LORENZI, SOUZA (1999); SILVA et al. (2001); e LORENZI (2002) para auxiliar na classificação taxonômica.

Inicialmente foi pensado, na elaboração deste projeto, uma coleta botânica das espécies cultivadas nos quintais e nas roças, para futura identificação científica. Para isso, foi apresentada uma proposta para financiamento ao Programa PESCO – Pesquisas Ecosociais no Cerrado, um programa do IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil e do ISPN – Instituto Sociedade, População e Natureza. O financiamento incluía material para coleta botânica e um especialista em botânica que acompanharia duas viagens a campo no intuito de identificar espécies in loco. Além disso, foi solicitado auxílio para as viagens, como combustível e estadia. Como o financiamento não foi aprovado, dificultando a coleta botânica, optou-se por realizar a identificação fotográfica, com a ajuda dos moradores e da bibliografia especializada, conforme descrito no parágrafo acima.

Para a pesquisa histórica sobre a comunidade do Forte, foram feitas pesquisas no cartório de São João d'Aliança e consultados alguns volumes da série Memórias Goianas (UCG, 1982, 1997 e 1999), e dados de recenseamentos do IBGE⁶. Os dados foram analisados qualitativamente, procurando-se identificar e compreender as informações locais para classificá-las, de uma forma geral, de acordo com os conceitos de *corpus*, *praxis* e *cosmos*, apresentados por Toledo (2001).

⁶ Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Os dados relacionados às espécies cultivadas nos quintais foram analisados qualitativa e quantitativamente, com o objetivo de apresentar a diversidade botânica e os usos destes cultivos.

Devido a ênfase na análise qualitativa dos dados que este trabalho se propôs a fazer, os resultados apresentados a seguir têm um caráter descritivo e analítico, seguindo a escrita adotada pela antropologia, porém procurando inter-relacionar as informações com a linguagem científica adotada pela biologia. Outro enfoque apresentado nesta dissertação foi dado ao contexto histórico, ambiental e geográfico, da região onde a comunidade se encontra, bem como uma detalhada pesquisa documental a respeito da história e formação do vilarejo estudado. Tal enfoque histórico é justificado partindo-se da premissa que a construção do conhecimento tradicional está diretamente relacionada com o ambiente onde este conhecimento é praticado, bem como com as influências históricas e características ambientais do local onde esta prática é realizada.

Portanto, o Capítulo 1 apresenta a descrição ambiental e histórica da região Nordeste de Goiás e do Vão do Paranã, apontando também os primeiros vestígios de ocupação humana nesta localidade. O Capítulo 2 contextualiza histórica e geograficamente a Vila do Forte, a partir da análise de documentos e dos relatos de moradores mais antigos. Os Capítulos 3 e 4 descrevem o levantamento do conhecimento tradicional relacionado ao *corpus*, *praxis* e *cosmos*, com enfoque na análise dos sistemas agrícolas – roças e quintais - e sua função na manutenção da agrobiodiversidade. Na última seção são apresentadas algumas considerações finais a respeito dos dados coletados e das observações a respeito do contexto atual da comunidade e do seu conhecimento tradicional.

1. NORDESTE DE GOIÁS - Área de Estudo

O Nordeste goiano apresenta características de pobreza e miséria aliadas a uma dinâmica ambiental tida como problemática: a ocorrência de uma estação seca muito longa, de áreas de relevo alto de solos em sua maior parte pobres, e extensas áreas de Cerrado, que até pouco tempo não representavam atrativo, mas sim um empecilho à utilização econômica (BARREIRA, 2002). Por outro lado, é a região que guarda as maiores riquezas naturais de Goiás, fato que lhe consagrou o título, pela UNESCO, de *Reserva da Biosfera de Goyas*, além da sua inserção no documento *Ações Prioritárias para a conservação da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal*⁷, reconhecimento que, enquanto patrimônio ambiental, dá à região a contraditória qualificação de uma pobreza econômica em oposição à riqueza ambiental e cultural (CARVALHO, 2004).

A região Nordeste de Goiás abrange uma superfície de 38.798,7 km², limitada a norte pelo Estado de Tocantins, Estado da Bahia a leste, e Minas Gerais a sudeste (IBGE, 1995). A sua rede de drenagem é parte da bacia hidrográfica do rio Tocantins, e os principais rios que a compõem são o Paranã (Figura 1)⁸, o Tocantinzinho, o Maranhão e seus afluentes.



Figura 1. Rio Paranã e sua mata ciliar bem preservada.

Fazem parte do Nordeste de Goiás os municípios de Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Campos Belos, Colinas do Sul, Cavalcante, Daminiópolis, Divinópolis de Goiás, Flores de Goiás, Guarani de Goiás, Iaciara, Monte Alegre de Goiás, Mambaí, Nova Roma, Posse, Sítio d'Abadia, São João d'Aliança, São Domingo, Simolândia e Teresina de Goiás (Figura 2).

⁷ Projeto organizado pela Fundação Pró Natureza – FUNATURA, em parceria com a Conservation International do Brasil, Fundação Biodiversitas e Universidade de Brasília.

⁸ Todas as fotos deste trabalho foram tiradas pela autora.

De acordo o documento do IBGE (op. cit.), a base econômica da região é a agropecuária, sendo referida também sua importância como pólo madeireiro e, mais recentemente, como pólo minerador de estanho, atividade em crise recente devido à queda do preço do minério no mercado internacional. Carvalho (2004) salienta a possibilidade de atividades turísticas se firmarem nos municípios da região como uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico, visando atender à demanda histórica dos moradores por políticas que estruturam o território regional e sejam capazes de edificar uma autonomia.

Apesar dos dados afirmarem que a atividade agropecuária é uma das principais bases econômicas dos municípios do Nordeste goiano, Carvalho (*Ibid.*: 3) revela em seu estudo que esta atividade tornou-se pouco expressiva quando comparada aos índices de outras regiões do Estado. Inclusive, a autora aponta que a região ocupa a última posição em Goiás em relação a dois indicadores: o Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) e o Índice de Desenvolvimento Social (IDS).

As características de baixo desenvolvimento também estão relacionadas a presença de um clima tropical e seco, de características intermediárias entre os domínios dos climas úmidos da região amazônica (IT) e os domínios dos climas semi-áridos da região da caatinga do Nordeste brasileiro (IBGE, 1995). A ocorrência do veranico na região acentua as suas características de pobreza e seca, caracterizando uma grande irregularidade temporal. Trata-se de um período seco embutido na estação chuvosa, normalmente no mês de janeiro, levando a uma falta de precipitação que pode durar até quatro semanas (*Ibid.*: 17). Quando ocorre o veranico, as atividades de plantio e roça podem ser prejudicadas, pois o fenômeno tem frequência irregular, não podendo ser prevenido.

O Nordeste de Goiás apresenta um verão extremamente quente, mas com alta concentração de chuvas, e um inverno seco, de variações na temperatura e com alguma precipitação, mas não suficiente para amenizar a seca (*Ibid.*: 33). A região apresenta também uma diversificação térmica (microclimas) devido a um relevo muito marcado por altitudes que variam de planaltos acima de 1.200m a depressões abaixo de 500m (*Ibidem*).

Destacam-se no Nordeste goiano atividades mineradoras, devido principalmente às reservas de calcário do Grupo Bambuí⁹, a extração de manganês (que ocorre no Município de São

⁹ O Grupo Bambuí é uma plataforma geológica encontrada nos municípios de São Domingos, Divinópolis de Goiás, Iaciara, Mambai e Campos Belos (IBGE, 1995: 45).

João D'Aliança) e de estanho. Minas de ouro são também descritas, e estão em operação em Nova Roma (Aurominas) e Cavalcante, havendo registros de garimpo também em Monte Alegre e São Domingos (IBGE, 1995).

Em oposição ao legado de pobreza, remetido também aos Estados da região Nordeste do Brasil, o Nordeste de Goiás apresenta, conforme já mencionado no início deste tópico, um imenso e valioso patrimônio natural e cultural. Carvalho (2004: 5) relata ser esta a região mais preservada do Estado de Goiás em relação às suas riquezas naturais, com destaque para o valor imaterial das manifestações culturais expressivas e da identidade local forte, sustentadas pelo caráter de região autenticamente histórica.

É inegável é importância das cidades históricas de Cavalcante, Alto Paraíso de Goiás, Flores de Goiás e São Domingos, entre outras, que já foram importantes centros econômicos do Estado durante os ciclos da mineração e da pecuária, sendo muito procuradas pelo setor do turismo e praticantes do ecoturismo. Entre os muitos atrativos naturais, encontram-se o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e o Parque Estadual Terra Ronca, em São Domingos. Em São João D'Aliança vem sendo realizado o projeto “Mulheres das Águas: Promovendo a Integração e Participação pelo Ecoturismo no Cerrado”, coordenado pela Dra. Leila Chalub Martins e pela ONG CAMARÁ – Centro de Apoio para Sociedades Sustentáveis, com apoio da Universidade de Brasília e parceria com outras OnG's e com os guias locais, que propõem a implantação de atividades ecoturísticas no município e seu entorno, devido as riquezas naturais e culturais que esta área abriga.

Existem relíquias históricas importantes como, por exemplo, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Flores de Goiás, fundada em 1758 e até hoje em funcionamento (Figura 3).



Figura 3. Igreja de Nossa Senhora do Rosário, município de Flores de Goiás.

O moderno e o antigo convivem na história recente destas cidades. Embora existam em algumas delas bancos, lojas comerciais de médio porte, restaurantes, e muitos moradores de outras regiões que levam sua cultura, os costumes antigos não perderam a sua base. É comum observar as casas de adobe cobertas com telhas antigas, onde se pode ver a fumaça dos fogões a lenha constantemente subindo no alto dos telhados, e senhores pitando cigarros de palha a observar o passar do tempo sentados em rústicos assentos de madeira. Em oposição, observam-se casas modernas de cimento e ferro enfeitadas por grandes antenas parabólicas. Nas cidades do Nordeste de Goiás o contraste do antigo e do novo é grande:

A maior parte dos moradores são antigos ou descendentes dos antigos habitantes locais. A novidade é a presença dos recém-chegados fazendeiros e seus administradores, os paulistas, mineiros, gaúchos. Um traço marcante dessa presença são as camionetas, as casas grandes, construídas em padrões diferentes do local, e as antenas parabólicas (BARREIRA, 2002: 44).

O Nordeste Goiano é composto por duas microrregiões: Chapada dos Veadeiros e Vão do Paranã (CARVALHO, 2004). Esta última terá destaque neste trabalho, pois é onde se encontra o Distrito do Forte, local onde a pesquisa foi realizada.

1.2 VÃO DO PARANÃ

No planalto goiano o termo “vão” é usado para designar profundas, largas e extensas depressões que se encaixam no Planalto Central, formando vales de rios, como é o caso do vale do rio Paranã (BARREIRA, 2002). De acordo com Ferreira (1988), vão é um adjetivo que significa vazio, oco, espaço vazio entre dois pontos. No caso do Vão do Paranã (Figura 4), os dois pontos podem ser representados pela Serra Geral do Paranã (Figura 5), a norte, e a Serra Geral de Goiás, a leste, as duas barreiras físicas que limitam este vale.



Figura 4. Imagem do Vão do Paranã, obtida na Serra Geral do Paranã, a aproximadamente 400m de altitude. Ao fundo encontra-se o Morro do Serrote, um dos limites do município de São João d'Aliança.

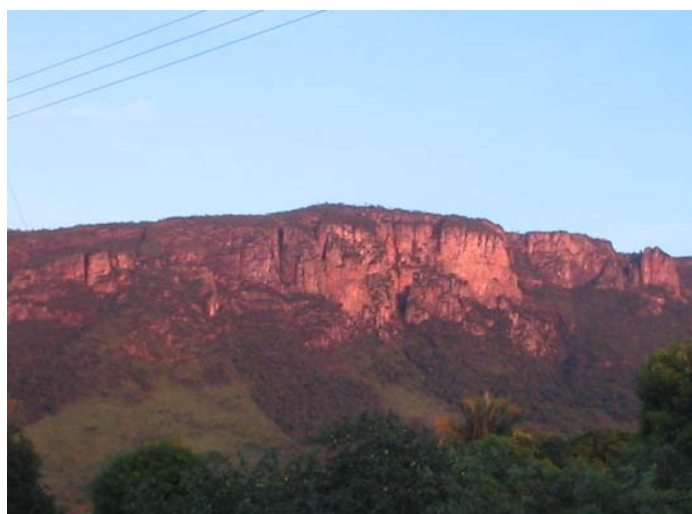


Figura 5. Serra Geral do Paranã, cujo sopé abriga a Vila do Forte.

O Vão do Paranã é circundado por relevos de planaltos e chapadas, constituindo uma região deprimida com altitudes que oscilam entre 400 e 600 metros, alongada no sentido norte-sul entre os relevos do Planalto do Divisor São Francisco-Tocantins e o Planalto Central Goiano (IBGE, 1995). Fazem parte da microrregião os municípios de Flores de Goiás, Alvorada do Norte, Buritinópolis, Divinópolis de Goiás, Guarani de Goiás, Iaciara, Mambaí, Posse, São Domingos, Simolândia e Sítio D'Abadia. O Distrito do Forte também se encontra no Vão, entretanto, por ser distrito do Município de São João d'Aliança, é considerado pelo IBGE como pertencente à microrregião da Chapada dos Veadeiros, da qual faz parte o município mencionado.

Os solos da região do Vão do Paranã são considerados férteis, sendo descritos por Andahur (2001) solos de dois tipos: a classe Terra Roxa Estruturada Similar Eutrófica¹⁰, e a classe Podzólico Vermelho-Escuro Eutrófico. O autor destaca as unidades eutróficas destes solos como importantes pela extensão de sua área e pela sua utilização agrícola.

Esta região abarca riquezas biológicas e sócio-culturais. De acordo com a ONG “Conservation Internacional”, o Vão do Paranã é considerado um centro de endemismo de aves e apresenta a maior concentração, no Cerrado, de uma importante e rica fitofisionomia denominada Floresta Seca ou Mata Seca¹¹. Também é encontrado na região o remanescente de um antigo corredor natural que ligava o Bioma Caatinga ao Chaco Paraguai, há cerca de 20 mil anos¹². Devido a sua importância biológica, a ONG está implantando o corredor ecológico Araguaia-Paraná, que compreende uma área de 6.044.965 hectares, abrangendo uma das principais áreas de Florestas Estacionais do país. A área está ameaçada devido a intensa fragmentação de seus remanescentes, sendo considerada pela ONG prioridade extremamente alta para a criação de unidades de conservação¹³.

A vegetação da região do Vão do Paranã é composta por formações de Cerradão (Savana Arbórea Densa), Floresta Estacional Decidual e Floresta Estacional Semidecidual Submontana, na contingência de solos eutróficos bem drenados (IBGE, 1995). Barreira (2002) descreve a

¹⁰ Os solos eutróficos são saturados por terem altos teores de cálcio e magnésio (IBGE, 1995).

¹¹ A designação de Mata Seca é aplicada para as formações florestais caracterizadas por diversos níveis de caducifolia durante a estação seca, dependentes das condições químicas, físicas, e principalmente, da profundidade do solo; também por não possuírem associação com cursos d'água, ocorrendo nos interflúvios nos solos mais ricos em nutrientes (NASCIMENTO et al., 2004: 659). Conhecidas também como Florestas Estacionais Deciduais.

¹² “Cerrado pode sumir até 2030, alerta ONG Conservação Internacional”. Ambiente Brasil e Conservação Internacional, 2004, p. 2. Disponível em: www.atualwebsite.com.br, visitado em dezembro de 2005.

¹³ Disponível em: <http://www.conservation.org.br/onde/cerrado/>, visitado em dezembro de 2006.

ocorrência de áreas de tensão ecológica (ou contato) entre a Savana (Cerrado) e a Floresta Estacional, resultado da mistura de dois tipos de vegetação, sendo difícil separar uma da outra, mesmo em campo. A autora descreve também para a região tipologias vegetais restritas, como Vegetação Rupícola, Refúgios Ecológicos de Savana-Estépica e formas de vegetação antrópicas, decorrentes de atividades agropecuárias (*Ibid.*: 38).

Em relação à ocupação humana, o IBGE (op. cit.) destaca a utilização da paisagem para pastagem plantada devido agropecuária extensiva e também a exploração de madeira, especialmente aroeira, bem como extração de lenha para carvoejamento. Essas atividades têm características degradadoras e, especialmente a extração seletiva de madeira, ocorre livremente sem nenhuma fiscalização de órgãos ambientais estaduais e federais, sendo retiradas espécies madeireiras importantes para o Cerrado e ameaçadas de extinção, entre elas a sucupira-amarela, a sucupira-branca, o jequitibá, a aroeira, a braúna¹⁴, o jatobá, o jacarandá, o angico, o pau-ferro, o cedro e o tamboril. Na Figura 6, observam-se dois caminhões que estavam retirando madeira no entorno da Vila do Forte, fato observado em algumas visitas minhas à comunidade. Os caminhoneiros não revelaram para onde seria destinado o carregamento, mas confirmaram que viajavam no período da noite para evitar a parada em postos de fiscalização. Alguns moradores da Vila comentam que as madeiras são destinadas às churrascarias de Brasília (DF), ou então são levadas ao estado do Paraná. Também é comum observar na Vila caminhões com carregamentos de carvão, já que a atividade das carvoarias é cada vez mais frequente no seu entorno.



Figura 6. Caminhão de madeira retirada ilegalmente na região do Vão do Paranã (Vila do Forte, fevereiro de 2006).

¹⁴ Os cortes de aroeira e braúna são proibidos pelo IBAMA.

Conforme o Zoneamento Geoambiental e Agroecológico para a região (IBGE, 1995), a maior parte da madeira explorada não passa por estabelecimentos de beneficiamento, sendo exportada para os mercados de Goiânia, Paraná e São Paulo, principalmente. Outra atividade bastante realizada e que ameaça os ecossistemas locais é a produção de carvão vegetal. O carvão é gerado dos desmatamentos do Cerrado e restos de exploração madeireira, e o seu destino são as indústrias metalúrgicas e cimenteiras, especialmente de Minas Gerais, Goiás e Brasília (*Ibid.*). Na Tabela 1 observa-se a quantidade destes produtos extrativos na região do Vão do Paranã, no ano de 2005.

Tabela 1. Quantidade produzida na extração vegetal por tipo de produto extrativo para o Estado de Goiás e Microrregião do Vão do Paranã no ano de 2005.

Tipo de Produto Extrativo	Goiás	Vão do Paranã
Carvão vegetal (tonelada)	320.636	153.252
Lenha (m ³)	786.709	75.000
Madeira em tora (m ³)	29.655	5.284

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, Base de Dados Agregados. Endereço Eletrônico: <http://www.sidra.ibge.gov.br>.

Apesar das atividades de extração seletiva de madeira e produção de carvão vegetal serem prejudiciais e degradadoras, Andahur (2001) afirma ser o avanço da fronteira pecuária, tradicionalmente extensiva, um dos mais significativos no desaparecimento das fisionomias florestais e de degradação dos recursos. Porém, conforme a Tabela 1, a produção de carvão vegetal no Vão do Paranã corresponde a quase 50% da produção de todo o Estado, o que reflete a intensidade desta atividade e sua importância para geração de produto para Goiás. As atividades de impacto ambiental serão tratadas posteriormente e em mais detalhes neste trabalho.

Já que a região abriga os mais importantes trechos de Florestas Estacionais Deciduais do país, esta fitofisionomia merece uma atenção especial e é descrita brevemente a seguir.

1.1.2 As Florestas Estacionais Deciduais

Este tipo de formação vegetacional apresenta diversas denominações, entre as quais Mata Seca, Floresta Mesofítica de Interflúvio¹⁵ (EITEN, 1993), Florestas Tropicais Caducifólias, e Mata Seca sobre afloramentos (SILVA; SCARIOT, 2004). Essa vegetação pode apresentar-se com aspecto singular de estrutura e ambiente ao ocupar áreas rochosas de origem calcária, sendo também conhecidas como “Mata Seca em solo Calcário”, ou ainda “Mata Calcária” (NASCIMENTO et al., 2004).

O Projeto RADAMBRASIL diferencia duas formas em que estas florestas se apresentam (ANDAHUR, 2001). Na primeira, denominada Floresta Estacional Semidecidual, de 20 a 50% das árvores perdem as folhas na estação seca, podendo ser classificada como Aluvial ou Submontana, dependendo da sua localização no declive do terreno. A aluvial encontra-se em margens de cursos d’água, e tem estrutura semelhante a uma mata ciliar; a submontana ocorre em terrenos abaixo de 600m (*Ibid.*: 32). A segunda forma descrita é a Floresta Estacional Decidual, onde mais da metade dos indivíduos perdem as folhas na seca; esta Floresta possui estrutura e composição florística distinta da anterior, sendo subdividida em Submontana e Montana.

Apesar das diversas nomenclaturas e formas, as Florestas Estacionais caracterizam-se principalmente pela perda das folhas durante uma determinada estação climática. O gradiente de queda das folhas está relacionado com a severidade da seca e quantidade de água edáfica armazenada, que por sua vez está diretamente relacionada com a profundidade do solo (RAMOS, 1989, apud ANDAHUR, op. cit.). De acordo com a descrição de Eiten (1993), as florestas que crescem em solos profundos geralmente são sempre verdes, aquelas sobre solos rasos são semidecíduas, enquanto as florestas decíduas ocorrem em solos ainda mais rasos.

A área da bacia do rio Paranã, com 5.940.382 ha, abriga um dos mais expressivos enclaves de Floresta Estacional Decidual do Brasil, entretanto encontra-se muito ameaçada devido à sua intensa exploração para a ampliação de áreas de pastagens, agricultura e exploração seletiva de madeira (SILVA; SCARIOT, 2004). Devido a importância ecológica das Florestas Estacionais, e também por conta das atividades antrópicas que a ameaçam no Vão do Paranã, esta região foi incluída na *Reserva de Biosfera do Cerrado Fase 2*, sendo também considerada

¹⁵ Interflúvio é a parte mais alta do relevo local, separando os cursos d’água; idealmente é onde a água existente no solo vem de diretamente das chuvas, sem suplementação por água que venha de terreno mais alto (NOVAES et alii., 1993: 675).

Corredor Ecológico Prioritário para a Conservação do Cerrado e das Florestas Estacionais pelo IBAMA (NASCIMENTO et al., 2004).

Trata-se de um ambiente rico em endemismos e em recursos para as populações humanas locais, como madeireiros, de combustível e de construção, além do fornecimento de recursos hídricos, pois as Florestas Estacionais Deciduais protegem muitos mananciais de água. Apresentam um potencial turístico que pode ser sustentavelmente explorado, pois abrigam belas paisagens, formações de cavernas e cachoeiras, além de importantes reservas de calcário. São encontradas nas Florestas Estacionais espécies arbóreas de alto valor biológico, como a amburana-de-cambão (*Commiphora leptoplores*), a copaíba, o jatobá, o araribá, a banha-de-galinha (*Swarizia cacutiflora* – Fabaceae) e o chichá. Entre as espécies mais ameaçadas, encontram-se a barriguda, o angico, o ipê-amarelo, a cerejeira ou amburana, a braúna, o pau-ferro, a peroba-rosa e a aroeira.

Boa parte das Florestas Estacionais do Vão do Paranã encontra-se no território da Reserva da Biosfera de Goiás, entretanto, isso não garante a sua proteção, sendo necessárias algumas iniciativas, como a finalização dos planos de manejo¹⁶, e a compilação dos dados de levantamentos florísticos, de fauna e socioeconômicos, para se conhecer melhor as riquezas que existem nestas formações e delimitar sua proteção com maior embasamento.

O Zoneamento Geoambiental e Agroecológico do IBGE (1995) recomenda para as terras do Vão do Paranã o aproveitamento das pastagens naturais e o extrativismo vegetal racional. As áreas de manejo sustentado recomendadas são as que contêm parte das últimas reservas florestais nativas do Estado de Goiás, onde se destacam algumas ocorrências contínuas de Floresta Estacional Semidecidual e Decidual. Nestas reservas encontra-se a aroeira (*Astronium urundeuva*), considerada a espécie madeireira economicamente mais importante do Estado. O documento atenta para a degradação destas Florestas devido a intensa exploração madeireira, e no lugar da vegetação nativa encontram-se pastagens exóticas e capoeiras degradadas.

Uma das recomendações do IBGE no caso das Florestas Estacionais é a criação de uma Reserva Biológica para a aroeira, no sentido de perpetuar um banco de germoplasma para a espécie, sendo que a área recomendada para sua criação abrange uma razoável porção destas formações.

¹⁶ De acordo com o IBGE (1995: 106) os Planos de Manejo Sustentado de Florestas – PMF – foram iniciados em 1987 somando dezenas de projetos para esta região, alguns estão em análise de viabilização pelo IBAMA.

Dando continuidade a apresentação da área de estudo, apresenta-se a seguir uma descrição da ocupação humana na região Nordeste de Goiás onde são comentados os principais impactos ambientais e sociais que aí se encontram.

1.2 OCUPAÇÃO E IMPACTOS

1.2.1 Os Primeiros Habitantes

No início do período Holoceno (12.000 anos a 8.500 anos A.P.¹⁷.) o homem assegurou a ocupação de todo o Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil (SCHMITZ, 1993). A ocupação do Cerrado é datada de 10.700 A.P. a 11.000 A.P., de acordo com Barbosa; Nascimento (1993). Os autores descrevem a presença de caçadores-coletores neste Bioma, que oferecia condições ótimas de sobrevivência para os povos que o habitavam.

A ocupação do Centro-Oeste brasileiro por caçadores-coletores é descrita por Schmitz (1993: 112) entre os períodos Pleistoceno (18.000-12.000 A.P.) e Holoceno (30.000-20.000 A.P.), mas não há um consenso de uma ocupação tão antiga. Há concordância entre autores, entretanto, de que o Cerrado oferecia inúmeros recursos e boas condições para o estabelecimento desses povos pré-históricos.

Na época das chuvas eram produzidas no Cerrado muitas variedades de frutos, e as áreas abertas apresentavam caça em abundância usadas por estas sociedades antigas, como veados, cervos, antas, capivaras, pacas, porcos-do-mato, macacos, tamanduás, tatus, lagartos, tartarugas, peixes, emas e um grande número de outras aves (SCHMITZ, 1993: 112). Entre os frutos oferecidos pelo Cerrado para prover nutrientes aos grupos pré-históricos, nos diferentes períodos do ano, Bertran (1994: 9) cita o pequi, a guariroba, o babaçu, a marmelada do campo, o bacupari, muricis, pitangas, araticum, ananás e muitos outros.

Devido a sazonalidade climática do Cerrado, que obrigava as populações humanas a se movimentarem em busca de recursos a cada mudança de estação, estes grupos mantinham hábitos nômades.

¹⁷ A.P. significa “Antes do Presente”, que, por convenção, é 1950. Trata-se de uma menção à descoberta da técnica de datação do Carbono 14, que se deu em 1952 (CARVALHO, s/d: 18). Fonte: “A Pré-história Sergipana”, disponível em: <http://www.max.org.br/biblioteca/Livros/PreHistSergipana/Cap-1.pdf>, visitado em dezembro de 2006.

A região do Vão do Paranã é tida como um dos 28 sítios arqueológicos do Brasil, e os registros do seu povoamento datam de 11.500 a 6.500 A.P., no início do período Holoceno (SCHMITZ, 1993). Bertran (1994: 12) afirma que, tanto o Vão do Paranã quanto a Chapada dos Veadeiros, são áreas arqueológicas muito antigas onde são freqüentes as inscrições em pedra (petróglifos). Até 1982 haviam sido levantados 90 sítios de grande antigüidade nestas duas regiões do nordeste de Goiás, de acordo com o autor.

Schmitz (1993) afirma que o Planalto brasileiro foi ocupado muito mais cedo que até agora se suspeitava, e que os homens das savanas tropicais desenvolveram tecnologias para a exploração do seu ambiente muito diferentes, produzindo uma rica cultura de artefatos líticos e de ossos, e variadas técnicas de pinturas rupestres.

Barbosa; Nascimento (1993) caracterizam estas populações por uma homogeneidade cultural e de ocupação duradoura. Os ciclos climáticos e biológicos homogêneos do Cerrado facilitavam o equilíbrio adequado para se sobreviver. Os autores comentam:

... de todas as formações vegetais da América do Sul é o Cerrado a que oferece maior variedade de frutos comestíveis e que, apesar da maturação da maior parte estar relacionada a uma época do ano, a grande variedade possibilita a distribuição regular de outros, embora em menor quantidade, em quase todo o ano (1993: 161).

Outro aspecto que facilitava a manutenção de sociedades humanas no Cerrado era a presença de uma fauna rica que fornecia uma dieta protéica, além de oferecer outros recursos para a sobrevivência humana, como couro, ossos, chifres e garras usados na confecção de diversos utensílios. Sobre isso, Barbosa; Nascimento relatam:

Há uma fauna peculiar que elege o Cerrado como ambiente prioritário, e a ocorrência deste fato deve ter exercido papel importante na fixação de populações durante determinados períodos, bem como o desenvolvimento de complexos processos culturais específicos (1993: 161).

Indícios mais recentes da presença humana neste Bioma podem ser mapeados através dos sistemas lingüísticos indígenas. De acordo com Barbosa; Nascimento (1993), o grupo lingüístico que habitava estas regiões era o Gê-Pano-Caribe. O grupo acompanhou as regressões do período de aridez climática para o centro do Brasil, se instalando na área nuclear do Cerrado, onde

atingem um “clímax” adaptativo alcançando certa homogeneidade. De fato, a parte central do Brasil apresenta um grande domínio de línguas Gê (que posteriormente culminaram no tronco Macro-Gê), estritamente relacionadas com as formações abertas (*Ibid.*: 166). Bertran (1988) descreve outros grupos lingüísticos que ocupavam o Centro-Oeste, como os Caraíbas no Vale do Araguaia (Carajás) e os Bororós no Mato Grosso.

Como se pode observar é muito antiga a presença humana e de suas atividades de manejo no Cerrado, e as alterações feitas pelas populações humanas nas fitofisionomias naturais podem ser na atualidade observadas.

1.2.2 Ocupações Recentes

No século XVI, período em que foram feitas as primeiras tentativas de penetração no Centro-Oeste pelos espanhóis e mais tarde pelos portugueses, Bertran (1988: 17) descreve vários grupos indígenas que ocupavam esta região, entre eles os Guaicurús e Paiaguás, no Mato Grosso do Sul e Vale do Paraguai, os Parecis e Coxiponés no centro de Mato Grosso, e os Caiapós, Xavantes, Carajás, Xerentes e Apinajés nas regiões do Araguaia e Tocantins. Em Goiás, Mattos (1979) ainda descreve os seguintes grupos indígenas: Xavantes, Canoeiros, Caiapós, Xerentes, no rio Tocantins, Acroás, Pepuxi ou Temembós, Ouripoxiti, no Morro do Chapéu, Carajás, no rio Araguaia, e Caraós.

Na região do Vale do Paranã, Bertran (1994: 32) cita a nação antiga dos Crixás ou Quirixá, que ocuparam parte dessa região e de Porto Nacional, bem como o Vale do rio Crixás, que verte no Araguaia. O autor comenta que algumas tribos da etnia Tupi foram buscar refúgio no interior do país em “pleno reino dos Cerrados” (1994: 33), sendo que um continente menor alcançou a Serra Geral de Goiás encontrando com nações Jê, dentre estas os Temiminó que viviam nas margens do rio Paranã.

Relatos de 1861 descrevem o Goiás como “uma província povoada por mais de vinte mil índios selvagens, de tribus diferentes e de diversas índoles”¹⁸. Entre estes grupos, os Chavantes, Cherentes, canoeiros (“tribu que é considerada uma das mais ferozes da província”), Carajás, Carahós (“encontrados em Tocantins na confluência do Rio do Somno”), Apinages e Guadahus

¹⁸ Os trechos citados entre aspas nesta seção foram transcritos de documentos antigos apresentados na série Memórias Goianas (UCG, 1997, 1999). Neste trabalho, optou-se por manter a grafia original descrita no livro, inclusive dos nomes dos grupos indígenas.

(UCG, 1997: 28). Ainda são relatadas tribos nômades que habitavam as margens do Araguaia e Tocantins.

A partir do século XVIII, a região Nordeste de Goiás sofre profunda modificação em seus habitantes, aparecendo outros moradores não nativos, que se misturam com a população indígena original e também leva a imigração e até desaparecimento de muitos destes grupos. A criação de gado leva a região ao seu auge econômico durante este período, por isso o nordeste goiano é considerado, de acordo com Barreira (2002), uma das áreas economicamente mais importantes do Estado por causa da pecuária. Entretanto, nos primeiros séculos da colonização do Brasil a atividade mineradora foi responsável pelo início da ocupação regional do Centro-Oeste pelos colonizadores europeus, e mais tarde por bandeirantes e nordestinos, desde já alterando a configuração populacional original. O Nordeste goiano, principalmente, foi caracterizado pela administração colonial como “As Minas de Tocantins” (BARREIRA, 2002).

A criação de gado foi uma atividade que ocorreu durante a colonização, desenvolvendo-se concomitantemente à economia do ouro (*Ibid.*: 92). Relatos datam da primeira metade do século XVIII a entrada de vaqueiros na região, e em 1732 surgem notícias da presença de contrabandistas baianos trazendo tropas de animais carregados de mercadorias e gado (*Ibid.*: 93) (Figura 7).



Figura 7. Imagem comum no Vão do Paranã: vaqueiros conduzindo a boiada (estrada no trecho Formosa-Vila do Forte).

Não é de se espantar que alguns moradores mais antigos da Vila do Forte comentem da sua existência há pelo menos 200 anos, alguns falam de até 300 anos, período que coincide com a chegada de vaqueiros e imigrantes vindos do nordeste do país em busca de outras formas de

exploração, devido principalmente a crise açucareira no litoral do país. Essa crise foi a responsável pelo impulsionamento da pecuária, outra atividade econômica que se expandiu pela região. Moradores do Forte também relatam a existência dos garimpos de ouro, principalmente na Serra Geral do Paranã. Também há relatos e muitas evidências da presença de escravos negros na Vila, já que estes foram a principal mão-de-obra da atividade mineradora.

Cabe aqui abordar a importância da contribuição do negro na formação social, econômica, cultural e populacional de Goiás, em particular do Vão do Paranã, e localmente na formação e povoamento da Vila estudada. Na atividade mineradora, por exemplo, a contribuição do negro foi fundamental, já que os mineradores de origem européia pouco conheciam desta atividade e usavam técnicas rudimentares, e os negros, que já realizavam a exploração de ouro e pedras preciosas em suas nações de origem, sabiam perfeitamente as técnicas de exploração desta atividade. Sobre isso, Ribeiro descreve:

A mineração impulsionou a importação de mão-de-obra escrava da África, determinando uma nova configuração para a população do Cerrado, à medida que os índios iam se interiorizando ou se mesclando com os colonizadores. Os brancos constituíam minoria nas áreas de mineração, e a presença de negros e mulatos predominava na região, seja pelo grande contingente de escravos, seja pela participação menor de forros e quilombolas, que aproveitavam as vastidões daquelas áreas para ali buscar um espaço maior de liberdade (2002: 257).

Observa-se que a influência negra africana na região reporta aos primeiros habitantes regionais, requisitada por conta das atividades econômicas do período, e os negros, como visto acima, detinham as técnicas que foram fundamentais para que os recursos naturais fossem explorados. Ribeiro comenta sobre a influência africana no Centro-Oeste:

A contribuição da cultura africana para a nova sociedade que se formava no Sertão do Brasil Central foi muito grande, estendendo-se suas influências pela arte, religiosidade, medicina, alimentação etc. (2002: 257).

Tais influências são observações comuns em muitas cidades do Vão do Paranã, e em outras do Estado de Goiás, e podem ser confirmadas em hábitos e modos de vida dessas populações. Durante a realização desta pesquisa pude perceber tais características na Vila do

Forte, relacionadas aos sistemas de produção, cultivos, manifestações culturais, modo de vida, hábitos, alimentação entre outras.

Os escravos negros tiveram um importante papel na economia e prosperidade da região; além de responsáveis pelas extrações de ouro, foram eles que construíram as cercas de pedra observadas na Vila do Forte (Figura 8), em Flores de Goiás e outras cidades do Vão, além das sedes de fazenda e antigas taperas em ruínas. O negro também detinha as técnicas de criação de gado e manejo da terra.



Figura 8. Uma das cercas de pedras encontradas na Vila do Forte, típicas construções feitas por escravos africanos para limitar áreas de antigas fazendas.

Para Baiocchi (1983), o negro não deve ser visto como “escravo”, mas como peça principal de uma engrenagem que movimentava a economia das minas e a economia agropastoril nos séculos XVIII e XIX, engrenagem que a autora chama de “formação social”. Além da mão-de-obra para todos os tipos de trabalho – lavrador, fabricante de açúcar e aguardente, transportador, cozinheiro, pajem, carregador (*Ibid.*: 11) – o negro também foi parceiro dos donos da terra e dos córregos do ouro. Baiocchi (1983: 38) comenta da parceria entre os grupos sociais, no caso do Nordeste de Goiás. As parcerias ocorriam entre os fazendeiros e donos da terra com os escravos negros e outros trabalhadores, associações típicas de um sistema colonial. De acordo com autora, essa parceria, como relação de trabalho, penetrava na lavoura de subsistência e nas minas. A associação se fazia entre indivíduos livres e os donos das datas, ou do próprio escravo, que, em 100 dias do ano, não sendo possuidor de data e sendo escravo, se “libera”, tornando-se sócio do senhor na produção de ouro. Em geral, esses indivíduos eram chamados de *faiscadores*, os que arrendavam o rego, recolham o ouro e entregavam ao dono da data parte da produção.

Exercendo “seu lugar” na empresa mineradora como principal força de trabalho, o negro vai representar a “abertura do sistema colonial”; o negro será falcador, parceiro nas terras do interior, e viverá em “grupos isolados” até que a expansão capitalista o coloque na órbita da vida brasileira, inserindo-o no processo de reprodução econômica e desagregando sua comunidade (*Ibid.*: 11).

Já na primeira metade do século XIX, a ocupação do Nordeste de Goiás esteve profundamente ligada à pecuária, atividade que teve seu auge no século XVIII e que transformou a região na área economicamente mais importante da “Província de Goiás”. O comércio do gado era voltado para a Bahia, na época o segundo centro comercial mais expressivo da colônia (BARREIRA, 2002).

A vila do Forte, por exemplo, recebeu este nome por ter sido uma região próspera, sob a guarda de ricos fazendeiros e coronéis que eram também os comandantes políticos da região. Moradores mais antigos falam de fazendeiros que foram prefeitos, e alguns desses moradores são seus parentes distantes. É comum as pessoas do Vão se referirem aos ricos fazendeiros como “fortes”, ou seja, os que possuem dinheiro para abrir uma fazenda ou montar um negócio (*Ibid.*: 28). O Sr. Vitezinho, 88 anos, um dos moradores mais antigos do Forte, ao ser indagado sobre a origem do nome da Vila, responde: *Aqui chama Forte porque era Forte mesmo!* relembrando os tempos prósperos da pecuária e das lavouras.

Historicamente, a prática da pecuária se torna uma atividade que ao longo do tempo criou uma tradição. Sobre isso, Barreira afirma:

O fator cultural está associado ao meio natural; é um território onde se pratica a pecuária, e a organização daí decorrente prende-se a este fato, pelo menos até um determinado momento. A criação de gado no Paranã é um fator social, econômico, político e cultural, reconhecidamente manifesto na paisagem (2002: 21).

A formação da população do Vão do Paranã se deu por ele ser o sertão para onde se dirigiam os desbravadores a abrir o território goiano (BARREIRA, op. cit.). A origem comum da maior parte da população que reside nas suas cidades é de famílias que descendem de baianos, mas também, porém em menor expressão, de maranhenses e piauienses, existindo uma clara ligação com o Nordeste do país. Existem no Vão comunidades tradicionais que formam uma

preciosa paisagem humana, com remanescentes de quilombos e um imenso legado cultural que se expressa nas festas e costumes influenciados pela tradição dos nordestinos (CARVALHO, 2004).

A área do Nordeste de Goiás na sua totalidade é a que provavelmente guarda uma especificidade e identidade local mais preservada até o presente, sendo considerada por Barreira (2002: 91) uma “autêntica região histórica”, no sentido da homogeneidade regional a despeito das influências exercidas pelos processos que estruturaram o espaço goiano ao redor. Carvalho comenta a respeito deste precioso legado encontrado no Nordeste de Goiás e suas microrregiões:

Este patrimônio só restou devido o tipo de relação que se primou entre homem e natureza, supostamente, amistosa e fruto dos modos de vida do sertanejo, do nativo, que resultou em um tratamento de respeito com seus rios, com sua flora e com sua fauna enquanto outros processos ocorriam alhures. Portanto, esse homem do Nordeste goiano, além de merecer o *status* de verdadeiro guardador da biodiversidade do cerrado, deve, mais que todos, participar dos seus usos e possíveis proveitos, sejam eles vindos do turismo, ou não. Na partilha de direitos sobre a biodiversidade da região, ele não pode correr o risco de ser impossibilitado de usufruí-la (2004: 16).

Entretanto, o rico legado cultural e ambiental encontra-se ameaçado principalmente pela atividade que foi responsável pela prosperidade econômica da região, a pecuária. A seguir comento brevemente sobre os impactos ambientais e iniciativas de conservação existentes no Nordeste de Goiás e Vão do Paranã.

1.2.3 Impactos Ambientais e Conservação

Desses tempos em que falar de árvores é quase um crime, pois implica em silenciar sobre tantos erros – aos que virão depois de mim.

Bertold Brecht

A bacia do rio Paranã é considerada a última região disponível para a expansão da fronteira agrícola no Estado de Goiás, portanto passível de sofrer mais impactos da ocupação devido a pecuária intensiva (LUÍZ, 1998, apud SILVA; SCARIOT, 2004). O valor pecuário repercutiu no uso do solo, refletindo em um crescimento das pastagens artificiais goianas,

superior em cerca de 20 a 30% às taxas médias nacionais, a longo prazo (BERTRAN, 1988). De acordo com Barreira (2002), cerca de 800.000 hectares de um total de 1.443.256 hectares eram destinados às pastagens, em 1990, sendo evidente no Vão do Paranã o predomínio da grande propriedade numa estrutura fundiária concentrada e predomínio de pastagens. Imagens de satélite de 1993 revelam que as pastagens eram muito mais significativas do que a agricultura, como diz a autora. Na Tabela abaixo, observam-se os dados de uso de terras, em 1996, para o Estado de Goiás e as Microrregiões do Nordeste goiano.

Tabela 2. Utilização das terras em Goiás e Microrregiões do Nordeste goiano no ano de 1996.

Total de Utilização das terras (Hectares)	Pastagens Naturais	Pastagens Plantadas	Matas e Florestas Naturais	Silvicultura e Exploração Florestal	Pecuária	Lavouras
Goiás	5.137.285,251	14.267.410,560	3.774.653,871	191.073,912	21.878.214,688	3.064.208,485
Chapada dos Veadeiros	490.726,529	266.161,344	188.720,258	7.655,514	958.885,392	97.964,465
Vão do Paranã	326.221,391	479.580,676	263.213,361	8.303,330	1.041.867,626	56.533,113

Fonte: Censo Agropecuário - Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, Base de Dados Agregados. Endereço Eletrônico: <http://www.sidra.ibge.gov.br>.

De acordo com os dados acima, observa-se no Vão do Paranã um uso de suas terras para as pastagens plantadas, matas e florestas naturais, silvicultura e exploração florestal, e pecuária, maior do que na Chapada dos Veadeiros. Em relação ao uso da terra para lavoura, na Chapada tem-se um número mais expressivo, devido ao plantio de soja nesta região, que ocupa extensas áreas (Figura 9). Entretanto, no Vão as terras são usadas com mais intensidade do que na Chapada dos Veadeiros, devido à alta fertilidade dos solos e diversidade biológica, além de áreas planas boas para realização da pecuária.



Figura 9. Vastas e monótonas plantações de soja, uma paisagem comum no entorno de São João d'Aliança, primeiro município da Chapada dos Veadeiros.

Alguns programas de desenvolvimento para a região, promovidos por órgãos oficiais, foram responsáveis pela degradação de paisagens naturais e empobrecimento da população. A antiga SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (que foi extinta na década de 1990 e recriada novamente em 2004) – propôs em 1983 o “Projeto de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paranã – Paranã 1”, que visava a implantação de infraestrutura de irrigação para uma área de 228.000 há, que abrigava as terras mais férteis e de condições topográficas e hídricas adequadas para a agricultura irrigada, mas após o início das obras foi desativado e atualmente está parado. Este órgão, em especial, teve um papel importante no apoio à atividade agropecuária, atividade esta responsável por uma mudança significativa no perfil econômico da região, repercutindo negativamente no padrão de urbanização (ARRAIS, 2004).

Outro programa governamental para a região foi o POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – criado em 1975, que abrangeu além do Estado de Goiás, os Estados de Mato Grosso e Minas Gerais. O projeto contemplava, entre outras coisas, a aplicação de calcário para a correção de acidez da terra do Cerrado, recursos para investimento em tecnologia agrária e insumos modernos para despesas de custeio em propriedades privadas rurais, além de créditos de investimentos em projetos agropecuários (BERTRAN, 1988). Ao POLOCENTRO coube o papel de capitalizar o Centro-Oeste através de políticas de crédito e custeio da produção e comercialização, fato que reforçou a idéia de “celeiro nacional”, sendo o maior exemplo negativo dessa política a marcha da soja em Goiás (ARRAIS, 2004).

Estes programas governamentais beneficiaram muito as terras privadas de poderosos proprietários rurais, que enriqueceram a custa de mão-de-obra barata vinda dos municípios

carentes da região, em empregos temporários. Muitos moradores do Nordeste goiano têm discutido que as políticas aí aplicadas se voltam para o caráter assistencialista, alegando a sua ineficácia em desenvolver os municípios e dar autonomia à população residente, deixando-a, ao invés disso, mais dependente dos governos local e federal (CARVALHO, 2004).

Na década de 1970, um programa estatal chamado PRONOR – Plano de Desenvolvimento do Nordeste de Goiás – surge como uma tentativa ampla e articulada de solucionar os problemas da região carente, mas parece não ter tido o efeito esperado, pelo menos em curto prazo (BARREIRA, 2002). Uma importante iniciativa na década de 1990 foi responsável por um completo levantamento da vegetação, geologia, geomorfologia, uso da paisagem e atividades econômicas da região, o Projeto Geoambiental e Agroecológico do Estado de Goiás – Região Nordeste, um convênio IBGE-SEPLAN (Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás). Barreira (*Ibid.*: 198) ainda cita outro programa de amplo atendimento, o PRONORDESTE – Planejamento do Desenvolvimento Regional do Nordeste – cujas medidas estão sendo implantadas lentamente na região, porém, sem conseguir atender as enormes carências, especialmente na área social.

Existem, entretanto iniciativas para a região que visam a proteção do Bioma Cerrado e do patrimônio cultural. O Nordeste de Goiás abriga, além de outros patrimônios naturais, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, considerado o mais antigo patrimônio geológico da América do Sul, e o Parque Estadual de Terra Ronca, o maior complexo espeleológico da América do Sul (CARVALHO, 2004). Criado através do Decreto nº10.879, de 07/07/1989, localiza-se entre os municípios de Guarani de Goiás e São Domingos, possuindo área total de 500.000 ha. Também existem na região a Área de Proteção Ambiente Estadual da Serra Geral.

No caso dos remanescentes de Floresta Estacional, existe em execução o projeto “Estratégias para a Conservação da Biodiversidade em Fragmentos de Florestas Semidecíduais”, do Programa PROBIO/PRONABIO, executado pela EMBRAPA Recursos Genéticos, realizado nos fragmentos próximos ao município de Nova Roma (ANDAHUR, 2001).

A Serra Geral do Paranã faz parte de outro corredor ecológico, o Paranã-Pireneus, também denominado “Corredor Ecológico do Cerrado”. Este Corredor abarca uma área de aproximadamente de 10 milhões de hectares, incorporando os Estados de Tocantins, Goiás e Distrito Federal. Outra unidade de conservação é a Área de Proteção Ambiental Pouso Alto, localizada na microrregião da Chapada dos Veadeiros, onde também se encontra a segunda maior

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural – da região, com 1.355 ha, a RPPN Parque do Capetinga. De acordo com o Secretário de Meio Ambiente de São João d'Aliança, Sr. Alexandre Motta, 59% do Cerrado da região, incluindo município e distrito, está preservada.

De todas as riquezas culturais e naturais, e do legado histórico acima descrito, a Vila do Forte compartilha. Após esta apresentação do contexto geral do local de estudo, mostrando as suas características naturais, históricas e de povoamento do Nordeste de Goiás e Vão do Paranã, onde o Forte se localiza, apresenta-se a seguir os dados históricos e ambientais da comunidade.

2. VILA DO FORTE

2.1 CONTEXTO GEOGRÁFICO-HISTÓRICO

Em 1722, Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera, e João Leite da Silva Ortiz, bandeirantes e sertanistas paulistas penetram os sertões de Goiás, iniciando a conquista e colonização do território, movida principalmente pela “sede do ouro” (BAIOCCHI, 1983). Bartolomeu Bueno foi o primeiro capitão-mor regente da província em 1726 e, neste ano, fundou o arraial de Sant’Ana, atualmente conhecido como Goiás Velho (MATTOS, 1979). Em 1748, foi criada a Capitania de Goyaz (BERTRAN, 1988), cujo nome se deve a descoberta de uma etnia indígena que habitava a região, conhecidos como *goiases* (MATTOS, op. cit.).

O desbravamento dos sertões do Brasil central foi movido, principalmente, pelas descobertas do ouro, iniciadas em 1725 após o metal ser encontrado próximo à atual cidade de Goiás, por exploradores paulistas (BERTRAN, 1988). Acompanhando as bandeiras que penetravam em Goiás vinham os escravos negros, que além de realizarem a extração de ouro e outras pedras preciosas, ainda faziam vários tipos de serviços, de combatentes de índios a carregadores de mercadorias e mantimentos.

Desde a sua inserção no território brasileiro, estes negros, escravizados e depois livres, estiveram ocupando espaços, usando os recursos naturais para sua sobrevivência, e dividindo a terra, de uso comum, com outros membros de povoados. Os agrupamentos onde diversas etnias compartilhavam dos mesmos recursos eram chamados de quilombos. Baiocchi (1999) define o termo como “centros religiosos e comunidades negras no mundo rural”. O caráter rural destes agrupamentos também aparece na definição de Araújo dos Anjos:

Entendemos os [remanescentes de antigos] quilombos como um fato estruturado a partir de comunidades negras descendentes de negros escravizados vindos de várias regiões do continente africano. Esses descendentes vivem principalmente no espaço rural brasileiro, mas muitos núcleos estão incorporados às áreas periurbanas e urbanas do país (2005a: 35).

Embora a presença dos povos negros, originários do continente africano, no Brasil remeta aos tempos da colonização, o reconhecimento de sua influência cultural, religiosa, genética, econômica e tecnológica só começou a ser desvendado recentemente. A herança trazida pelos homens e mulheres vindos do continente africano no Brasil ainda é para muitos brasileiros desconhecida. Araújo dos Anjos comenta a esse respeito:

Os africanos e seus descendentes também são os responsáveis pela adequação, nos trópicos, da tecnologia pré-capitalista brasileira, como, por exemplo: a mineração, a medicina, a nutrição, a agricultura, a arquitetura e a construção (2005a: 312-313).

A Vila do Forte encontra-se nesse contexto. O local é identificado por Silva (2003) como “remanescente de quilombos e/ou comunidade negra”, de origem datada entre os séculos XVIII e XIX. No levantamento de Araújo dos Anjos (2005b), o Forte também aparece como “comunidade quilombola”. Embora a investigação da ascendência escrava de moradores do Forte não tenha sido objeto de pesquisa deste trabalho, é inegável a influência negra na sua cultura e nos seus hábitos alimentares e de manejo de recursos. Além disso, no contexto do povoamento e da história econômica do Centro-Oeste, o Forte apresenta características de vilarejos e arraiais que se formaram neste período. Como aconteceu em outras regiões do estado de Goiás, no Forte houve também a exploração do ouro, a prática da lavoura e da pecuária, e a imigração de nordestinos que formaram o povoamento da Vila. Esses pontos apareceram nos relatos dos moradores, portanto, são considerados válidos na explicação da sua formação.

Outra influência cultural e genética do povoamento do Forte foi devido a diversas etnias que habitavam a região de Goiás, das quais os moradores do Forte herdaram as formas de produção agrícola e hábitos alimentares. A produção agrícola de milho, feijão, arroz, fumo, café e cana, e a domesticação de cavalos, bois, vacas, porcos e aves, praticada no Forte, é um dos exemplos da herança de sociedades indígenas e de outras sociedades que também realizam estas práticas.

Durante o período da mineração em Goiás, muitos núcleos populacionais foram formados, como relata Bertran:

Entrava-se na fase de exploração das grupiarias e tabuleiros (margens dos córregos), em que se necessitava a montagem de uma infra-estrutura estável em termos de escravos ocupados. Requisitava-se agora a exploração de ofícios técnicos para trabalhos complicados de madeiramento para adução de água, para construção de bicames e tapumes sobre as margens fluviais que recobriam as formações sedimentares dos riachos auríferos – e também (em face do futuro), de condições para assentamento de fazendas e empresas mineratórias em que coexistiam trabalhos de lavra e de lavoura (1988: 21).

A exploração de ouro em Goiás foi responsável pela formação de muitas cidades que hoje têm importância histórica e são pontos turísticos, como Meia-Ponte, atual Pirenópolis, Cavalcante e Vila Bela, entre muitas outras. A decadência da produção aurífera, em 1778, fez com que a produção agrícola tomasse lugar e crescesse, também necessitando de mão-de-obra escrava para a produção das lavouras (BERTRAN, 1988: 21).

A implantação dos arraiais e julgados sucedeu o início do processo de ruralização intensiva e extensiva, chegando até o século XX com a maioria das populações concentradas na área rural, exercendo atividades na agricultura e pecuária (BAIOCCHI, 1983).

Assim como a formação da população do Estado de Goiás sofreu influências genéticas e culturais de grupos vindos de diversas regiões do continente africano, bem como das nações indígenas que habitavam o Brasil central, o Forte também apresenta em seus sistemas de produção, variedades de cultivos, cultura e também no fenótipo dos seus moradores, a marca dessas influências. Portanto, a formação do povoamento do Forte apresenta variadas origens, e estas origens tentarão ser desvendadas ao longo deste capítulo.

2.2 OS PRIMEIROS RELATOS: A ORIGEM DA VILA

*É preciso rever, escrever e assinar os autos do passado,
antes que o tempo passe tudo a raso.
Cora Coralina*

Ao investigar a trajetória de origem da Vila do Forte, encontraram-se dados confusos e muitas lacunas. Como muitos povoados formados nos séculos XVIII e XIX em Goiás, esta vila também teve seu auge e foi destituída algumas vezes, sendo novamente restituída em outros momentos. A pesquisa bibliográfica foi feita a partir dos relatos da série *Memórias Goianas* (UCG, 1997, 1999); dados censitários do IBGE, informações coletadas na Biblioteca Municipal de São João d'Aliança, e alguns documentos pesquisados no Cartório deste município. Estes documentos, em especial, estavam bem danificados, e devido a mudanças de localização da sede do órgão, que até a década de 1930 se encontrava na Vila do Forte, é possível que outros documentos importantes tenham sido perdidos.

O documento mais antigo encontrado sobre o Forte data de 1809, onde a vila é citada num mapa da “Capitania de Goyaz” deste período (Figura 10).

A vila aparece como “arraial subordinado a Julgado¹⁹”, com a observação de ser um “arraial desaparecido ou em ruínas”. No início do século XIX, já acontecia a exploração de ouro em Goiás, e muitas minas já haviam sido descobertas. Silva (2003) também menciona o “velho povoado do Forte, protegido pela imponência da Serra Geral do Paranã” e o classifica como remanescente de um quilombo. Nos relatos de viajantes que percorreram Goiás entre os séculos XVIII e XIX, passando pelas proximidades do Forte, como Saint-Hillarie (1937), não foi encontrada nenhuma menção sobre a Vila.

A partir de 1860, o nome da Vila começa a aparecer nos documentos compilados pelo livro *Memórias Goianas* (UCG, 1997). O Forte aparece citado na Lei Provincial nº 8, de 8 de Agosto de 1860, que ditou o seguinte: “Foi desannexado do município de Cavalcante, e incorporado ao districto do Forte do município de Flores, o território do alto da serra além do Tocantins²⁰” (*Ibid.*: 52). Observa-se que, neste momento, o Forte era um distrito de Flores, pertencendo a Comarca Eclesiástica de Cavalcante, juntamente com os Municípios de Cavalcante e Arraias. Até então, o Forte não parecia ter muita projeção, pertencendo a outro município que era mais conhecido e citado.

Entre 1862 e 1863 o Forte começou a ganhar mais status. A Lei Provincial nº 342 de 1863 transfere a sede da “freguezia” de Nossa Senhora do Rosário de Flores para a povoação do Forte; e outra lei, de nº 343, neste mesmo ano, definiu a condição de município ao Forte, transferindo a sede da vila de Flores para o povoado. A mudança aconteceu porque o Forte apresentava melhores condições de vida, mais organização e tranquilidade (Figura 11), conforme descreve o trecho abaixo:

A villa e freguezia de Flores, estando collocada á margem do rio Paranã, e tendo por outro lado á pouca distância o rio – Macacos – que deságua n’aquelle, ambos pestilentos, é annualmente accommettida de febres intermittentes, muitas vezes fataes aos seus habitantes, e por isso esta medida era há muito tempo reclamada, achando-se a povoação do Forte em muito melhores condições de salubridade, em distância de 6 e 8 legoas de Flores (UCG, 1997: 213).

¹⁹ Julgado: território de jurisdição de alguns juizes; território de jurisdição dos juizes municipais (FERREIRA, 1988: 378).

²⁰ Este território se refere ao atual município de São João d’Aliança.



Figura 11. Vila do Forte vista do alto da Serra Geral do Paranã.

As epidemias descritas no trecho acima, que acometiam a região, eram principalmente a malária, que por muito tempo atingiu os moradores, levando a muitas mortes. No Forte, as pessoas também descrevem as epidemias da “maleta” (como é chamada localmente a malária), que só foi extinguiu-se no século seguinte após algumas campanhas da extinta SUCAN – Superintendência de Campanhas de Saúde Pública.

No ano de 1862, começaram a aparecer relatos de escravos nos documentos antigos. No Cartório de São João d’Aliança, foram encontradas duas cartas de alforria de escravos do Forte, desta mesma data acima mencionada. A transcrição das cartas pode ser lida no Anexo ao final deste trabalho. A presença de população escrava no Vão do Paranã pode ser confirmada também no trecho a seguir, que descreve em quais os municípios existia o “elemento servil”. Dependendo no número de escravos “matriculados” para o município, era dada uma quantia de verba específica ao local.

Tendo o ministério da fazenda communico-me por aviso de 12 de Julho haver expedido ordem á Thesouraria de Fazenda para ser applicada à liberação da população escrava d’esta província o crédito de 24:8345734 réis que a mesma coube, e recommendado a fiel observância do disposto no Capitulo 2 do decreto n° 5,135 de 13 de Novembro de 1872, por acto de 25 de Fevereiro dividi a referida quantia pelos municípios da província em relação ao n. de escravos n’elles matriculados, cabendo a saber: Capital, Jaraguá, Meiaponte, Pilar, Bonfim, Santa Luzia, Rio Verde, Santa Cruz, Villa Bella, S. José, Formosa, Catalão, Cavalcante, Forte, Arraias, Taguatinga, S. Domingos, Conceição, Palma, Porto Imperial (UCG, 1999: 101).

Dados do IBGE mostram que a população escrava do Forte, em 1872, era de 98 pessoas, sendo 64 homens e 34 mulheres.

Em 1870, entretanto, a Vila do Forte foi extinta, sendo restaurada novamente em 1872 pela Lei Provincial nº 488, e instalada definitivamente em 1873. Devido à nova definição do seu status em 1873, o Forte passou então a abrigar importantes instituições como o Cartório, o Correio e a Câmara Municipal, atendendo não só as necessidades de sua população, mas de muitas localidades de seu entorno. Os relatos antigos mostram a sua importância a partir desta nova configuração, sendo inclusive uma das principais linhas de passagem dos correios, conforme noticia o trecho a seguir:

Foi autorizada uma reforma geral em quase todas as linhas de correio da província. Uma das mudanças foi: elevar de uma a duas por mez a viagem na linha para o norte da província, e nos seus ramaes de Cavalcante à Flores passando pela villa do Forte (UCG, 1999: 59).

Neste momento o Forte, sendo município, pertencia a Comarca de Cavalcante. As decisões da Igreja também ocorriam em sua Paróquia, a Paróquia São Sebastião do Forte, que era central e atendia às demais vilas do entorno, inclusive a de Flores de Goiás.

Em 1876, há um registro da construção de uma escola para atender as demais localidades, substituindo uma escola de Flores que se encontrava fechada desde 1864. Um detalhe interessante é que a escola atenderia somente ao público feminino:

Sobre representação da câmara municipal do Forte pedindo allí a criação de uma escola para o ensino do sexo feminino, e informação prestada pelo inspector geral, foi transferida para a dita villa, onde começou a funcionar em outubro, a de Flores se achava fechada desde 1864 (*Ibid.*: 86).

Como os moradores trabalhavam desde jovens, e as escolas eram instáveis, não havia muitas condições de estudo no local. De acordo com o senso do IBGE, no ano de 1890, para exemplificar, do total de 1689 moradores, 1422 eram analfabetos.

Em 1873, outra Lei Provincial de nº 542 instaurou Flores como município, desmenbrando-o do Forte, e em 1881, a Lei Provincial nº 342 suprimiu novamente a Vila do Forte, retirando sua condição de município. O fato do status da vila ser bastante alterado ao longo da sua existência ocorria também com outras cidades goianas, que tinham a característica de

temporárias porque acompanhavam os ciclos econômicos da região, especialmente do ouro e do gado. Sobre essa condição de temporariedade, Mattos explica:

O povo andava flutuando como um navio impelido pelo vento: quando se descobria uma mancha ou pedreira rica de ouro corria àquele lugar imensa gente de todas as cores, levantava barracas, trabalhava e desaparecia apenas o metal também se acabava ou a sua extração era dificultosa. Um arraial, que tinha 20.000 escravos, e 4.000 ou 5.000 homens brancos em certo tempo ficava de repente deserto, e os emigrantes iam levantar novas barracas no lugar a que a riqueza os convidava (1979: 91).

As idas e vindas da sua condição histórica parece que tem uma trégua no início do século XX, e de 1910 a 1930 o Forte se manteve como município com os órgãos governamentais funcionando em seu território. Neste período São João d'Aliança, conhecida como Povoado de Capetinga, começou a se projetar politicamente. A sua localização geográfica, na região da Chapada dos Veadeiros, e a construção de uma rodovia para ligar esta cidade à Palma, atualmente no Estado de Tocantins, passando por cidades importantes como Alto Paraíso (na época chamada Veadeiros), Campos Belos e Arraias, no ano de 1931, começaram a voltar às atenções para São João, que até então era distrito do Forte. O acesso a São João foi facilitado enormemente com a nova rodovia, a GO – 118, sem a Serra Geral do Paranã como barreira natural. A mudança permitiu o acesso dos núcleos do poder, prefeitura e Câmara Municipal, bem como o transporte e a comercialização de bens, isolando mais a Vila do Forte.

A partir de 1931, a Lei nº 793 transferiu a sede do Forte para o povoado que começava a se projetar, que recebeu o nome de São João da Capetinga²¹. Com a transferência da sede, as principais instituições que existiam no Forte são transferidas para o atual município. A partir daí, o Forte perdeu seu status e sua população passou então a ser dependente de São João e de outros municípios do entorno que já estavam modernizando-se, como Flores de Goiás e Formosa, e passou a ser um mero espectador das decisões políticas e econômicas da região. Na Tabela abaixo se observa um claro declínio da população do Forte, que no século XIX era bem mais povoado do que é atualmente.

²¹ Fonte: “São João D’Aliança: 40 anos de emancipação. 1953/1993, Datas e nomes ilustres” (s / d).

Tabela 3. População da Vila do Forte nos anos de 1890, 1900, de 1907 a 1912, e 2000.

Habitantes/Ano	1890	1900	1907	1908	1910	1911	1912	2000
Homens	-	-	-	-	-	-	-	531
Mulheres	-	-	-	-	-	-	-	369
Total	1689	1977	2559	2796	2906	3020	3139	927

Fonte: Censos Demográficos do IBGE.

Com a mudança da sede e dos principais órgãos de governo e assistência, muitos dos moradores então começaram a procurar melhores oportunidades em outros municípios, e se mudam com suas famílias para Formosa, Brasília e Flores de Goiás.

Como se observa a partir da análise documental, a Vila do Forte teve seu momento de auge, sendo um centro político importante no Vão do Paranã e por um determinado tempo foi a referência para os outros lugarejos neste território. Entretanto, por decisões políticas e para se adequar às novas necessidades do Estado, o centro político e administrativo passou para outra região, acima da Serra Geral do Paranã. Esse fato foi marcante para determinar um isolamento e um abandono pelas autoridades dos moradores do Forte, tornando-os dependentes dos governos locais. A partir da mudança da condição de município para a de distrito, o Forte começou a declinar em sua população e as atividades tradicionais vão se restringindo cada vez mais aos moradores mais antigos. Estes detentores do saber e conhecedores da história do local contaram através de seus depoimentos, sua versão da história do Forte, que é apresentada a seguir.

2.2.1 Os Moradores contam a História

*Corria dinheiro aqui,
assim quando começou.
Corria o seguinte: era pouso de gado,
e o povo daqui era rico, nesse lugar.
Era pouso de gado e mangaba.
(Sr. Vitezinho, 88 anos)*

O começo do Forte coincide com a história do povoamento da região do Vão do Paranã, entretanto é difícil precisar a data exata em que a vila foi formada. Por estar no sopé da Serra Geral do Paranã, a vila do Forte era um local de passagem de imigrantes que buscavam novas

terras em Goiás e Mato Grosso. A partir do século XVIII a crise açucareira no nordeste brasileiro foi responsável por uma intensa imigração para o centro-oeste, assim baianos, principalmente, começaram a povoar o Vão, que era um local de passagem para outras terras, mas também de oportunidades, já que o nordeste do Brasil não oferecia alternativas econômicas de sobrevivência. A região nordeste de Goiás era a rota que se usou para expandir as fronteiras econômicas do país.

Chegando ao Vão percebe-se a vastidão de terras que logo levou ao novo ciclo econômico da pecuária. De acordo com Mattos (1979: 147), “no Vau do Paranã é onde há os melhores pastos para gado”. Também a existência de ouro e as notícias das atividades mineradoras na Província de Goiás atraíram novos desbravadores para estes sertões.

Moradores mais antigos da Vila relatam a presença de viajantes e de transeuntes que passavam pelo local com suas famílias. Era comum ver tropas com os burros e cavalos carregando e crianças, pertences e bruacas (esses passantes eram conhecidos como “tropeiros”). A Vila do Forte oferecia água fresca e descanso para continuar a viagem. O Sr. Leão, antigo morador da Vila, se lembra dos passantes e comenta:

Isso aqui era transa demais. Quando eu era menino isso aqui era trânsito demais, só passando pra cima, pro Goiás. Só ia pro Goiás. Botava dois meninos sentado um do lado outro do outro, e as cabacinhas penduradas nas alças da bruaca, passava era muito! E tudo vinha subindo essa Serra.

Os tropeiros vinham do nordeste do Brasil, especialmente Bahia, Maranhão e Piauí, rumo a Mato Grosso. Alguns moradores comentaram sobre a surpresa destes viajantes ao se depararem com imensa barreira física da Serra Geral, tanto que alguns decidiam nem prosseguir viagem, pousando no Forte e ali permanecendo com suas famílias. Um morador contou que os viajantes se sentiam atraídos pelo local devido aos ricos recursos naturais que este oferecia, além da água pura e limpa do rio Piripiri:

Era um farturão aqui, de primeiro não faltava nada. Porque toda a vida aqui foi forte assim, né? E a água. E a fartura era imensa!

A água, recurso essencial para a sobrevivência de homens e animais, é um bem natural e imaterial que no Forte não falta, sendo também um dos motivos pelos quais alguns viajantes resolveram se instalar nesta Vila. O Forte é abastecido pelo ribeirão Piripiri, um estreito curso d'água que mais a frente deságua no rio Paranã (Figura 12). O Sr. Leão comenta a respeito:

Água que nem essa não tem outra aqui no Paranã! É limpa e ela não mingua. E é boa pra você beber. O povo dessas vereda tudo vem de carro aqui só pra beber, porque vê a qualidade da água. Todo mundo que chega aqui gosta da água. Ela é uma água que ela não mingua, ela sai do centro da terra, uma cabecerinha de grotta, ela sai ali no pé. A força dela sai é de baixo!



Figura 12. Ribeirão Piripiri, Vila do Forte.

Muitos moradores do Forte são de ascendência baiana. Tanto o Sr. Leão quanto o Sr. Vitezinho tiveram seus avós vindos da Bahia, no século XIX, como viajantes em busca de novas terras e melhores oportunidades. O Sr. Vitezinho conta, inclusive, que sua avó foi a primeira moradora da Vila, e chegou ao local com dez anos de idade, sendo também quem construiu a primeira casa do Forte: *Minha avó veio da Bahia com o pai dela a cavalo. Aqui era tudo cerrado, não tinha casa nenhuma, a primeira casa foi dela.* Ele explica que sua família veio de tão longe por não ter mais condições de se manter, como tantos outros imigrantes nordestinos que povoaram o Estado de Goiás.

Naquele tempo cada um tinha seu ponto de morada, de recursos... é muito difícil falar. Lá não tinha nada, na Bahia. Passava muita necessidade.

No depoimento abaixo o morador conta como foi essa chegada:

Aqui era um cerradão, só tinha jatobá! Aqueles povo que vinha de lá pra cá, ia pra Mato Grosso. Só que a Serra é muito alta, aí eles falou: ‘vou pousar aqui’. Aí pousou. Posou aí no pezinho da serra, e achou bom, né? Aí meteu a mão no facão e disse ‘eu vou arrancar aqui um barro’. Tirou o barro, e falou assim: ‘sabe que aqui vai dar telha!’, aí amassou, amassou, fez um cachimbo. Aí assou o cachimbo, ele não quebrou. ‘Vamos fazer umas telhas aqui, fazer um forno’, aí fez um forno. Aí ficou morando lá até fazer as telhas, ‘agora nós já fez as telhas, vou voltar lá pra aquele córrego, é o Pipiri, vou fazer a casa lá’.

Como visto no depoimento acima, o local onde a Vila do Forte foi fixada apresentava recursos para que um povoado se iniciasse. O “barro” foi um recurso logo reconhecido e explorado pelos primeiros moradores. Dele eram feitas telhas que eram exportadas para outros povoados da região. As olarias foram freqüentes por determinado tempo, e foi uma das causas por que, de acordo com os moradores, o Forte foi formado. Outra atividade que foi responsável pelo começo do povoado, segundo os moradores entrevistados, foi a mineração. Esta atividade e a olaria foram fontes econômicas do Forte durante os primeiros anos de sua formação. O Sr. Leão explica: *O Forte foi começado com esses negócio de oleiro e de garimpo de ouro.*

O Sr. Leão conta que, quando criança, encontrava bateias²² no rio e o córrego desviado para a retirada do ouro:

Eu vi bateias véia aí nessas beiras do córrego. Menino quer saber de tudo quanto é coisa! Tava na escola e nós emborcava aí pra caçar coco e panhar lenha, e ia entrando aí, e um dia nós é vai, tá a bateiona lá, um trenhão desse tamanho! Pra garimpar.

Escravos foram convocados para realizar atividades mineradoras, já que, com dito mais acima, eles eram os detentores das técnicas de exploração do ouro. De acordo com Silva (2003), o escravo negro vindo para o Brasil central a partir de meados do século XVIII tinha procedência de São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco, Piauí, Maranhão e Pará, estados

²² Bateias são gamelas de madeira usadas na lavagem das areias auríferas e ou do cascalho diamantífero (FERREIRA, 1988: 88).

onde funcionavam entrepostos de venda, irradiação e redistribuição de escravos. Entretanto, o autor comenta que era possível a fuga de escravos negros que entraram em Goiás desde o século XVII, percorrendo a rota do sertão.

O relato de alguns moradores do Forte indicou a presença dos escravos. O Sr. Veríssimo, 71 anos, nascido no Forte, comenta sobre o começo da Vila, inclusive o morador relata serem os escravos negros os primeiros a povoar o local.

Uns fala de um jeito, outros fala de outro... Uns fala que aqui começou pelos escravos. Eles falaram que aqui o escravo veio correndo da Bahia, da escravidão daquele tempo. Chegou foi arranchando aqui. Foi arranchando, gostou, começou a fazer as barraca, começou a trabalhar.

Moradores do município de São João d'Aliança também relacionam a origem do povoamento com a presença de escravos. A Sra. Zéria Severo Costa, nascida na região do Vão do Paranã e funcionária da prefeitura do município, relata:

O Forte começou com remanescentes de quilombos da Bahia. Criavam gado e vieram trazendo o gado. A intenção era subir mais, mas pararam para descansar. O capim era bom. Começaram a tirar mangaba para fazer borracha e fazer telha com o barro, e deu muito dinheiro.

O secretário de Meio Ambiente do município, Sr. Alexandre Motta, igualmente fala dos escravos na formação do Forte: *A comunidade foi formada por negros livres vindos da Bahia que chegaram e ficaram por ali.*

A presença de escravos pode ser indicada também por muitas cercas de pedra, chamadas localmente de “cercas de vale”, encontradas na Vila e nos seus arredores, que foram construídas por estes escravos que outrora habitaram a região. O tempo de existência da Vila não pode ser precisado com exatidão, entretanto, para os moradores, o Forte é muito antigo. O Sr. Anísio, outro morador nascido no Forte, comenta: *Aqui é muito tempo. Muito tempo... Não sei nem que idade ele tem, tem mais de 300 anos... mais de 300. O meu pai chegou pra aqui menino, ele fez essa casa, ele morro com 83 anos.* O Sr. Leão também descreve:

Aqui é velho demais. É o lugar mais velho que tem. Todo lugar mudou de nome, aqui não. Foi essas descobertas que eles fizeram aqui. Isso é velho demais, minha filha! Você vê

que eu tô nessa idade e já conheci isso aqui velho. Isso aqui já teve acabado, depois melhorou um pouquinho. Aqui dentro era só carro de boi.

O Sr. Elísio, comerciante e político local, nascido no Forte, conta: *Aqui é muito antigo, tinham escravos trabalhando... A Serra pode procurar que pode achar ouro nela. O Forte é antigo, mas não cresceu porque foi construído perto da Serra.* Os moradores também falaram da antiguidade de suas casas. O Sr. Anísio comenta que sua casa deve ter aproximadamente 200 anos, a mesma idade descrita pelo Sr. Leão e Sr. Vitezinho para suas casas (Figura 13). Eram residências de antigos moradores que foram compradas pelos familiares destes moradores mais recentes.



Figura 13. Residência do Sr. Anísio, à esquerda, e do Sr. Vitezinho, que está na frente da casa, à direita.

Embora na atualidade o Forte não tenha mais a expressão política de outrora, durante tempos atrás foi um lugar próspero, tanto que já foi o centro político e econômico da região. Abriga a sede da prefeitura e um importante estabelecimento comercial. As mercadorias eram trazidas Januária, Planaltina e Palmeri. O dono deste comércio era o Sr. Francisco Rodrigues, uma figura poderosa e pai do Sr. Elói Rodrigues, que já foi prefeito do Forte e atualmente reside em São João d'Aliança. Este senhor também era o dono do cartório do Forte, que funcionava na casa de um dos moradores. Outros órgãos administrativos, como a agência fiscal, o correio, uma prisão, a coletoria de impostos e a câmara municipal também funcionavam em casa de moradores, não havendo uma construção especial para seu funcionamento. A arrecadação de impostos da redondeza era feita no Forte, conforme conta o Sr. Vitezinho:

Dali do Roncador, Corrente, Vãozinho, Palmital, Quilombo, tudo era município daqui. O cartório era tudo aqui. Pagava os imposto tudo aqui. Mutuca, isso tudo, Corrente, Requenquem, tudo, pagava tudo aqui.

O Forte era comandado por homens de patente do exército, normalmente ricos fazendeiros que tomavam as decisões políticas e monopolizavam o comércio local. Entre estes, os moradores citaram o Coronel Manoel Paz e o Major Augusto Curado. Entretanto, é valido comentar a respeito de um outro personagem importantíssimo no local, que os moradores mais antigos disseram ser o “chefe do Forte”, o primeiro sub-promotor da vila, o Sr. Pantaleão José dos Anjos, conhecido pelos moradores como “Capitão Panta”. Ele não era nascido no Forte, e não se sabe muito bem como e porque ele chegou nesta Vila, mas era uma figura muito respeitada localmente. O Sr. Vitezinho conta melhor sobre o Capitão Panta:

O chefe aqui chamava Pantaleão José dos Anjos. Ele era bem preto, feio, mais de uma inteligência tremenda. Ele veio de um lugar mais atrasado que tem, ele veio lá do Vão do Moleque. Ele veio de lá. Era o mais inteligente, sabia ler. Ele era o chefe, ele é que comandava.

A região do Vão do Moleque localiza-se próximo ao município de Cavalcante, e juntamente com o Vão das Almas e região da Contenda é onde reside o povo Kalunga, remanescentes de quilombos. O Forte foi, por um determinado período, pertencente à Comarca de Cavalcante, e existiam muitas estradas que ligavam estas duas localidades, pode ser que, provavelmente, uma dessas estradas foi o caminho usado pelo Sr. Pantaleão à vila.

O Capitão Pantaleão era conhecido por sua inteligência, pois sabia ler e escrever, o que não era comum entre os habitantes do Forte. Assim, ele ganhou prestígio e podia tomar decisões importantes. Quando nascia uma criança na vila, o Sr. Pantaleão é que fazia os registros e escolhia os nomes. Neste sentido, o Sr. Vitezinho conta:

Ele tinha um livrinho desse tamanho assim, que tinha o nome de tudo quanto é menino que nascesse. Se nascesse hoje tinha um nome, se nascesse amanhã tinha um nome...

Inclusive o nome do morador foi escolhido pelo Sr. Pantaleão, como ele mesmo descreve:

Quando eu nasci aqui ele foi registrar: ‘Como é que chama o menino? É homem ou é mulher?’ ‘É homem.’ Ele falou: ‘É homem não, é menino-homem! E já tem o nome dele aqui no livro: Vitezinho’. Eu chamo Vitezinho.

Os moradores relataram que o Sr. Pantaleão se casou com a filha de uma moradora que tinha terras e propriedades na região, outra pessoa poderosa no local. Ele faleceu lá, e até hoje pode se ver sua lápide no cemitério da cidade.

Como muitas vilas e povoados antigos de Goiás, o Forte não possui um registro de suas terras, e só recentemente os moradores mais antigos conseguiram os documentos de suas casas. Existem relatos de que as terras são devolutas, pertencendo ao Estado, o que significa, formalmente, que pertence a todos os cidadãos que aí residem. Mas, na realidade, quem decide o destino da terra é o Estado, e não os cidadãos, e normalmente este destino tende a beneficiar alguns grupos de pessoas, prejudicando outras (LITTLE, 2002a: 7).

No Forte, a princípio, parece que existia uma autonomia das pessoas que viviam na região. No depoimento abaixo, o Sr. Vitezinho descreve como era tratada a relação da terra com seus trabalhadores, que aparentava ser pacífica e sem intervenção do Estado:

Essa terra aqui era devoluta. De primeiro ninguém era dono da terra. Que nunca tinha medição de terra, não tinha nada. Os fazendeiro criava aí assim, a senhora podia criar a vontade, ninguém lhe impedia.

Mas, por se tratar de terras públicas, o Estado acabou decidindo quem serão os donos do território, e no caso do Forte parece que as terras foram doadas à Igreja, o que não era incomum antigamente, quando o próprio governo ou proprietários de terras doavam parte de seus terrenos para as paróquias locais, já que a Igreja Católica exercia certo poder político e econômico. Dessa forma, moradores do Forte, quando perguntados sobre os donos da terra, contam que estas pertenciam à Igreja:

Sr. Anísio: Dizia que essa área de terra aqui foi doada pra a Igreja, pra Igreja católica. Aí eles mexeu, virou, ninguém nunca conseguiu esse documento.

Sr. Leão: Isso aqui era patrimônio da Igreja. Foi criada aqui, com esse movimento que eles começou, aí fizeram a Igreja.

Embora existam pelo menos duas explicações fornecidas pelos moradores da falta de documentação de suas casas e do território do Forte – terras devolutas e terras da Igreja – um importante ponto a se comentar é a questão do parentesco que envolve a posse dos terrenos e das casas destes moradores. Muitas casas pertenceram aos seus familiares, e continuaram de posse dos moradores por gerações, estando fixados neste território devido às antigas relações de seus parentes com o lugar. Sobre essa relação, Schmitt et al. (2002) afirmam que parentesco e território constituem uma identidade, no caso de comunidades negras rurais, na medida em que os indivíduos estão estruturalmente localizados a partir de sua pertença a grupos familiares que se relacionam aos lugares dentro de um território maior.

A questão da terra é mais complexa de ser desvendada. Os moradores não possuem documentação de suas casas, embora alguns tenham comprado de outros moradores, mas não existe documentação definitiva. Muitas casas e terrenos também foram doados por fazendeiros, e a doação não era oficializada.

2.3 OS DONOS DA TERRA

*O latifúndio é uma constante no Centro-Oeste.
(Bertran, 1988)*

As transformações territoriais que o Brasil sofreu nos últimos séculos estão imbricadas com os incessantes processos de expansão de fronteiras, que no caso do Centro-Oeste se deu através da expansão das fazendas de gado e das frentes de mineração, a partir do século XVIII (LITTLE, 2002a).

Na região do Vão do Paranã, por ser uma área de povoamento antigo, existe uma longa história referente à titulação de terras, desde as sesmarias, passando por registros paroquiais, até a estrutura jurídica atual (BARREIRA, 2002). Uma intensa movimentação de terras, com negociatas e grilagens, ocorreu nesta região no final da década de 1950, processo que chegou até os anos mais recentes (*Ibid.*: 219).

Devido a sua ocupação ser muito antiga, a questão da titulação de terras no Vão do Paranã é confusa e complexa. É comum encontrarmos relatos de terras devolutas ou terras doadas para a Igreja. Ainda existem os casos de terras doadas por fazendeiros aos seus funcionários, mas todos os relatos são orais e não existe documentação escrita. A partir de meados do século XX começou a avaliação do potencial de terras devolutas, para conferência da legitimação dos registros e nova

discriminação do que fosse devoluto (*Ibid.*: 220). No caso do Forte, não foram encontrados registros de documentos das terras ou das casas de moradores nos arquivos da prefeitura do município nem no Cartório local.

Como afirma Bertran (1988), no início da década de 1920, o clã e a propriedade de fazendas definiam o espaço no Centro-Oeste. Neste momento, o Forte era o centro político da região. Grande parte das terras municipais tinha dono, e moradores do Forte contam ter nascido nestas fazendas onde suas famílias viviam e trabalhavam. De acordo com a Tabela 4 observam-se listados 22 proprietários e seus respectivos estabelecimentos na Vila do Forte, na década de 1920.

Tabela 4. Relação de proprietários dos estabelecimentos rurais do município do Forte recenseado no Estado de Goiás em 1920.

	Proprietários	Nome do Estabelecimento
1	Maria Gomes	Bonito
2	Raymundo Estanislau	Exu
3	Joanna Gomes	Poção
4	Elias Moreira Lopes	Currallinho
5	José Dias	Brisdia
6	Espólio* do Major Augusto Gomes Curado	Boi Preto
7	Antonio Theodoro	São José
8	Benjamin Rodrigues	Cajueiro
9	Espólio do Major Augusto Curado	Veados
10	Espólio de Honorato Francisco	Carahybinha
11	Joaquim Pedro	São Paulo
12	José Rodrigues	Burity
13	Espólio do Major Augusto Curado	Conceição
14	Benjamin Roiz	Jatobá
15	José Eleutério	Manga
16	Julião Vieira	Água Clara
17	Victor Telles de Faria	São Lourenço
18	Joaquim Ferreira da Silva	Retintin
19	Paulo Chrysostomo	Bemfica
20	Hermínio Rabello	Corrente
21	Antonio Theodoro	Burityzinho
22	Espólio do Major Augusto Curado	Fortaleza

Fonte: IBGE. Recenseamento do Brazil de 1920. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro. Typ. da Estatística. 1926.

*Espólio: bens que alguém, morrendo, deixou. Aquilo de alguém que foi espoliado. Despojos, restos (FERREIRA, 1988: 271).

O Major Augusto Curado, um dos proprietários listados na Tabela 4, era dono de quatro propriedades. Moradores contaram que ele era um dos grandes poderosos do local. O Sr. Leão conta que nasceu em uma dessas fazendas de nome “Boi Preto”, que seu pai era vaqueiro nessa propriedade e ali residia. Outra proprietária citada por alguns moradores é a Sra. Maria Gomes, que além de proprietária da “Fazenda Bonito”, teria sido muito rica e possuía uma das melhores casas da vila. Era impressionante o volume de terras sob poder familiar, e esse poder tinha geralmente expressão local e só mais tarde, a partir de 1930, teria novas configurações (BERTRAN, 1988: 61).

Outro fator importante que significava um alto prestígio na região eram os títulos militares, e muitos proprietários almejavam juntar as economias para comprar as patentes. Bertran comenta sobre o fato abaixo:

Para as classes dominantes quase que um único artigo movia a ambição: dinheiro para comprar as patentes da guarda nacional e sendo capitão, major ou coronel fixar sua posição de classe dominante enquanto ‘autoridade militar’ (1988: 61).

Assim, o Major Augusto Curado fazia parte da classe dominante no local, era poderoso por possuir a terra e também impunha seu poder por conta do seu título militar.

O emaranhado jurídico que envolvia a questão de posse das terras na região do Vão deu margem a processos de grilagem característicos da abertura de terras novas no Brasil, mas que nesta região foi facilitado pela estratégia de forjar documentação a partir da já existente (BARREIRA, 2002: 219). No Forte, moradores que eram pequenos proprietários de terra relataram ter perdido suas terras para os grileiros que se aproveitaram da falta de documentação, inclusive alguns deles entrevistados nesta pesquisa já perderam suas chácaras para latifundiários que vieram ali mal intencionados. No trecho abaixo, o Sr. Veríssimo conta como aconteceu no seu caso:

- Como esses fazendeiros pegavam a terra?
- *Foi grilando. Nós mesmo era fazendeiro. Meu avô tinha quatrocentos alqueires de terra, e nós perdeu ela com grilagem, tomaram de nós. Eu tava pra fora, era pequeno, e meus irmão era tudo bobo também, né? Finado Dezarir (Sr. Dezarir Bandeira) tomou a terra aí que era nossa. Até hoje eu tenho documento velho aí, só documento de fazenda,*

mas não vale mais nada. Quando eu cheguei já tinha requerido aquele uso de capião, e tomou conta da terra. Ficamos sem nada. E desse jeito aqui não foi só nós não, foi vários que ficou sem a terra.

Os moradores contaram que, em certa ocasião, um senhor chegou à comunidade e, com muita conversa, conseguiu coletar as assinaturas de alguns moradores proprietários de terras na região. Entretanto, o senhor teria agido injustamente e depois de um tempo teria usado as assinaturas para ter posse sobre os terrenos.

Entre estes moradores, o Sr. Leão e o Sr. Veríssimo teriam sido vítimas e perdido a posse de suas terras, como contam. A invasão de grileiros em comunidades negras rurais é, infelizmente, um fato recorrente no país, o que leva à ocorrência de sérios conflitos pela posse da terra e pela afirmação de uma identidade negra. Schmitt et al. (2002) relata o conflito pela terra no caso de comunidades negras em São Paulo, no Vale do Ribeira, contra fazendeiros e grileiros dispostos a tomar a terra, respaldados pelo seu poder econômico e político.

Uma outra alteração no arranjo territorial do Forte e entorno deu-se devido ao cercamento das novas propriedades. Os fazendeiros donos de terras tituladas cercam suas imensas propriedades dificultando o acesso de moradores que quisessem usar a terra para fazer um roçado, como era feito antigamente quando os latifúndios não tinham limites físicos, como cercas de arame farpado. O Sr. Veríssimo comenta que hoje não é mais possível fazer roça ou trabalhar nas terras:

Todo mundo aqui mexia com lavoura antigamente, mas hoje as terra tá tudo na mão dos fazendeiros, e até hoje, se sai pra trabalhar, fazendeiro não dá a terra com medo dos cara falar ‘não, eu trabalhei um ano, eu tenho direito de posse’.

Além de impedirem a entrada dos nativos em suas propriedades, alguns fazendeiros bloquearam também antigas estradas que eram usadas pelos moradores em viagens pela região, a cavalo. O Sr. Anísio comenta a respeito de uma dessas estradas, que passava por uma das fazendas griladas, a Fazenda Brejo da Onça: *Tem a estrada do Brejo da Onça, mas essa tá acabada. No pé da serra aí ela é muito intransitável, aí um fazendeiro comprou a fazenda de nós, e tampou a serra, não deixou o colchete não.*

Esse é um dos processos que, de acordo com Ribeiro (2002), vem transformando as comunidades tradicionais do Cerrado, pois o acesso aos recursos naturais vem sendo limitado cada vez mais, tanto pelo cercamento das grandes propriedades, quanto pelas legislações ambientais rigorosas, que acabam por prejudicar os pequenos extrativistas. O autor comenta que os fazendeiros, em geral, possuindo grandes roças, resolveram suspender o “pé da cerca”, ou seja, alteraram a regra de uso da terra pelos pequenos agricultores.

Tal mudança foi também consequência da relação entre proprietários e a posse de terras, o que foi muito marcante na região do Vão do Paranã, principalmente a partir de 1950. Sobre isso, Barreira comenta:

A noção de propriedade da terra está se alterando, em relação a um passado recente, onde a terra em si possuía um valor intrínseco. A terra está se tornando um fator relativo, como aconteceu na época da pecuária tradicional, quando o importante não era tanto a propriedade, mas o gado e a possibilidade de garantir pastos para ele (2002: 210).

A autora relata, em seu estudo sobre a região do Vão do Paranã, que muitos fazendeiros endividados praticamente oferecem suas terras para os sem-terra ocuparem, forçando uma negociação de desapropriação pelas instituições envolvidas, nos casos examinados pela autora, o Banco do Brasil e o INCRA. Para a autora, a perversidade dessa ação está em poderosos proprietários que não possuem um só alqueire de terra, pois eles arrendam dos fazendeiros locais (*Ibid.*: 210). No caso do Forte, observou-se uma situação semelhante: algumas fazendas que foram no passado arrendadas por grileiros, recentemente viraram assentamentos da Reforma Agrária. Atualmente, existem seis assentamentos nas proximidades do Forte, de acordo com a Tabela abaixo. Três destes assentamentos fazem parte do território do Forte, e foram incluídos nos recenseamentos do IBGE – Brejo da Onça, Cascavel e Serra Bonita.

Tabela 5. Lista de Assentamentos da Reforma Agrária no território da Vila do Forte e sua situação fundiária.

Nome do Assentamento	Situação	Tempo de Legalização (anos)	Número de Famílias	Distância do Forte (km)
Cascavel (ou Nova Visão)	Não legalizado (o processo está na justiça)	-	30	45
Palmital	Legalizado – INCRA*	8	30	60
Lajes	Não legalizado	-	40	15
Serra Bonita (antigo Santo Inácio)	Não legalizado (Terra devoluta. Os moradores ficam na condição de posseiros)	-	40	8 - 10
Santa Maria	Legalizado - INCRA	8	60	40
Brejo da Onça	Legalizado - INCRA	5	38	2

As informações desta tabela foram fornecidas pelo Sub-prefeito do Distrito do Forte, Sr. José Novaes e pelo presidente da Associação dos Moradores do Assentamento Serra Bonita, Sr. José Galego.

* Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Endereço eletrônico: www.incra.gov.br).

Os assentados são uma nova categoria que têm freqüentado o Forte, passando a fazer parte da sua população. Estes moradores freqüentam a escola, os comércios, a Igreja e os bares. É uma convivência pacífica, entretanto o fato de terem outras origens, e não serem nativos da região, acaba por alterar algumas atividades rotineiras da vila. Não é primeira vez, entretanto, que os moradores do Forte se deparam com outras culturas. Durante a história da vila diferentes fatores contribuíram para sua formação, entre eles viajantes de fora, imigrantes e moradores da região que ali buscavam uma morada. E são essas influências, e tantas outras, que ajudaram a ajudar a formar a cultura desse local.

Concordando com a afirmação de Marques (1999), as culturas estão no tempo, no seu próprio tempo e naquele momento em que nos refletem, a contar-nos apenas as suas rotas, a sua História de autonomias, onde as imprevisibilidades já tiveram curso e as irreversibilidades já tiveram vez.

3. ESPAÇOS DE CULTIVO E DE SUBSISTÊNCIA: ROÇAS E QUINTAIS DO FORTE

*Lá no sertão, quase ninguém tem estudo
Um ou outro que lá aprendeu ler
Mas tem homem capaz de fazer tudo, doutor!
Que antecipa o que vai acontecer.
(João do Vale/ José Cândido)*

Na tentativa de compreender como o camponês do Forte desenvolveu suas técnicas de subsistência, foi necessário refletir a respeito de como ele se relacionava com a natureza, entendendo que, em algum momento da construção do seu conjunto de conhecimentos, esta lhe era desconhecida. Desvendá-la tornou-se, neste sentido, um desafio, pois o homem percebeu a necessidade de conhecer detalhadamente essa paisagem para assim retirar dela a matéria-prima básica para a sua manutenção. O trabalhador da terra, à medida que foi desmistificando a natureza hostil, o espaço que habita, passou então a dominá-lo, no sentido de fazer uso dos seus recursos e planejar suas ações de subsistência.

De acordo com Brandão (1981: 50), ao desvendar a natureza e seus elementos, o homem define nichos que podem ser considerados como “espaços de controle e de produção”. No caso do Forte, as roças e os quintais podem ser pensados como estes espaços, pois são os locais que o camponês conhece e maneja. As roças normalmente são encontradas em locais de mata virgem, distante das residências; e os quintais podem ser entendidos como uma extensão do espaço domiciliar, já que são preparados em espaços adjuntos à casa. Esses dois sistemas de subsistência podem ainda ser compreendidos como uma “unidade completa de trabalho e vida”, conforme Brandão (1981: 51) considera, já que fornecem aos moradores muitos dos bens necessários a sua sobrevivência.

A opção de investigar o conhecimento tradicional e as formas de manejo dos recursos naturais de moradores do Forte através do estudo dos sistemas de roça e quintal apóia-se também no argumento de Di Stefano (2004: 19). O autor afirma que a caracterização de um sistema de produção só é possível quando se lhe observa a partir da relação terra - trabalho, associados a uma determinada técnica em um espaço de tempo. Dessa forma, o autor admite a existência de

duas áreas em uma sociedade rural onde se pode estudar a relação do homem com a natureza: a área de produção e o quintal.

Ambos os espaços têm como característica a organização familiar, e a mão-de-obra é realizada pelos membros das famílias “possuidoras” dos terrenos. A roça, no Forte, pode ser considerada um meio de produção masculino, embora seja também feita por mulheres. Os quintais, entretanto, podem ser considerados espaços essencialmente femininos. São as mulheres responsáveis por este lugar, pois ficam mais tempo em casa do que os homens, que saem para o trabalho nas roças que ficam mais distante. Basicamente são as mulheres que realizam o cuidado diário dos quintais, verificando o estado das plantas, fazendo a “limpeza” dos terrenos, e freqüentando o espaço muitas vezes ao dia em busca dos temperos, condimentos e alimentos usados nas refeições, ou de remédios para chás, infusões, ou “garrafadas”.

Esses dois sistemas de produção têm como característica comum utilizarem uma variedade de cultivos que incrementam a diversidade genética do ecossistema em que são produzidos, bem como são selecionadas pelo agricultor espécies de valor biológico e novas espécies que interagem com as espécies nativas. Portanto, pode-se considerar que estes sistemas cumprem um importante papel como reservatórios de agrobiodiversidade para o Cerrado e ecossistema local.

Diante desses argumentos, os espaços de cultivo tradicional podem ser considerados como modelos de subsistência sustentáveis, pois relacionam-se com o conhecimento local e com a manutenção da agrobiodiversidade. Esta, entretanto, não é mantida com o mero propósito da conservação, mas sim numa perspectiva mais holística e integrada ao uso das espécies, variedades ou raças dentro do seu sistema agrícola (FAO, 2006).

A agrobiodiversidade pode ser definida como característica de um sistema agrícola que privilegia a integração entre diversas culturas e a diversidade de espécies, em bases ecológicas (FUNBIO, s/d)²³. Resultam da interação entre o ambiente, os recursos genéticos e os sistemas de gestão e práticas utilizados pelas populações culturalmente diversas, resultando em diferentes formas de utilização da terra e água para a produção, e englobando a variedade e diversidade de animais, plantas e microorganismos que são necessários para sustentar as funções chave, as estruturas e os processos do ecossistema agrícola como apoio da produção e segurança alimentar (FAO, 2006).

²³ Fundo Brasileiro para a Biodiversidade. Endereço Eletrônico: www.funbio.org.br.

As roças tradicionais praticadas no Forte têm como característica básica um ciclo de atividades, que se completa quando, após anos de descanso, a área de roça é utilizada novamente para os cultivos. Trata-se da retirada da cobertura vegetal, queima do material retirado (o que incrementa a terra com nutrientes), plantio e colheita, e após alguns anos de uso (no Forte pode chegar a até quatro anos), o abandono do terreno, conhecida como coivara. As roças são estratégias de sobrevivência muito antigas, constituindo uma base importante para os assentamentos humanos. O cultivo de derrubar e queimar é uma prática distribuída por todo o mundo, recebendo diferentes nomes de acordo com o local de origem como, por exemplo, *ladang* na Indonésia, *milpa* na América Central e cultivo *swidden* (que significa coivara) no norte da Inglaterra (DI STEFANO, 2004).

Adams (1994: 5) afirma que a agricultura de coivara é um exemplo de sistema policultural complexo, que se diferencia da agricultura moderna por existir somente a manipulação do ecossistema original, alterando-se apenas alguns componentes selecionados do mesmo. Há também, de acordo com a autora, a substituição de espécies selvagens por espécies utilizadas no cultivo tradicional que possuem nichos ecológicos semelhantes, simulando a estrutura e função do ecossistema natural.

Tanto as roças como os quintais do Forte podem ser considerados sistemas policulturais. Em um pequeno espaço, é encontrada uma grande diversidade de plantas, com muitas utilidades e importância para as famílias. No caso dos quintais, a sabedoria da maximização do tempo e do espaço, aliada a disponibilidade de mão-de-obra em relação ao tamanho de cada um deles é uma característica importante para a manutenção deste sistema produtivo, conforme constata Di Stefano (2004: 20). Em seu trabalho, realizado no município de Porto de Barreiros, Goiás, o autor descreveu os quintais como o alicerce de uma estrutura de auto-subsistência para a comunidade, por serem responsáveis por quase toda a alimentação diária dos moradores, fazendo a ligação entre a casa e as áreas maiores trabalhadas na roça. No Forte, tal comparação pode ser feita na medida em que os quintais abastecem as residências com nutrientes e remédios, fornecendo também mudas e sementes para as roças.

Culturas de diversos tipos coexistem nestes espaços domésticos, o que garante por um tempo constante, mesmo com mudanças de estação, alimento e outros recursos. Na Vila do Forte são cultivadas muitas árvores frutíferas e de outros tipos nos quintais. Entre essas, encontram-se mangueiras, fruta-pão, jaqueiras, cajueiros, cagaita, jenipapo, bananeiras, baru, jatobá, seriguela,

goiaba, graviola, cacau, limão, abacate, acerola, pitanga, jabuticaba, mangaba, laranjeiras e mamoeiros (Figura 14).

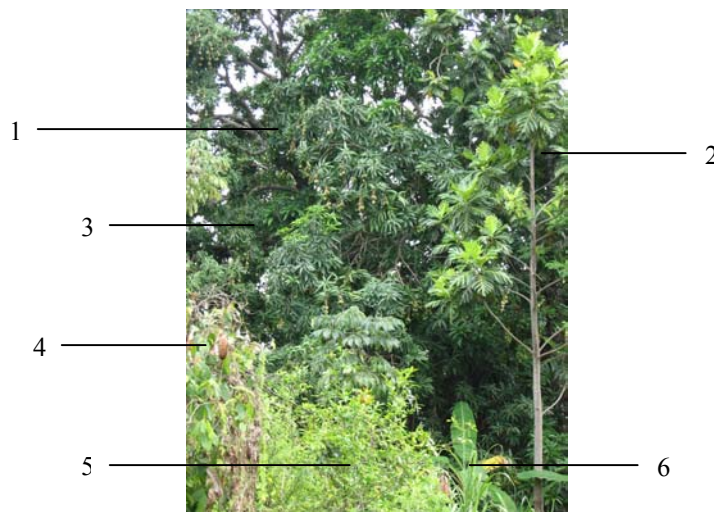


Figura 14. Um exemplo da diversidade de árvores encontradas nos quintais do Forte. Nesta foto são encontradas mangueiras, *Mangifera* spp (1 e 3), fruta-pão, *Artocarpus incisa* (2), bucha (4), jabuticabeira, *Myrcia cauliflora* Berg. (5) e bananeira, *Musa* spp (6), no quintal da D. Jove.

Os quintais cumprem diversas funções sociais e de manutenção da identidade local. São importantes fontes de nutrientes a partir dos cultivos de legumes, frutas, temperos e condimentos usados na alimentação, e da criação de animais que fornecem proteínas para os moradores (principalmente ovos e carne de aves). Os quintais fornecem também remédios, sendo freqüentemente usados em emergências, ou mesmo em caso de um mal-estar corriqueiro. Além de proporcionar segurança alimentar e econômica para as famílias, os quintais ainda colaboram para que os moradores sejam menos dependentes de produtos industrializados (que são oferecidos nos mercados locais da Vila e cada vez mais consumidos) ou de medicamentos, já que são difíceis de ser encontrados na comunidade, onde não existe farmácia e o único posto de saúde funciona uma vez ao mês, normalmente para consultas de rotina e não pra atendimentos emergenciais.

Uma função cultural importante dos quintais acontece por conta dos intercâmbios de mudas e sementes realizados pelos moradores, vizinhos ou parentes, principalmente através das mulheres. No Forte, são comuns as visitas aos quintais vizinhos, na procura de algum tempero, fruta, ou remédio. A ocasião é aproveitada para colocar a conversa “em dia”, trocar informações e visitar os amigos e parentes, hábitos que envolvem o quintal e são fundamentais para manter a coesão do grupo social. O intercâmbio de mudas é freqüente entre os quintais, quando não existe

uma planta em um quintal e existe em outro, ou quando algum morador tem uma planta nova. São práticas que permitem que os quintais sejam constantemente manejados e sua diversidade esteja sendo incrementada, dando um caráter dinâmico a este espaço.

Os quintais desempenham um importante papel econômico, pois alguns cultivos podem eventualmente ser vendidos em feiras e mercados para complemento da renda. No Forte, é mais comum acontecer a venda dos animais de criação e seus produtos quando a renda familiar está desfalcada. Fornecem também alguma matéria-prima para o beneficiamento de culturas, como da mandioca e do milho, que são levados aos locais de beneficiamentos (em geral nas fazendas no entorno, ou antigamente, quando acontecia nos próprios quintais de alguns moradores que possuíam a moenda) para o preparo de produtos essenciais na alimentação e renda das famílias – a farinha e o polvilho da mandioca, e o fubá do milho. O algodão (espécie não identificada), também cultivado nos quintais, era fiado antigamente em rocas artesanais pelas mulheres, para a confecção de roupas, lençóis e toalhas. Da mamona (*Ricinus communis* L.) os moradores do Forte preparavam um óleo, extraído das sementes, que abastecia os candeeiros. Além disso, os moradores relatam o seu uso terapêutico, no caso de pneumonia, infecções intestinais e purgante, usados tanto no homem como nos animais. O açafrão (*Crocus sativus* L.) é seco e moído para preparar um condimento usado no preparo de arroz e frango (Figura 15).



Figura 15. Bandeja com o açafrão colhido dos quintais. Quando as folhas secam, a raiz do açafrão é retirada ficando exposta ao sol para secar, sendo depois moída para preparo do condimento.

Conforme as informações apresentadas acima, pode-se considerar que a diversidade dos quintais, além de alimentar as famílias, cuidar de sua saúde e gerar renda, é também fundamental para a saúde do sistema agroecológico como um todo (OAKLEY, 2004).

Os quintais podem ser caracterizados como um dos sistemas de produção complementar às roças (GARROTE, 2004), sendo que os dois sistemas se relacionam, pois são reservas de espécies e variedades um do outro. O quintal, por exemplo, pode oferecer as manivas de mandioca para a roça, e a roça pode oferecer mudas a serem plantadas nos quintais. De acordo com Di Stefano (2004), as áreas de produção externa – roças - complementam a área do quintal na obtenção nutritiva necessária para a sobrevivência das famílias.

Os sistemas de roça e quintal podem ser referidos como estratégias de multiuso das quais os produtores tradicionais manipulam a paisagem natural, de forma que duas principais características são mantidas e favorecidas: os mosaicos do habitat e sua heterogeneidade, e a variação genética e biológica (TOLEDO, 2001). Sabe-se que a manipulação do homem no seu meio natural é tão antiga quanto sua existência na terra, e há milênios ele maneja a terra e altera as formações naturais, construindo novas formações e incremento florestal através de antigas estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelos agrupamentos humanos quando se começaram a ficar menos nômades e a domesticar as plantas e animais (ADAMS, 1994).

Dessa forma, os espaços de cultivo e subsistência dos quintais e das roças são fundamentais na manutenção da estrutura do ecossistema onde são praticados, além de possibilitarem a inter-relação entre a agrobiodiversidade e o conhecimento local. A agrobiodiversidade é um modelo central à biodiversidade total, e deste modelo fazem parte os ecossistemas agrícolas mistos, espécies ou variedades colhidas, germoplasma vegetal, e conhecimento local e cultural de diversidade (FAO, 2006).

O conhecimento local e a cultura podem, portanto, ser considerados partes integrantes da agrobiodiversidade, pois é a atividade humana da agricultura que molda e conserva esta biodiversidade (FAO, 2006).

3.1 O SISTEMA AGRÍCOLA TRADICIONAL: ROÇAS-DE-TOCO

*Quando é tempo dessa cigarra cantar
a gente alembra que era tempo de plantar!
(Sr. Leão, 86 anos)*

As roças-de-toco são um sistema produtivo de subsistência muito antigo no Forte. Eram cultivadas geralmente nas fazendas, ou nas “matas virgens”, e os roceiros eram chamados de “agregados” pelos proprietários das terras. Santos (1981) comenta que o agregado se estabelecia

na grande fazenda por ser talvez sua única e melhor opção que este produtor de alimentos encontrava. Para o fazendeiro também era vantajoso ter um produtor familiar em suas terras, de acordo com a autora, por conta da necessidade de suprir a fazenda com meios de subsistência e trabalho, sendo a ajuda do agregado uma espécie de intercâmbio com o dono da terra. O Sr. Anísio, morador do Forte e agricultor, relata como acontecia esse processo:

Quem não tinha terra os fazendeiro dava. Naquele tempo podia por roça em qualquer fazenda, eles não brigava não.

Por ser um sistema que oferecia vantagens tanto para o agregado quanto para o dono da terra, permitia-se a instalação do produtor e de sua família dentro das propriedades, sendo que algumas vezes uma pequena parte das terras era doada ao trabalhador, que formava uma espécie de parceria com o proprietário, de forma a aproveitar melhor os amplos recursos naturais e as terras férteis que seu terreno oferecia.

A referência aos tempos passados, quando no depoimento acima o morador faz menção “àquele tempo”, reflete um outro momento das relações de posse e uso das terras na região, quando parecia ser mais vantajoso possuir a terra, mesmo que ela não oferecesse nenhuma grande produção. Dessa forma, as fazendas apresentavam grandes extensões de vegetação nativa preservada, onde os agregados poderiam preparar suas roças sem impedimento.

Os limites das fazendas não eram marcados com cercas, e o acesso às terras particulares era livre, como conta o Sr. Vitezinho: *A senhora podia criar à vontade, podia por roça em qualquer lugar, ninguém lhe impedia. Não tinha um fiapo de arame!*

O agricultor era quem decidia se poderia ou não dar parte de sua produção ao fazendeiro, o que dependia também da forma como se relacionavam, do compadrio. O Sr. Leão comenta: *Naquele tempo fazendeiro não ligava para isso não... Alguns davam para ele milho verde ou polvilho.* A parceria era amigável e a produção era dividida conforme o nível de amizade e proximidade entre os parceiros, mas basicamente o pequeno produtor não tinha obrigação nenhuma e a produção era toda para seu sustento.

Uma outra forma de uso da terra encontrada no Forte era a “meia”. O Sr. Leão explica: *Na meia é quando metade da produção era do dono da terra e metade do trabalhador.* Neste caso, havia um acordo prévio entre os parceiros para que parte da produção fosse destinada ao dono da

terra. A depender da sua capacidade de negociação ou do seu envolvimento com o proprietário, o pequeno agricultor definia como seria sua apropriação da terra, ou como “agregado” ou como “meeiro”.

Mais uma vez observa-se nos depoimentos acima uma referência ao passado, que era visto como um tempo de fartura e de autonomia das relações do homem com a natureza. Nesta relação, o homem parecia deter o poder sobre este espaço podendo manejá-lo de acordo com suas necessidades.

Uma das principais formas de manejo do espaço natural pelos fortenses eram as roças-de-toco. Tratava-se da retirada da vegetação em um determinado terreno do Cerrado, seguida da queima do que foi retirado, deixando o espaço livre para o plantio. O Sr. Leão conta como funcionava esse sistema:

Derrubava a mata no machado e na foice. Queimava para limpar. Tinha que acerrar encoivarava tudo e fazia cerca com a madeira que tirava.

A queima da vegetação era uma etapa importante para o preparo da terra, e o pequeno produtor assimilou empiricamente este aprendizado. Ele sabe que, além de fornecer “o alimento principal da fertilização do solo”, esta prática transformava a cobertura da área em uma cinza fertilizadora para o próximo cultivo no local (DI STEFANO, 2004). Essa é uma prática milenar sendo conhecida por muitas populações tradicionais. Os Kayapó, por exemplo, conhecem bem a propriedade fertilizante das cinzas, de acordo com os estudos de Overy; Posey (1996), que contribui para aumentar a vida útil desses solos.

Para que o fogo não avançasse na mata nativa circundante à roça, os agricultores preparavam um aceiro em torno da área. A queima, então, acontecia de forma controlada, para somente atingir a área escolhida para o cultivo.

Os moradores contam que as melhores madeiras retiradas do roçado, como do jatobá (*Hymenaea stilbocarpa*), do jequitibá (*Cariniana estrellensis*), da aroeira (*Astronium urundeuva*), da sucupira (*Pterodon* sp), eram aproveitadas para a construção de uma cerca para proteger a roça e delimitar o seu terreno: *Cercava a roça pra mó de criação, de gado não ir comer a planta*. As madeiras de qualidade inferior poderiam ser queimadas para alimentar a cinza nutritiva, de acordo com o comentário do Sr. Leão: *Quando a madeira é maneira, usava para fazer a cerca, o*

resto coivarava, juntava os tocos e colocava fogo. Essas madeiras menos resistentes poderiam também ser aproveitadas como combustível para os fogões à lenha.

A queima da vegetação, denominada coivara, é uma prática herdada das técnicas agrícolas indígenas, assim como a forma de plantio da roça-de-toco. Ribeiro comenta a respeito:

No Cerrado se praticam técnicas agrícolas indígenas, como a chamada “roça-de-toco”, consistindo na derrubada da mata, queima e coivara, sem a destoca, ou o uso de arado no preparo do solo. Depois de três a quatro anos de cultivo, inicia-se o período de pousio, com a retomada da área pela vegetação nativa (2002: 261).

Pode se observar que o sistema de roça-de-toco funcionava de forma cíclica: corte, queima, plantio, abandono, e novamente o plantio. O período de pousio é fundamental para a terra se regenerar naturalmente. Os moradores falaram que a terra fica “velha” e a roça não oferece mais a riqueza de cultivos de antes. O Sr. Leão explica: *A terra nova a planta sai com reforço, a terra velha a planta fica miúda.* No Forte as roças-de-toco poderiam durar até quatro anos antes do abandono da área, que, de acordo com o morador: *esse lugar virava mato de novo.*

Diante desses fatores, pode-se supor que a capacidade de suporte²⁴ do ecossistema não era ultrapassada, pois a vegetação tem um tempo para regenerar-se. Pode-se também considerar as roças-de-toco como sistemas sustentáveis, na medida em que proporcionam o descanso da terra e privilegiam a maximização do esforço, aliando um espaço reduzido a uma farta produção dos cultivos. Tais características, como já afirmado anteriormente, são importantes e fundamentais para a manutenção da agrobiodiversidade local.

É importante ressaltar o papel das capoeiras nesse sistema, como é chamada a vegetação que cresce nas áreas de pousio. O descanso da terra dá lugar a sucessão secundária da vegetação, onde espécies oportunistas podem recolonizar a área permitindo que uma nova configuração vegetal apareça. Conforme discute Peroni (2002) os ciclos de pousio e abertura de novas

²⁴ Em um determinado sistema ecológico existe um custo energético para a sua manutenção, relacionado a produção bruta de biomassa, sendo necessário um equilíbrio energético em relação a entrada e saída de energia. A quantidade de biomassa, que pode ser sustentada nestas condições, é denominada capacidade de suporte (ODUM, 1988). Entendendo a roça-de-toco como um sistema ecológico, esta explicação pode ser então aplicada ao seu manejo, já que a produção de biomassa, na forma de cultivos, é limitada a medida que a terra deixa de dar o retorno energético necessário para sua manutenção. O agricultor, percebendo isso, abandona a produção deixando o tempo necessário para a recuperação do sistema, que no Forte, de acordo com as informações dos moradores, pode durar até dez anos.

roças, nos locais de capoeira, permitem que as espécies experimentem ciclos recorrentes de seleção natural e humana.

Embora os espaços da capoeira fiquem por longos períodos sem manejo direto, os agricultores ocasionalmente visitam essa vegetação, aproveitando algumas vezes as espécies que estão disponíveis, como por exemplo, mandiocas ou plantas medicinais. Sobre o uso das espécies comuns ao processo sucessional que se instala nas capoeiras antigas, Adams (1994: 13), em seu estudo com comunidades caiçaras da Mata Atlântica, constatou que estas são amplamente aproveitadas, pois fornecem uma variedade muito grande de produtos úteis.

Posey (1987b), que realizou um detalhado estudo dos sistemas de agricultura do grupo indígena Kayapó, afirma que a maior importância das capoeiras talvez seja em sua concentração de plantas medicinais. Em seu trabalho o autor descreve que 94% das 368 espécies coletadas numa capoeira Kayapó se destinavam ao uso medicinal.

No Forte, os moradores relatam que as capoeiras eram herdadas pelas gerações de famílias que faziam seu uso, sendo usadas novamente para as roças. O Sr. Leão conta que fez as suas roças em áreas de capoeira que foram deixadas pelo seu pai. Observa-se, então, que as capoeiras cumprem um papel histórico na evolução da paisagem local ao serem manejadas por gerações. São áreas importantes, inclusive, para o estudo das transformações da paisagem pelo homem, abordados também pela Ecologia Histórica (BALÉE, 2006).

Em relação a essas alterações, Balée (1996), ao estudar os índios Guajá da floresta amazônica, observou diversas espécies botânicas na floresta, que indicavam ser aquela área uma mata secundária resultado de antigos manejos de roça, bem como indicam que a configuração da vegetação no momento de seu estudo foi resultado de interferências humanas ao longo de séculos de convivência. O autor se refere a este grupo indígena como “povos da capoeira velha”, e comenta que estes espaços abrigavam recursos botânicos de que os povos, direta e indiretamente, dependiam. O autor discute a importância de se conservar esses espaços:

A conservação de capoeiras velhas tem importância comparável à conservação das matas chamadas primárias do ponto de vista tanto biológico quanto cultural. A biodiversidade e a importância econômica das capoeiras velhas têm de ser enquadradas como elas são: oriundas das atividades cotidianas de horticultores indígenas do passado, e não o resultado aleatório de alguma natureza supostamente abundante, se não infinita (1996: 164).

O autor aponta a contribuição das capoeiras para a biodiversidade da região. No Forte, infelizmente essa contribuição tem sido interrompida pela prática atual de se plantar pasto para o gado com espécies exóticas de gramíneas, como o capim-braquiária e o “agropolo”, em locais onde a roça é abandonada. Em certa ocasião de uma visita à comunidade, foi perguntado ao Sr. Leão se era possível visitar alguma área de capoeira, e o morador respondeu com uma constatação: *Hoje não tem mais capoeira, tudo vira pasto e não vira mata. Os fazendeiros hoje plantam capim pra gado depois da roça.*

O que era uma prática de características sustentáveis, pois permitia a regeneração e a formação de uma nova configuração, que colaborava para a manutenção e incremento da biodiversidade local, atualmente encontra-se interrompida por uma prática insustentável, que é cada vez mais comum na região devido à expansão da pecuária e incentivos a esta atividade por programas de governo. A continuidade da atividade tradicional e a transmissão oral do conhecimento sobre as roças têm sido interrompidas. O prejuízo não é só no aspecto ambiental, mas, sobretudo é cultural, pois atinge a identidade local do pequeno agricultor, que é mantida através da transmissão oral do conhecimento.

A sobrevivência de uma cultura depende diretamente da transmissão oral de conhecimentos herdados dos antepassados, principalmente aqueles relacionados à natureza, pois os conhecimentos são a base da segurança do homem do campo (DI STEFANO, 2004).

É importante mencionar que, em tempos passados, como contam os moradores, não existiam forrageiras exóticas na região. Os rebanhos bovinos eram menores e se alimentavam forrageiras nativas, e não havia uma pressão de engorda do gado que o comércio da venda de carne para grandes mercados vem exigindo atualmente. As criações se alimentavam do que a vegetação natural oferecia.

O Sr. Leão cita pelo menos três espécies de capins nativos que eram a base da alimentação do gado, sendo que cada tipo era encontrado em diferentes formas da vegetação: o capim agreste, *que dava no cerrado* (as formações de Cerrado *senso stricto*), o capim-de-raiz, que *cria nas vargens*, e *é o forte para a vaca*, e o capim-jaraguá, de *campo e vargem*: *o capim-jaraguá dá nos mato, nas beirada mais fresca, beira de vargem.*

De acordo com esses depoimentos, observa-se que o morador, além de diferenciar as espécies de gramíneas úteis ao gado, ainda apresenta diferentes tipologias da vegetação, classificadas de forma êmica conforme o conhecimento tradicional empiricamente acumulado. As

ecozonas conhecidas no Forte são: *cerrado*, *campo*, *vargem* (veredas) e *mato*, que são localmente diferenciadas com base nas espécies vegetais dominantes e nas diferenças da paisagem.

As pastagens naturais que alimentavam o gado tornavam as despesas com a pecuária quase nulas, facilitando que o pequeno agricultor pudesse também ter algumas vacas e bois para suprir sua família. O Sr. Leão comenta a respeito: *O gado comia o barro nos barreiros, não precisava de sal. Não tinha despesa nenhuma, só com creolina para bicheiro.*

Recentemente, entretanto, a criação de gado tem demandado despesas altas com vacinas, suprimentos alimentares e sementes para os pastos. Moradores contam que os capins exóticos trouxeram doenças para o gado que antigamente não existiam, como se pode observar neste depoimento do Sr. Leão: *O capim artificial trouxe a mosca de chifre, que é gerada do esterco de gado, e antes não existia aqui.*

A atividade da pecuária, realizada de maneira natural outrora, recentemente perde espaço para as criações extensivas. Conseqüentemente, áreas de capoeira também vão deixando de cumprir seu papel na manutenção da agrobiodiversidade, pois tornam-se necessárias para aumentar a pastagem do gado. Não só as áreas de pastagem têm aumentado rapidamente, como as áreas de cultivo e lavoura também se estenderam devido às demandas da monocultura, cada vez mais comum no Vão do Paranã.

No sistema tradicional de roça-de-toco, entretanto, uma pequena área de cultivo, que no Forte não ultrapassava, segundo os entrevistados, a medida de um alqueire, era aproveitada ao máximo com diversas culturas aí mantidas. Eram plantadas a mandioca, o milho, o arroz, o feijão, a mamona e a cana-de-açúcar, espécies necessárias basicamente para a alimentação do produtor. O Sr. Leão relata: *As roça era pequenininha. Essas roça-de-toco em terra boa só produz muita coisa num pedacinho só.* Um alqueire de roça poderia produzir, como relatam os moradores, até 36 litros de arroz.

A policultura é uma importante estratégia de subsistência que maximiza o espaço com o cultivo de muitas espécies, tornando o sistema agrícola extremamente variado. Overall; Posey (1996) observam que a diversidade de plantas nas roças dos Kayapó contribuía para a estabilidade do sistema ecológico. A prática de policultura, de acordo com autores, aumenta a diversidade desses sistemas agrícolas. No tocante a atividade agrícola tradicional de uma forma geral, Amorozo (2002a) comenta que os espaços de policulturas combinam-se com áreas de vegetação natural em diferentes estágios de sucessão ecológica, de modo que um mosaico com

diferentes ambientes coexiste, permitindo ao agricultor manter os processos ecológicos que contribuem para a estabilização do sistema. Dessa forma, as práticas de policultura podem ser consideradas ecologicamente sustentáveis.

O processo de preparo da roça acompanha os sinais da natureza observados pelo agricultor. Dessa forma, estão incluídos no *corpus* a observação das estações climáticas, das fases da lua, e as configurações da paisagem através dos quais o produtor pode planejar suas estratégias e organizar sua produção. No Forte, o planejamento da roça segue um Calendário de atividades, apresentado na Tabela 6.

Tabela 6. Calendário da agricultura realizada na Vila do Forte.

Clima	Mês	Atividade	Fase da Lua	Comentários
Seca	Maio	Derruba o “mato alto” - usa o machado. Roça o “mato baixo” – usa a foice.	Minguante	<i>Na minguante de maio começa a fazer a roça. O mato baixo é a garrancheirinha de cipó, a folhagem.</i>
	Junho/Julho	Deixa secar as folhas.		
	Agosto (até dia 24)	Fazer o aceiro; Queimar as folhas; Faz a coivara.	Minguante	<i>Tem que queimar na minguante porque nasce menas mundice na terra. Essa época é boa pra queimar. Queima e junta os garrancho e cisco que fica do fogo. A terra fica pronta!</i>
Chuva	Setembro e Outubro	Planta milho e mandioca	Minguante	
		Planta cana e arroz.	Crescente	
	Dezembro	Planta arroz.	Crescente	
	Janeiro			<i>O milho ainda está secando em janeiro. O milho colhe junto com o feijão.</i>
	Fevereiro e Março (“Fim d’água”)	Planta Feijão.	Minguante	<i>Para o Feijão ficar sadio, não dar caruncho, os besourinho não junta.</i>
Seca	Abril	Colher o Milho (conforme a colheita do feijão)		
	Julho a Setembro	Colher cana		<i>Tem que colher a cana antes da chuva pra cana não desandar, não ficar choca.</i>

A roça se inicia no mês de maio, durante a seca, sendo importante, de acordo com os entrevistados, que aconteça quando a lua está na fase minguante, pois, como foi relato, a terra poderia render os produtos de melhor qualidade. O Sr. Leão afirma que *a lua é que governa, e maio era o tempo dos antigos roçar a roça*.

Conforme os depoimentos dos moradores, coletados neste trabalho, pode-se supor que a observação dos fenômenos da natureza fornece, para eles, indicativos precisos para a realização de seus manejos. A observação da lua, nesse sentido, parece ser a mais significativa para a produção agrícola do Forte. A fase minguante é a mais importante para plantar e fazer a roça, como afirma o Sr. Leão neste depoimento: *Pra ter vantagem deve roçar a roça na minguante*. O morador explica: *Na lua minguante tudo conserva sadio!* A vantagem acontece, segundo percebe-se nos depoimentos, pois na lua minguante algumas pragas não iriam afetar as plantas e a colheita poderia ser produtiva. Entretanto, os moradores fazem uma ressalva em relação a lua nova. Nesta fase, segundo contam: *todo inseto tá assanhado*, e as colheitas podem ser danificadas por parasitas. O Sr. Leão explica:

Na lua nova tá tudo assanhado, a planta fica infetada. Se for arroz ou milho, ele dá caruncho rápido.

Este morador completa a explicação comentando que *a planta não pode ser feliz na lua ruim*, se referindo a lua nova. A lua minguante, para o morador do Forte, é importante também no momento da coivara, que ocorre, de acordo como os entrevistados, durante os meses de junho e julho, quando a roça já estava aceirada e a vegetação retirada encontrava-se pronta para ser queimada. Os moradores contam que a queima deve ser realizada até o dia 24 de agosto. O motivo desta data é explicado devido a *fé dos antigos*; sendo assim, o prazo deve ser cumprido em respeito a tradição e ao conhecimento passado pelos mais velhos.

Outro fenômeno importante no sistema de roça, relatado pelos moradores, e observado em detalhes por eles, eram as chuvas. Era no período chuvoso, a partir do mês de setembro, que os agricultores do Forte começavam os plantios. Conforme Di Stefano (2004) explica, no sistema de roça-de-toco, as ações para sua implantação devem acontecer em tempo e espaço adequados para que se consiga plantar no início das águas. O Sr. Leão então afirma: *Planta de roça é só com chuva*.

As primeiras chuvas eram, portanto, o indicativo para o plantio de certas espécies. A mandioca, é um exemplo, conforme a explicação do Sr. Leão: *a mandioca planta na terra quente, nas primeiras chuvas*. O milho e a cana também: *o milho a hora que chovesse já podia plantar, é conforme a chuva. Na hora que choveu, a cana pode plantar também*. Observa-se que as chuvas e as fases da lua norteiam o produtor para o momento de plantar e colher (DI STEFANO, 2004), o que confirma também seu acurado conhecimento e observação dos fenômenos da natureza e como eles influenciam os ciclos de plantio.

Deve-se estar atento, como dizem os entrevistados, para o início das chuvas, pois existem colheitas que só são realizadas na seca. A colheita da cana, por exemplo, deveria ser feita antes das chuvas, conforme descreve a moradora do Forte, D. Jove: *tem que colher a cana até setembro, antes da chuva, porque a hora que chove a cana choca, desanda*. Um indicativo reconhecido pelos moradores para a colheita da cana é quando ela está flechada, ou seja, quando suas inflorescências (chamadas popularmente de “flecha”) estão mais visíveis.

A decisão do que plantar é fundamental no planejamento das roças. Obedece-se as necessidades mais básicas, como a alimentação e as plantas que possam fornecer matéria-prima para a manutenção de uma vida confortável às famílias. O consorciamento entre cultivos é uma forma de plantio que responde a essas necessidades básicas. As culturas consorciadas são antigas estratégias que comunidades tradicionais adotaram para garantir seu sustento.

Os consórcios entre os plantios podem, por exemplo, ajudar a controlar pragas nas roças, como descrito por Overal; Posey (1996), em relação às roças dos Kayapó. Outra vantagem dos consórcios é maximizar o espaço de cultura, podendo plantar duas ou mais espécies ao mesmo tempo e no mesmo espaço. Tal planejamento só é possível por causa do conhecimento destes agricultores sobre os ciclos fenológicos das plantas, que são avaliados pelo produtor, levando em conta as exigências nutricionais e diferentes morfologias das espécies (DI STEFANO, 2004).

Dentre os consórcios praticados no Forte, foram observados o do milho e do feijão. O feijão é plantado em janeiro e fevereiro, sendo colhido quando acaba o período das chuvas. O feijão tem o crescimento rápido, e quando plantado nas chuvas é conhecido pelos moradores como “feijão das águas”. Este é o feijão colhido em janeiro, quando ainda há chuva. O “feijão da seca” é o feijão colhido em abril, fora da estação chuvosa. O milho, plantado no início dos plantios na roça, em setembro ou outubro, é colhido juntamente com o feijão, em fevereiro e abril. O Sr. Leão explica *que é uma colheita junta, carrega o feijão e o milho*. O consórcio destas

duas culturas oferece vantagens mútuas e maximiza a sua produção. Santos (1981) comenta que o milho, quando está granado, pode oferecer sombra ao feijão num momento bem propício, pois é quando está germinado. Da mesma forma o milho, quando começa a secar, é dobrado para que as espigas não apodreçam por causa das chuvas, servindo de suporte para feijão quando estiver com as ramas crescendo.

Outros consórcios que foram relatados pelos moradores do Forte são do milho com a mandioca, e da cana com o arroz. Parece que o milho tem um papel fundamental nestes cultivos. Di Stefano (2004: 88) observou em seu trabalho que o milho é o grande elo em meio a todas as culturas, por se associar e consorciar a maioria delas. Woortmann; Woortmann (1997: 94) descrevem a prática dos consórcios em detalhes, no seu trabalho com os camponeses de municípios rurais de Sergipe. Os autores destacam, como uma característica muito importante do consorciamento, a dinâmica da alternância dos consórcios, onde é redefinida a cada ano a distribuição espacial das plantas de acordo com as características de cada planta e do conjunto, constituindo no espaço da roça um todo harmônico, em harmonia também com as relações sociais a serem mediadas. Outra vantagem do consórcio, de acordo com Santos (1981), é a maximização da mão-de-obra, sempre familiar, por se cuidar de vários tipos de cultivos numa roça só, e num mesmo tempo de plantio.

O conhecimento tradicional do agricultor do Forte é aplicado também na escolha do local na vegetação nativa que seja mais propício para cada cultivo, dependendo das suas características botânicas e fenológicas reconhecidas por ele. Esse fato foi observado no Forte, onde os moradores relacionam altitude com umidade ao planejar suas culturas. Dependendo das características observadas, determina-se a escolha de um local apropriado para cada cultivo. Isso pode ser evidenciado neste depoimento do Sr. Leão:

O terreno para plantar arroz e cana é de terra mais fresca, mais embrejada. Para o milho, a terra é mais alta, mais enxuta.

Pode-se supor, a partir das falas dos moradores, que o planejamento da roça requer um detalhado conhecimento também da paisagem, e a possibilidade de relacionar as diferentes formas como ela se configura com as características de plantio e crescimento das espécies cultivadas. Associando os dois conhecimentos, sugere-se que o agricultor do Forte pode garantir uma próspera colheita e o retorno do seu trabalho, já que o preparo da roça exige um grande

esforço físico. O Sr. Brígido, outro morador e agricultor da comunidade, comenta a respeito: *Roça de toco é feito de mão, machado e foice. Feito a braço.*

Como se pode observar neste trabalho, os produtos da roça eram a base do sustento das famílias do Forte, sendo destinados principalmente para o consumo. Os excedentes, que acabavam sendo estocados, não tinham um destino certo. Devido às dificuldades de transporte e ao isolamento da comunidade, maior ainda nos tempos antigos, os produtos que não eram consumidos se perdiam, pois não havia opções de comércio, como relembra o Sr. Leão:

Naquele tempo, você tinha que comer do que fizesse, porque não tinha transporte de nada. Se você colhesse arroz pra sobrar da despesa sua, você ficava com ele aí até jogar fora. Porque arroz velho ninguém não queria mais, e só remediava de um pro outro, não tinha exportação. Se você plantasse pra sobrar não tinha quem, pra quem você vender a sobra. E era todas as coisas que produzia era desse jeito. As sobras da sua despesa ficava sem valor.

Tal fato poderia exigir do produtor um cálculo preciso do planejamento da roça, para que a produção fosse toda aproveitada e não desperdiçada, muito embora, como foi relatado acima pelo Sr. Leão, acontecessem vezes da roça ser tão produtiva que não eram encontrados meios de escoar essa produção. Moradores descrevem que no Forte havia muita fartura e as colheitas eram produtivas e garantiam a sua alimentação e dos animais de criação. O Sr. Vitezinho, outro morador antigo, comenta sobre isso:

Plantava de tudo aqui: mandioca, feijão, milho, arroz... E dava bastante, e a roça era pequena. Mas uma renda terrível! Era um faturão! Tinha farinha, moia cana, tinha engenho, fazia rapadura.

O morador relatou os tempos de fartura. Das roças, eram retiradas a matéria-prima para o preparo de outros produtos consumidos pela comunidade, como a farinha da mandioca, a rapadura feita da cana-de-açúcar. O beneficiamento será comentado mais adiante neste trabalho. O que se ressalta aqui é que este sistema de subsistência está desaparecendo no Forte, a julgar pelos relatos dos moradores entrevistados. Observa-se que eles estão cada vez mais dependentes

dos produtos industrializados, e o que ainda os provê são os cultivos dos quintais. A mecanização da agricultura foi um das principais motivos do abandono dessas práticas, além da maior facilidade de acesso aos produtos industrializados, devido a melhoria nas estradas que facilitam o abastecimento dos comércios locais. Neste sentido, o Sr. Leão relata que, hoje em dia, *as coisas abastecem que tá mais preferível comprar do que ir plantar.*

Quando o morador é questionado a respeito da existência, na região do Vão do Paranã, de alguma comunidade que pratica os sistemas tradicionais agrícolas, ele responde:

Não tem mais roça não. Onde eu conheço aqui não. Antes todo mundo tinha suas roças. Nesses lugar tem lavoura de gente de fora que chega, tudo mecanizada. Esses é que tão fazendo fartura. Mas essas rocinha que tinha aqui não tem mais não. Tudo quer mexer é com maquinário. Ninguém vai mais cortar pau de braço pra fazer roça não. Acabou isso. É tudo máquina. Hoje ninguém corta mais um pau de machado, é só de motosserra. Agora eles trabalha é muito, é alqueires e alqueires de chão, ninguém mais vai capinar chão pra plantar. Tá na base das máquina. Mas naquele tempo era obrigado a cortar o que precisava, porque não tinha outro jeito. Tinha que ser era no machado mesmo se quisesse trabalhar pra fazer qualquer coisa.

Tal fato, descrito no depoimento acima, agravou-se mais porque o acesso às lavouras mecanizadas e ao maquinário moderno normalmente é possível para os agricultores de outras regiões, que chegam na região do Vão com mais condições de obter terras maiores que só podem ser trabalhadas com ajuda mecânica, o que contribuiu para dispensar também o pequeno agricultor que poderia colaborar com sua mão-de-obra. O trabalhador da terra se tornou dependente das políticas assistencialistas do governo, ficando ocioso quando não consegue os empregos temporários. O Sr. Leão comenta que recentemente é mais fácil comprar do que ir produzir, indicando a necessidade de se ter uma renda para garantir este consumo, tornando-o dependente da aposentadoria rural, a única fonte de renda da maioria dos trabalhadores mais antigos do Forte.

A ligação com a terra se enfraqueceu, tornando o conhecimento acumulado por gerações apenas lembranças na memória dos agricultores mais antigos.

A perda é maior quando se percebe que a reprodução social destes moradores está intrinsecamente relacionada com as práticas da agricultura de subsistência. Como afirma Adams

(1994), essas práticas tradicionais agrícolas permitiam a regeneração da floresta e a sucessão manejada pelo homem, favorecendo diversidade ecológica e auxiliando na reprodução social destas populações, levando também ao um aumento correspondente na capacidade de suporte do meio ambiente para o homem.

As técnicas empregadas na roça-de-toco podem ser consideradas sustentáveis na medida em que a matéria retirada da mata é reaproveitada, tanto na construção das cercas como fornecendo nutrientes para o solo, bem como os cultivos, e o descanso da terra, que contribuem para o aumento da diversidade local, já que sementes e plantas cultivadas permanecem no solo enquanto durante o pousio. Do manejo antrópico dos cultivos podem surgir muitas as variedades de plantas, entre elas destaco as variedades de mandioca e cana-de-açúcar encontradas neste trabalho.

3.1.1 As “Qualidades” de Alguns Cultivos

A proposta deste tópico é a apresentar brevemente as variedades existentes no Forte de dois cultivos importantes para esta comunidade: a mandioca e a cana-de-açúcar. Moradores relataram muitos tipos para essas espécies, que eles chamam de “qualidades”.

A mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) é uma espécie tuberosa de propagação vegetativa, pertencente à família Euphorbiaceae, cuja rica diversidade genética foi preservada e controlada pelos horticultores indígenas ao longo de milhares de anos de experimentação (CHERNELA, 1987). É cultivada na agricultura autóctone ou agricultura tradicional, termo utilizado na literatura para designar o sistema agrícola cujas bases técnicas reportam ao Brasil pré-colonial, e mantida por populações indígenas remanescentes que assimilaram a técnica transmitida culturalmente por seus antepassados (FARALDO et al., 2000). A mandioca compunha o modelo ideal que sustentava a estratégia de segurança alimentar de comunidades, sendo plantada em diferentes tipos de solo: no quintal, em terra arrendada e de “à meia” (DI STEFANO, 2004).

No Forte, a mandioca é cultivada tanto nos quintais quanto nas roças-de-toco, sendo um dos principais cultivos para a comunidade, pois fornece a matéria-prima para a produção de farinhas e polvilhos, produtos de seu beneficiamento, além de ser usada no preparo de bolos e na alimentação em geral (Figura 16).



Figura 16. À esquerda a farinha de mandioca, um dos principais produtos e base da alimentação na comunidade do Forte. À direita o bolo de puba, muito apreciado pelos moradores, que é preparado na folha da bananeira.

Nas roças do Forte, foi observado que a mandioca é plantada em consórcio com outras espécies, como o milho, por exemplo. Essas associações foram também observadas nos quintais, onde a mandioca às vezes foi observada plantada junto com a cana e também com o milho.

A propagação da mandioca é do tipo vegetativa²⁵, e se dá através da retirada de suas ramas quando estão na idade de 10 a 12 meses, já maduras. Essas ramas são chamadas no Forte de manivas (Figura 17). As manivas podem ser retiradas dos quintais, das roças ou intercambiadas entre os moradores. A moradora Sra. Jove cultiva em seu quintal uma variedade de mandioca chamada “cascudinha”, e dela retira as manivas para plantar em sua chácara, nas proximidades do Forte. Ela explica que *a maniva é a rama da mandioca, é o pau que a gente planta.*

²⁵ Propagação vegetativa é a multiplicação somática do indivíduo, e pode se dar, entre outras formas, por bulbilhos, colmos, estolões, rizomas e estacas. Ocorre quando a propagação das mudas é feita a partir de uma planta-mãe, via clonagem. A mandioca também propaga-se por sementes.



Figura 17. Um exemplo de maniva retirada de um quintal do Forte.

A mandioca é uma espécie de potencial tóxico, devido aos glicosídeos cianogênicos presentes em seus tecidos vegetais. Esses glicosídeos, ao sofrerem uma ação enzimática, liberam o ácido cianídrico (HCN), substância venenosa que é potente inibidor da atividade de enzimas da cadeia respiratória (CARVALHO, 1978). De acordo com o teor de ácido cianídrico encontrado nas variedades de mandioca, elas são classificadas popularmente de “mansas”, quando apresentam teores de HCN abaixo de 50ppm, considerado não tóxico, e “brabas”, que apresentam valores de HCN superiores (CARVALHO, 1978).

Os moradores entrevistados demonstraram conhecer o potencial tóxico da mandioca, e também as classificam como brabas ou mansas, de acordo com as características de toxicidade. No Forte, foram citadas pelos entrevistados, um total de 24 variedades da mandioca, conforme a Tabela 7, e a sua respectiva classificação de brabas ou mansas.

Tabela 7. Variedades de mandioca conhecidas no Forte e sua classificação de acordo com a toxicidade.

Tipos	Característica
Mandioca-rio-verde	Mansa
Mandioca-amarela	Mansa
Mandioca-cascudinha	Braba
Mandioca-vassourinha ou budegá	Mansa
Mandioca-aipim-branco	Mansa
Mandioca-aipim-roxo	Mansa
Mandioca-serrania	Mansa
Mandioca-pão-da-china-branca	Mansa
Mandioca-pão-da-china-roxa	Mansa
Mandioca-joaquinzinha	Mansa
Mandioca-palmeira	Mansa

Mandioca-onça	Braba
Mandioca-rola-pau	Braba
Mandioca-roxinha	Mansa
Mandioca-castelo	Mansa
Mandioca-cacau	Mansa
Mandioca-vira-saia	Braba
Mandioca-babu	Braba
Mandioca-pãozinho	Mansa
Mandioca-sambará	Mansa
Mandioca-arubu	Mansa
Mandioca-casteliana	Braba
Mandioca-impim-mané	Mansa
Mandioca-goianinha	Mansa

Observa-se portanto uma marcante variedade nos tipos de mandioca que os moradores do Forte apresentaram. A presença dessa variedade de “qualidades” do tubérculo pode ser explicada devido ao manejo do homem durante séculos. Apesar da mandioca ter a reprodução preponderantemente vegetativa, a espécie não perdeu sua capacidade de reprodução via processo sexual, o que permite que existam cruzamentos entre variedades diferentes e a auto-fecundação, fazendo surgir uma enorme quantidade de variedades (CURY, 1993, *apud* PERONI et al, 1999).

As diversas variedades são também resultados do período de pousio nas roças, quando sementes que estavam em estado de dormência germinam, podendo trocar genes com as espécies que já estavam plantadas e com espécies nativas, gerando variedades e aumentando a diversidade local. Quando os agricultores voltam às capoeiras, podem encontrar novas variedades que ainda não conheciam, inclusive podem nomeá-las de acordo com alguma característica mais relevante para eles.

Pode-se supor que, no Forte, as variedades acabam sendo testadas pelo agricultor, em relação ao seu uso e grau de toxicidade. Dessa forma, se os agricultores perceberem que se tratam de variedades próprias para a fabricação da farinha, e de bom paladar para o consumo humano, tais variedades poderiam ser introduzidas na comunidade e disseminadas através das manivas.

No Forte, observou-se que são mais consumidas as qualidades de mandioca mansas, e que as brabas são usadas principalmente na produção de farinha. A D. Jove explica: *a mandioca braba marga e embebeda a gente se comer. Empazina. Mata porco, galinha, só serve para farinha.* Os moradores parecem reconhecer algumas variedades como sendo as melhores para o

preparo da farinha, como a mandioca-cascudinha, por exemplo, que é considerada braba, mas também observou-se seu consumo porque parece ter o nível de toxicidade baixo. Outra mandioca apropriada para a farinha, como contam os entrevistados, é a mandioca-vassourinha, que é mansa, e *é boa pra farinha porque é mole pra relar*. Outras variedades que se observou serem apreciadas no Forte são a mandioca-cacau, a mandioca-castelo e a pão-da-china, esta última uma variedade muito antiga na comunidade.

Nos quintais, foram observados o cultivo principalmente das variedades mansas, como a pão-da-china-branca e a roxa, a mandioca-serrania, a mandioca-rio-verde e a palmeira. Entre as brabas, a mandioca-cascudinha foi a única encontrada nestes espaços domésticos.

Segundo os entrevistados, existem mandiocas que já desapareceram do local e não são mais encontradas. As variedades mandioca-rola-pau, mandioca-vira-saia e mandioca-onça não existem mais, contam eles, e eram muito usadas na fabricação da farinha. O Sr. Leão comenta que a mandioca-babu, outra variedade que ele conta não existir mais, era encontrada em sua infância, e *era boa pra relar farinha*. Outras mandiocas que o morador conta já terem “perdido a semente” são a mandioca-sambará, mansa, e a mandioca-casteliana, “braba de fazer farinha”.

Normalmente as espécies brabas, por serem tóxicas, podem deixar de ser cultivadas nas roças até que as sementes se percam. Já as mansas podem permanecer e serem cultivadas nos quintais, pois não são tóxicas aos moradores nem aos animais de criação. Por isso, a mandioca-pão-da-china e a rio-verde, por exemplo, não acabaram. Apesar de brabas, outras variedades permanecem, como a cascudinha, *essa não deixa acabar, é a preferida do povo!*, e a vassourinha, *que tem sempre*. A mandioca-goianinha é uma variedade recente, que segundo moradores contam, foi levada à comunidade pelo ex-prefeito Sr. José Firmo, trazida de Goiânia. De acordo com o Sr. leão, esta variedade não é muito apreciada pelos moradores, mas, por ser braba e porque *rende muito a raiz*, é usada para a farinha.

As variedades são diferenciadas pelos moradores, principalmente, pela cor das raízes. O Sr. Anísio explica: *A diferença é na cor*. Mas também podem se diferenciar pelo formato das folhas. D. Jove exemplifica: *Cada qual tem diferença na folha e na raiz. Uma tem a pele branca, outras tem preta... A vassourinha, a folha dela é rasgadinha, espanada*. Reconhecer os diferentes tipos é um aprendizado importante, já que as mandiocas brabas podem intoxicar. A cascudinha *tem a folha estreitinha, já a pão-da-china tem a folha mais larga*, explica o Sr. Brígido (Figura 18).



Figura 18. Mandioca-cascudinha, à esquerda, e mandioca-pão-da-china-roxa, à direita.

No Forte, o plantio da mandioca acontece no período das chuvas, normalmente nos meses de outubro e janeiro, conforme os entrevistados relatam. A colheita é realizada depois de doze meses mas, dependendo do tipo da mandioca, esta pode ser colhida em até cinco anos, como explica o Sr. Leão: *Outubro e janeiro são épocas boas de plantar, e dura um ano para colher. Tem umas qualidades que dura cinco anos. A serrania é a que mais atura, também a cascudinha.*

Para que tenha um bom cultivo, na visão dos entrevistados, a mandioca tem que ter *duas limpas, no mínimo*. O Sr. Leão ensina: *Limpa no crescer dela e no fim d'água, para ela crescer no limpo. Capina os mato de enxada e carpineira. Pode plantar de qualquer qualidade.*

A mandioca tem fácil cultivo e não necessita de solos muito férteis nem de técnicas muito refinadas para sua cultura. A sua capacidade de adaptação ecológica foi responsável pela disseminação e propagação do seu uso, incorporando-se às nossas tradições alimentares permanentemente (AGUIAR, 1982).

Outro cultivo observado no Forte, o qual também foram registradas, neste trabalho, a existência de variedades, é a cana-de-açúcar. Espécie da família Poaceae, era manufaturada localmente em engenhos para o preparo de mel, melados, rapaduras, açúcar e bebidas destiladas, como a garapa²⁶. Foi observado o cultivo da cana nos quintais e nas roças, sendo que esta espécie também é cultivada em consórcio com o arroz. No Forte, os moradores citaram 8 variedades de cana-de-açúcar (Tabela 8).

²⁶ Uma aguardente de cana-de-açúcar. A garapa era acrescentada a outra bebida, chamada gengibina, feita com cravo, canela, gengibre e bicarbonato. *Botava tudo num pote de barro, colocava a garapa e tampava* (Sr. Vitezinho).

Tabela 8. Variedades de cana-de-açúcar conhecidas no Forte.

Variedades	Comentários
Cana-caiana	<i>A folha é fina e comprida. É para fazer melado e açúcar.</i>
Cana-roxa	<i>Para fazer melado e açúcar.</i>
Cana-fiche	-
Cana-verdadeira	-
Cana-roxona	-
Cana-europa	-
Cana-argentina	-
Cana-puba	-

Tanto a mandioca quanto a cana são cultivos muito importantes na comunidade, devido aos produtos que fornecem, bem como são usados na alimentação e no complemento da renda familiar. Durante o mandato do Governador Íris Rezende Machado, no Estado de Goiás, de 1991 a 1994, foi construída na vila uma “Fábrica de Farinha”. Consistia de um local para o preparo dos produtos da cana e da mandioca, contando com fornos, moendas e balanças. O motor para a moenda funcionava a óleo diesel, e cada morador levava o seu combustível. A fábrica era usada tanto pela comunidade como pelos agricultores das cidades vizinhas, como de Flores de Goiás.

De acordo com a D. Dalcina, quando existia a fábrica, o Forte estava sempre movimentado. *Nossa, aqui tocou um movimento danado!* A moradora relembrou os prósperos tempos e conta como funcionava a fábrica no depoimento abaixo:

Era uma fábrica de açúcar e de farinha. Fazia moer, fazia rapadura. Nossa, aqui quando era na seca, mas era bom o movimento, a gente arranjava serviço, né? Quem trazia era mandioca lá da Chapada, lá em riba, de Flores de Goiás, vinha tudo fazer aqui. Vinha aquelas caçamba cheia de mandioca, e num instantinho fazia. Porque tudo era fácil, tinha a lavadeira, tinha a brita, fazia tudinho. Tirava a goma e torrava.

D. Jove conta que funcionavam dois fornos onde a farinha secava rapidamente, em sete minutos, recorda-se a moradora. Entretanto, ao acabar o governo, a fábrica foi sendo desfeita. O Sr. Leão fala que o empreendimento durou seis anos, até que as peças foram sendo vendidas por moradores e pelo sub-prefeito da época para outros compradores. O morador relata: *Tudo durou uns seis anos. Os esteios que eram de aroeira foram retirados pelo prefeito para fazer uma ponte! As outras peças foram sendo vendidas, retiradas, até que acabou o projeto.*

A fábrica, além de fornecer trabalho e renda para as famílias do Forte, foi, de acordo com os entrevistados, um local de encontro e reuniões com os povoados vizinhos, um importante ponto de troca e mistura de saberes, de circulação de notícias e de encontro cultural. Atualmente o local está abandonado, segundo moradores, por descaso dos governantes locais.

3.2 O ESPAÇO DE CULTIVO DOMÉSTICO: QUINTAIS

Na complementação da subsistência dos moradores do Forte, os quintais exercem um papel fundamental, ainda mais porque as roças-de-toco têm sido cada vez menos praticadas pela comunidade. Devido aos vários cultivos, os quintais garantem a segurança alimentar de moradores que dependem de recursos do governo, economicamente baixos, como a aposentadoria rural (que tem o valor de um salário mínimo equivalente a R\$ 350,00 por mês), do qual a maioria dos moradores mais velhos é beneficiário. Além disso, os quintais do Forte têm uma diversidade considerável de plantas medicinais, sendo uma alternativa prática e segura de obter remédios para qualquer problema de saúde que eventualmente possa surgir.

Os quintais cumprem também uma função social importante, pois as visitas a estes espaços são comuns entre vizinhos e parentes, ou mesmo amigos que freqüentam os quintais para obter alguma muda em especial, ou para colher alguma planta que estejam necessitando, e também para buscar algum remédio. Dessa forma, os laços sociais são mantidos, pois as visitas sempre são aproveitadas para troca de informações e atualização de assuntos, recados e notícias.

A palavra “quintal” indica terrenos adjacentes às casas, onde são cultivadas, geralmente, plantas úteis e decorativas (POSEY, 1987b). No Forte, os quintais localizam-se na parte de trás dos terrenos, e seu acesso é feito pela cozinha (Figura 19). O espaço funciona como uma continuação da casa, como uma extensão da cozinha, um dos cômodos mais importantes, onde as pessoas se reúnem para tomar um cafezinho, tradicionalmente servido aos visitantes. O fato dos quintais estarem nos espaços residenciais facilita o manejo e aproveitamento dos recursos, e evita o deslocamento dos moradores para áreas mais afastadas do centro da vila.



Figura 19. Esta foto ilustra a localização do quintal logo após a porta de saída da cozinha. Quintal do Sr. Anísio.

No Forte, observou-se que as mulheres exercem um papel fundamental da manutenção deste sistema. São elas que realizam o manejo botânico, cuidam da saúde das plantas, verificam se existem parasitas, fazem a limpeza de ervas daninhas, e acompanham a fenologia das espécies de perto, diferenciando as plantas e descrevendo sua morfologia. Esse rico *corpus* adquirido ao longo do tempo, através das práticas acumuladas por gerações, leva as mulheres a determinar com precisão o momento de colher e o momento de plantar.

Os quintais são visitados muitas vezes ao dia quando há alguma necessidade, como por exemplo, colher algum vegetal ou tempero da horta, ou fazer a “inspeção” das plantas e cuidar dos animais de criação. Essa tarefa cotidiana constitui-se em uma importante atividade doméstica, garantindo o acesso das famílias a uma dieta saudável e adequada ao gosto e às tradições locais (OAKLEY, 2004).

Levando em consideração os fatos apresentados acima, achou-se necessário incluir no levantamento etnoecológico deste trabalho uma descrição geral de alguns quintais da comunidade. A abordagem descrita nesta seção é quali-quantitativa, procurando enfatizar a importância destes espaços para a manutenção do conhecimento tradicional local, já que os quintais estão ligados a segurança alimentar e as relações sociais, e envolvem um conhecimento botânico e ecológico apurado dos moradores que fazem sua manutenção.

Foram visitados, com mais detalhamento das observações, cinco quintais da comunidade. A escolha destes quintais foi baseada na indicação dos “especialistas nativos”, por outros moradores, sendo estes apontados como os mais antigos, e portanto considerados os detentores do conhecimento tradicional.

Num levantamento prévio feito, procurou-se descobrir quem eram os moradores da comunidade apontados como os que mais entendiam de remédios tradicionais, pois poderiam ser bons informantes para o levantamento etnoecológico. As moradoras D. Jove e D. Porcina, por exemplo, foram nomes apontados neste levantamento inicial. D. Porcina também é uma das moradoras mais antigas do Forte. D. Jove é esposa do Sr. Leão, um dos principais informantes neste trabalho, e também um dos mais antigos moradores. Esse casal foi importantíssimo para a realização desta pesquisa, e com quem também desenvolvi uma relação afetiva de muito carinho, pelo acolhimento e atenção que me deram desde os primeiros momentos de estada na Vila. Em sua casa eu passei horas agradáveis de conversa e cafezinhos, acompanhados de deliciosos pães-de-queijo e bolos de puba, feitos por D. Jove. O quintal desta residência foi um dos visitados por mais vezes, quase sempre sob a orientação da moradora.

Outro quintal visitado foi de D. Dora. A moradora, embora mais jovem, é também uma referência importante na comunidade. Em sua casa funciona a única pousada do lugar, onde se pode acampar no terreno (cabem até três barracas) ou dormir em um cômodo de sua residência que é reservado para os clientes (Figura 20). O quintal da moradora é visitado constantemente por vizinhos em busca de temperos, legumes, pimentas, frutas e mudas.



Figura 20. Casa e quintal de D. Dora, que funciona como uma pousada e um bar com mesas de sinuca.

Os outros dois quintais visitados foram do Sr. Anísio e do Sr. Brígido, genro de D. Porcina. Esses dois moradores foram agricultores e importantes informantes nessa pesquisa.

3.2.1 Caracterização dos Quintais

Caracterização Socioeconômica

No Forte, vivem aproximadamente 200 habitantes em 70 residências, sendo que 30 destas casas estão fechadas. A população jovem masculina vive de trabalhos temporários em fazendas do entorno, como vaqueiros e nas lavouras. Também são empregados nas carvoeiras, o que muitas vezes lhes rende seu sustento. Algumas mulheres trabalham na escola, como professoras²⁷, servente e faxineiras, e uma moradora é agente de saúde. Outras vivem do trabalho doméstico e cuidado dos filhos.

Um fato observado na comunidade é de que muitas mulheres se tornam mães jovens, e normalmente param de estudar, passando a viver do cuidado da casa. Parece que, diante disso, elas não vêem perspectivas de melhorar de vida, acabando muitas vezes por se entregarem a rotina de donas-de-casa e de mães. Lamentável, já que os próprios quintais, como veremos mais adiante, são ricos em frutas e outras plantas que podem ser transformadas em doces, bolos, licores e compotas, e fornecer alguma fonte de renda para as mulheres, bem como uma ocupação e mesmo um projeto de vida.

A falta de perspectivas de emprego, encontrada na comunidade recentemente, têm levado muitos moradores a buscarem novas alternativas fora da comunidade, principalmente em Brasília e Formosa, centros urbanos mais desenvolvidos e relativamente acessíveis. Apesar da aparente oportunidade de mais ofertas de trabalho nestas cidades, estes moradores do Forte acabam morando em áreas mais carentes e sem estrutura urbana. Os jovens de famílias do Forte que tinham melhores condições financeiras puderam cursar o nível superior, e alguns filhos de moradores são juízes, advogados e professores. A Escola Municipal Povoado do Forte oferece ensino até a oitava série. Os que têm condições terminam os estudos em São João d'Aliança ou nas cidades referidas acima.

²⁷ No total são quatro professoras, três de Formosa, que moram no Forte em uma casa alugada pela prefeitura. O fato de serem de outra cidade as afasta constantemente da escola, deixando o ensino precário pela falta de aulas, principalmente quando há feriados. A quarta professora nasceu no Forte, é neta da D. Porcina, e deixou a vila para estudar em Formosa. Após formada retornou à comunidade para lecionar via um concurso. Seria interessante que a vila oferecesse oportunidades para que outros jovens, saídos de lá, pudessem retornar e ter uma garantia de sobrevivência.

A maioria da população mais idosa vive com o salário da aposentadoria rural. Uma vez ao mês um carro da prefeitura municipal vai buscá-los para que recebam o salário em São João d'Aliança. Algumas famílias recebem também bolsa-escola e cesta-básica, e aproveitam essa ocasião mensal para retirar estes benefícios.

O comércio é outra atividade econômica do Forte. Existem dois estabelecimentos principais, que oferecem produtos como carne, leite, ovos, arroz, açúcar, café e outros de consumo geral (Figura 21). Os proprietários destes mercados são políticos locais, sendo que um deles é o atual sub-prefeito, e o outro é o ex-sub-prefeito.



Figura 21. Um dos principais comércios do Forte. A carne é um produto que nem sempre está disponível, somente quando os dois donos dos mercados abatem seu gado.

Outros quatro estabelecimentos comerciais funcionam na casa dos moradores. Dois deles, o da D. Dora e do “Neném”, tem as sinucas e o forró, atividades de lazer da comunidade. Jogos de carteadado também são muito apreciados, principalmente entre a população masculina. O truco é jogado quase todas as noites, tradicionalmente, na casa do Sr. Brígido, onde funciona um dos comércios menores e o único orelhão do povoado, e o pife é outro jogo bastante praticado (Figura 22).



Figura 22. Moradores concentrados num jogo de pife.

Nos finais de semana a Vila fica mais movimentada, pois normalmente tem forró e os moradores mais jovens ficam até tarde nestes eventos. Durante a semana, as pessoas se recolhem cedo, mantendo os hábitos antigos quando dormiam ao escurecer e acordavam no primeiro raiar do dia.

Atualmente, os moradores se recolhem cedo para assistir a televisão, que existe em praticamente todas as casas da vila, e que apresenta aos moradores a cultura do bens de consumo que é absorvida principalmente nas gerações mais novas, o que pode colaborar para o desinteresse nas atividades tradicionais. As músicas de massa, as maneiras de vestir, o linguajar novo, apresentados excessivamente pela mídia televisiva, se tornam produtos de consumo imediatamente assimilado na comunidade. Dessa forma, os hábitos tradicionais são gradativamente abandonados e perdem importância. Essas mudanças de hábito e modo de vida se intensificaram mais nos últimos cinco anos, quando a vila passou a ter rede elétrica.

Enquanto o saber tradicional parece estar se perdendo, por conta da entrada de tecnologias e acesso a mídia comercial, por outro lado as tradições religiosas permanecem fortemente arraigadas, principalmente entre os mais velhos. A religião predominante é a católica, e os moradores têm o hábito de se reunirem na Igreja aos domingos para rezar a novena (Figura 23). Nas missas é mantida a tradição de se separar homens e mulheres durante o culto. Os homens permanecem à direita do altar, e as mulheres à esquerda. Embora a maioria dos moradores seja praticante do catolicismo, existem no Forte alguns protestantes que freqüentam outra Igreja construída no local para este culto.



Figura 23. A Igreja Nossa Senhora do Rosário, Vila do Forte.

No Forte muitas casas ainda mantêm suas características originais, no adobe das paredes com telhas antigas de barro, e nas cozinhas aquecidas por fogões à lenha. A Tabela 9 exemplifica a estrutura das cinco casas dos quintais visitados neste trabalho.

Tabela 9. Características socioeconômicas das casas e quintais de alguns moradores do Forte.

Morador	Idade do Quintal* (anos)	Lixo	Tratamento de esgoto	Benfeitorias nos Quintais	Animais de criação	Cozinha	Habitação / Tamanho do Terreno**
Anísio	24	Queima e enterra	Não tem fossa, vai para o rego	Banheiro	Galinhas Gato	Fogão a lenha e a gás	Adobe 793,6m ²
Brígido	30	Queima e enterra	Fossa	Forno de assar biscoito; banheiro	Galinhas Gato	Fogão a lenha e a gás	Adobe 2.246,4m ²
Dora	10	Queima e enterra	Fossa	Banheiro Galinheiro Horta 3 mesas de bilhar, mesas de bar, 2 chuveiros.	Galinhas 1 Cachorro	Fogão a gás	Lajota 1.344m ²
Jove	54	Queima e enterra	Do banheiro: fossa; Da cozinha: rego	Banheiro Galinheiro Horta	Galinhas, dois gatos, dois papagaios	Fogão a gás	Adobe com telha 2.508m ²
Porcina	35-40	Queima e enterra	Fossa	Forno de assar biscoito Banheiro Tanque Pilão Horta	Galinhas, 2 gatos, 1 papagaio	Fogão a lenha e a gás	Adobe 3.749,2m ²

Modificada de Garrote (2004).

* A idade do quintal corresponde ao tempo que o morador cuida deste espaço, ou seja, que reside com sua família neste terreno.

** A medida dos terrenos foi realizada em 1985, encomendada pelo prefeito desta época, Sr. José Firmo, que elaborou um mapa da comunidade, em escala 1:2000, de onde foram retiradas as medidas da Tabela acima. Essas medidas correspondem ao terreno total, que inclui residência e o quintal, sendo este último equivalente a aproximadamente um terço da medida total, de acordo com o engenheiro agrimensur da prefeitura.

A maioria das casas da vila são de adobe, embora algumas sejam construções modernas. É comum o hábito de criar gatos e papagaios como animais de estimação, conforme a Tabela 9 apresenta (Figura 24).



Figura 24. Animais de criação.

Três moradores visitados têm um espaço separado nos quintais para o cultivo da horta, onde plantam temperos, algumas ervas medicinais e aromáticas, hortaliças, legumes e frutas. Nos quintais visitados são cultivados jiló, alface, couve, abobrinha, coentro, alho, cebola, cebolinha, repolho, cenoura, erva-doce, algodão, pimentas, couve-flor, salsa, tomate, acerola, cacau e caju. O espaço da horta fica protegido com tela das galinhas, que são criadas pelos cinco moradores, fornecendo ovos e carne.

Na Vila do Forte não existe tratamento de lixo e de esgoto. A água é encanada, mas não recebe nenhum tratamento, e a água dos banheiros e da cozinha vai direto para fossas ou para o rego que passa no fundo de alguns quintais. O lixo é uma categoria recente para o Forte, que surgiu quando se intensificaram os consumos de alimentos e outros produtos industrializados, produzindo uma grande quantidade de embalagens plásticas, latas, caixas de papelão e sacos plásticos. No tratamento destes resíduos, observou-se que os moradores os juntam no quintal e depois queimam, enterrando as sobras no terreno. A cultura da subsistência normalmente não desperdiça, e no Forte este hábito se mantém com os restos orgânicos, cascas de frutas, de mandioca e restos de comida, que alimentam as galinhas e adubam o quintal.

Os banheiros comumente ficam separados da casa num cômodo pequeno construído no quintal. Antigos fornos de barro são encontrados em alguns quintais, usados para fazer biscoitos de polvilho. As casas ainda mantêm os fogões a lenha, e alguns moradores também têm fogão a gás, embora seja pouco usado, pois o combustível tem o preço muito elevado para eles.

As Plantas e seus Usos

Os quintais domésticos podem ser considerados como reservatórios de agrobiodiversidade em comunidades rurais mundo afora (OAKLEY, 2004). Garrote (2004) define os quintais como um sistema agroflorestal que apresenta uma íntima associação, altamente complexa e variada, entre árvores e arbustos de uso múltiplo. Por conta disso, a sua funcionalidade é completa, onde são encontradas em sua maior parte plantas perenes distribuídas de forma aparentemente desordenada no terreno, conforme relata a autora. Albuquerque et al. (2005) também descrevem uma configuração aleatória para as plantas nos quintais de Alagoinha, Pernambuco, analisados em seu trabalho.

Nos quintais do Forte, observou-se que a distribuição das plantas apresenta uma configuração aleatória, e mesmo quando os moradores apresentam as espécies, o fazem aparentemente ao acaso. Entretanto, pode-se afirmar que o espaço do quintal é maximizado, e o que se apresenta de maneira aleatória é uma distribuição de policultivos e plantas consorciadas. Na estrutura dos quintais, o consorciamento e os policultivos podem ser observados nos estratos herbáceo, arbustivo e arbóreo da vegetação, conforme ilustra a Figura 25.



Figura 25. No quintal da D. Jove são encontradas a batata-doce no estrato herbáceo, cana-de-açúcar e bananeira no estrato arbustivo, e fruta-pão do estrato arbóreo.

A diversidade de plantas e famílias botânicas observada nos quintais estudados se apresentou bem variada. A manutenção dessa diversidade, para a subsistência do produtor, é vital para poder lidar com fatores imprevisíveis que ponham em risco a produção, como o aparecimento de uma nova praga, um ano seco ou muito úmido ou a exaustão do solo (AMOROZO, 2002a). Na Tabela 10 observa-se a quantidade de famílias botânicas e de plantas que foram encontradas nos cinco quintais estudados.

Tabela 10. Quantidade de Famílias Botânicas e de plantas encontradas nos cinco quintais visitados.

Quintal	Plantas	Famílias Botânicas
Anísio	23	14
Brígido	29	16
Dora	45	22
Jove	119	42
Porcina	30	20

No total, foram encontradas 156 plantas, de acordo com a nomeação popular, distribuídas em 50 famílias botânicas. No quintal de D. Jove foi encontrado o maior número de plantas cultivadas e de famílias botânicas. Embora este seja o quintal mais antigo, com 54 anos, o tempo não está necessariamente relacionado com a quantidade de espécies, de acordo com o estudo realizado por Saragoussi et al. (1990), nos quintais do estado do Amazonas. Os autores encontraram, nos quintais mais antigos, um menor número de espécies em relação aos quintais mais novos, pois os de mais tempo já estariam numa fase de estabilidade na sua composição. Garrote (2004) ao analisar os quintais caiçaras do Saco do Mamanguá, no Rio de Janeiro, também não encontrou relação entre a idade dos quintais e a riqueza de espécies²⁸.

Um grande número de espécies também não é necessariamente conseqüência do tamanho da área de cultivo. Albuquerque et al. (2005) constataram que nos quintais estudados em Alagoinha, o tamanho não indicou uma maior riqueza de espécies. Entretanto, a diversidade de espécies em quintais pode refletir até certo ponto a riqueza florística do local (AMOROZO, 2002b).

²⁸ Em Ecologia, riqueza e diversidade não são conceitos iguais, embora sejam relacionados entre si. Riqueza indica o número de espécies presentes num determinado espaço, ou numa comunidade, enquanto diversidade significa a riqueza e a abundância relativa de espécies neste local.

No Forte, o terreno da D. Porcina é o maior, com 3.749,2m², entretanto foram citadas somente 30 plantas pela moradora, um número um pouco maior do que o encontrado no menor terreno visitado, do Sr. Anísio. O terreno do morador tem 793,6m², e ele apresentou 23 plantas cultivadas.

O quintal da D. Dora apresentou a segunda maior quantidade de plantas e famílias (45 plantas e 22 famílias botânicas), embora bem abaixo da variedade apresentada pela D. Jove no seu quintal. Deve-se considerar, neste trabalho, que o número de plantas dos quintais, apresentado na Tabela 10, refere-se a contagem da lista realizada a partir dos nomes populares das espécies apresentadas pelos moradores, e não através da classificação científica, o que talvez diminuísse os valores, pois algumas plantas que são chamadas popularmente por nomes diferentes podem se tratar das mesmas espécies científicas (por exemplo, capim-de-cheiro, capim-limão e capim-santo podem se tratar da mesma espécie científica, mas isso só se constata com a identificação botânica). Mesmo assim, não deixa de ser surpreendente que em um espaço relativamente pequeno do quintal da D. Jove, pode-se encontrar uma variedade tão expressiva de 119 plantas. Nos quintais cuidados pelos homens encontrou-se o menor número de plantas.

Em relação as famílias botânicas, as que apresentaram a maior representatividade foram Musaceae (n=14), Solanaceae (n=11), Anacardiaceae (n=10) e Rutaceae (n=7), sendo que este valor indica as variedades das plantas de cada família, que não significa necessariamente o mesmo número de espécies científicas.

A família Musaceae é a das bananas (*Musa* spp), e foi encontrada em todos os quintais. Os moradores cultivam variedades dessa fruta, e descrevem até 13 tipos de banana: banana-angola, banana-baiana, banana-baianinha, banana-espada, banana-maçã, banana-marmelo, banana-nanica (ou d'água), banana-nanicão, banana-orim, banana-prata, banana-roxa-virada, banana-roxona, e banana-três-anos. Foi observado que esta fruta é bastante usada na alimentação, sendo consumida frita, cozida e no preparo de doces. Algumas variedades têm um uso específico a depender do que se pretende preparar. De acordo com os moradores, a banana-marmelo é a melhor variedade para ser frita e também para fazer doce. Para consumir a fruta ao natural, a banana-prata é a mais saborosa, como dizem os entrevistados.

É válido fazer um breve comentário a respeito dos nomes destas variedades. Ressalta-se aqui alguns nomes compostos que se referem a uma região (banana-baiana), a uma cor (banana-roxa), ou ao formato da fruta (banana-espada). O mais interessante é que, em alguns casos,

existem duas variações do nome, uma no diminutivo e outra no aumentativo. Banana-baiana e banana-baianinha, banana-nanica e banana-nanicão, são alguns exemplos destes nomes. Pode se tratar da mesma espécie, porém em diferentes fases do seu crescimento, mas os dados deste trabalho são insuficientes para chegar a alguma conclusão. Vale destacar que a análise dos processos cognitivos pode sugerir as formas como os moradores reconhecem o mundo ao seu redor, ajudando na compreensão de como eles percebem a sua realidade.

Uma outra planta da família Musaceae que foi encontrada nos quintais também é chamada de *bananeira* (*Heliconia rostrata* Ruiz & Pav.), porém não é usada na alimentação, mas de uso ornamental, pois apresenta belas inflorescências pendentes e longas, com brácteas de cor vermelho-viva e margem amarelada, sendo plantas muito vistosas e que acontecem quase o ano todo (Figura 26) (LORENZI, SOUZA, 1999).



Figura 26. A planta ornamental chamada bananeira, no quintal da D. Jove.

Outra fruta bem comum na comunidade, e cultivada em muitos quintais, é a manga (*Mangifera* spp), da família Anacardiaceae. Foram descritas pelos moradores, pelo menos 7 variedades: manga-baiana, manga-baianinha, manga-espada, manga-sabina, manga-três-anos (também conhecida como manga-papo-de-peru, pois apresenta uma ponta arredondada, que quando está madura fica de cor vermelho vivo), manga-coquinho e manga-comum. Outras frutas dessa família descritas para os quintais estudados são o caju (*Anacardium occidentale* L.), cajá-manga e seriguela (*Spondias purpurea*).

Outra família muito representativa, observada neste trabalho, é dos cítricos. Da família Rutaceae são encontradas laranjas (*Citrus* spp) (laranja-da-terra, usada para fazer doce, e laranja-bofê), lima (*Citrus* spp), limão-taiti (*Citrus aurantifolia* Swing var. taiti), limão-galego e

mexerica (*Citrus reticulata* Blanco). O limão é também usado por alguns moradores por causa das suas propriedades medicinais. D. Jove, por exemplo, prepara uma bebida de água e gotas de limão que é ingerida em jejum, por ter a propriedade de, segundo a moradora, *afinar o sangue*. De fato, o limão é conhecido pelas suas propriedades depurativas e tonificantes para o organismo.

A arruda (*Ruta graveolens* L.) é outra planta desta família de uso medicinal, sendo procurada, de acordo com os entrevistados, nos casos de cólicas menstruais e dores de estômago, sendo preparada na forma de chá, feito com as folhas. A maceração das folhas com água também é usada para lavar o olho em casos de irritações. Antigamente, se fazia o pó da folhas secas para cicatrizar o umbigo dos recém-nascidos.

As frutas são bastante cultivadas nos quintais, e a goiaba (*Psidium guajava* L.), da família Myrtaceae, foi observada com frequência. Desta família ainda são cultivadas a jabuticaba (*Myrcia cauliflora* Berg.), pitanga (*Eugenia uniflora* Berg.), jambre-amarelo e jambre-roxo (espécies não identificadas), as duas últimas árvores que fornecem um pequeno fruto doce bastante apreciado pelos moradores, conforme seus relatos.

Um dos temperos cultivados nos quintais é a pimenta. Segundo observações pessoais e relatos dos moradores, é apreciada em especial a pimenta-joão-barandi, que tempera levemente, usada no arroz e nas carnes. É encontrada em praticamente todos os quintais do Forte. É comum encontrarmos as pimentas em bandejas nos quintais, postas para secar (Figura 27). Depois de secas são trituradas no pilão, mas também podem ser consumidas frescas colocadas diretamente sobre o arroz.



Figura 27. Bandejas com a pimenta-joão-barandi colhida do quintal da D. Porcina.

Outras pimentas cultivadas nos quintais são a pimenta-de-cheiro (*Capsicum odoriferum*), pimenta-dedo-de-moça (*Capsicum bacatum* L.), pimenta-malagueta (*Capsicum frutescens*), pimenta-da-costa, e pimenta-bunda-de-velho. As pimentas pertencem a família Solanaceae. Desta família também são cultivadas a berinjela (*Solanum melongena* L.), o jiló (*Solanum gilo*), a batata (*Solanum tuberosum* L.), o tomate e o tomate-cereja (*Solanum lycopersicum* L.), e a jurubeba (*Solanum paniculatum* L.), também encontradas nos quintais. Os moradores apreciam muito o jiló, que é consumido no arroz, principalmente. Também são cultivados nos quintais a mandioca, o milho e a cana-de-açúcar.

Dos quintais estudados, quatro deles localizam-se na beira do rio Piripiri, o que dá uma configuração diferente ao espaço. Por causa da água que constantemente abastece estes quintais, algumas espécies, em especial puderam ser cultivadas. Entre elas, a fruta-pão (*Artocarpus incisa* Moraceae) (Figura 28), espécie de áreas úmidas e muito comuns no nordeste do Brasil. Os moradores relatam que os primeiros pés foram trazidos de Nova Roma pela família da D. Dalcina, e no Forte encontraram o ambiente adequado para proliferar. Praticamente todos os quintais que ficam do lado onde passa o reguinho do Piripiri tem pés de fruta-pão. A fruta é consumida ensopada ou frita, mas também pode ser feito um bolo parecido com o de mandioca.



Figura 28. A fruta-pão.

De acordo com Marques (1999), a fruta-pão foi introduzida no Brasil para ser comida dos escravos, que, segundo o autor, não gostaram dela. Embora só seja usada na alimentação, a fruta-pão tem vários usos descritos. Pode ser explorada economicamente na fabricação de cordas e esteiras feitas de suas fibras, na construção, por ter uma madeira durável, e do fruto pode ser preparada uma farinha que compõe o pão, quando misturada a farinha de trigo. Ainda são conhecidas suas propriedades medicinais. Sua raiz é antidiarréica, e pode ser usada em casos de

reumatismo e beribéri, e as flores novas têm função emoliente podendo também ser consumidas. A polpa dos frutos pode ser usada como supurativo para tumores e furúnculos, e as sementes como tônico para o estômago e rins.

Se a comunidade for estimulada e aprender a utilizar as formas diversas, a fruta-pão poderá oferecer uma fonte de renda, pois ela é encontrada por todo o Forte. Seu uso forneceria uma melhor perspectiva de futuro. Pode ainda levar a valorização do local pelas gerações mais novas, que tendo uma fonte de renda, poderiam permanecer na vila. O beneficiamento da fruta-pão não exigiria muitos gastos, podendo ser realizado em pequena escala nas próprias residências.

Estudaram-se também algumas categorias de usos das plantas, entre elas alimentação, medicinal, temperos, ornamental e ritual (“outros”). A Figura 29 ilustra como são divididos esses usos de acordo com os cinco quintais visitados.

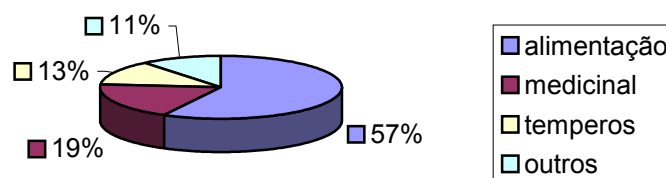


Figura 29. Usos das plantas em cinco quintais visitados na Vila do Forte.

Conforme a Figura 29 apresenta, os itens cultivados nos quintais são usados com mais frequência na alimentação, categoria que representa 57% dos usos. Embora menos representativo, mas de igual importância, estão os cultivos de plantas medicinais (19%).

Muitos problemas de saúde são tratados fitoterapeuticamente, entre eles podem-se citar: cólicas menstruais, problemas uterinos, hemorróidas, inflamações diversas, gripe, resfriados, reumatismo, problemas na próstata, cicatrizantes, males do fígado, antibióticos, problemas de estômago, depurativos, febre, picada de cobra, vermes, bronquite, dentre outros. Os remédios são

manipulados de várias formas, como chás, infusões, pomadas, ou em porções preparadas com cachaça, conhecidas como “garrafadas”, muito comuns no local.

O hortelã (*Mentha* sp Labiatae), a vique (*Mentha* sp Labiatae), e o capim-santo, são exemplos de plantas usadas em conjunto na forma de chá para cura de gripes e resfriados. O chá de capim-santo é também recomendado como calmante. Para problemas do estômago e intestino, os quintais oferecem a erva-doce (Apiaceae), a erva-cidreira (*Melissa officinalis* L. Lamiaceae) e o boldo (Labiatae). A babosa (*Aloe vera* Linn. Liliaceae) é usada como antiinflamatório, para problemas de pele e de queda de cabelo. O cacto é usado para dores na coluna.

O algodão é uma espécie de importante uso medicinal, especialmente para problemas femininos ligados a menstruação e parto. Neste último caso, D. Dora alerta que seu uso deve ser feito somente em mulheres que tiveram filhas, sendo proibido para mulheres que pariram filhos do sexo masculino.

O bálsamo (Crassulaceae) e a cana-do-brejo (*Costus* spp Zingiberaceae) são espécies muito citadas pelos moradores pelo seu valor medicinal, e presentes também em outros quintais que não foram amostrados. A cana-do-brejo é indicada para problemas do aparelho urinário e próstata: *Se a pessoa tiver sem fazer xixi é só pegar, machucar e tomar. Mas faz mesmo! É bom até pra prosta!* As sementes de bálsamo são usadas para fazer um chá para dores no peito e para o coração.

A cana-do-brejo possui hastes semelhantes a da cana-de-açúcar, e tem folhagens e florescimentos decorativos, sendo também usada ornamentalmente. É uma planta de áreas umedecida, e é encontrada nos outros quintais por onde passa o Ribeirão Piripiri, onde ela é cultivada em suas margens.

Os temperos são bem representados nos quintais (13%), encontrados nas hortas. Entre eles o cheiro-verde, açafrão, salsa, manjerição, coentro, cebolinha, poejo, entre outros.

Das espécies de uso ritual, são cultivadas a espada-de-são-jorge, a arruda, comigo-ninguém-pode, e a planta-da-felicidade, que em geral protegem a casa do “mal-olhado”. Das plantas ornamentais encontram-se asa-de-barata (*Episcia cupreata* Hanst. Gerneriaceae), brinco-de-rainha (Onagraceae), flor-de-noiva (Asclepiadaceae), graxeira (*Hibiscus sinensis* Hort. Malvaceae), jasmim, rosas, cravo-de-defunto, estrela-do-norte (Apocynaceae), e rabo-de-gato (*Acalypha hispida* Willd. Euphorbiaceae).

A diversidade dos quintais atrai também a fauna local, já que oferece recursos de fácil acesso e muito variados. As frutas atraem muitas aves, como tucano, sabiá, joão-congo, psitacídeos, joão-de-barro (*Furnarius rufus*) e alma-de-gato (*Piaya cayana*), que foram observados durante as incursões. Morcegos, raposas, pacas (*Agouti paca*) também procuram os quintais para se alimentar.

Além de todas as funções descritas até agora que os espaços dos quintais oferecem, deve-se ressaltar também o seu papel na manutenção ecológica, já o cultivo das espécies garante sua conservação, garantindo um banco de germoplasma que abastece a comunidade por gerações. Plantas medicinais têm também conservado o seu germoplasma, que no futuro poderá ser explorado economicamente pela comunidade. Ao guardar as sementes produzidas em seus quintais e trocá-las com vizinhos, amigos e parentes, conservam também a agrobiodiversidade (OAKLEY, 2004).

No que diz respeito a segurança alimentar e econômica da comunidade, os quintais podem ser considerados substitutos seguros em relação às roças, quando estas não forem mais uma alternativa a subsistência. Nos espaços dos quintais o conhecimento tradicional permanece sendo praticado, no que diz respeito a utilização de recursos naturais, manejo do solo e da paisagem, percepção dos fenômenos ambientais e da fauna local, mantendo vivo o *corpus*, a *praxis* e o *cosmos* deste grupo de pessoas, bem como assegurando sua identidade regional e cultural.

Os modos de produção autóctones têm sofrido pressões em todo mundo por conta da disseminação do modelo agrícola industrial, conforme reflete Amorozo (2002a), levando a desarticulação dos sistemas de subsistência. A autora faz a ressalva de que, se por um lado, as roças dão lugar às monoculturas altamente mecanizadas, por outro ainda permanecem o quintal, a horta, o pomar, desde que pelo menos em essência, mantenham-se a integridade deste modo de vida.

3.3 ATIVIDADES EXTRATIVISTAS

As atividades de extrativismo realizadas pela comunidade do Forte funcionavam basicamente para a sua subsistência. Algumas atividades extrativistas não são mais realizadas, mas já foram muito rentáveis para a comunidade antigamente. A extração do látex da mangaba (Apocynaceae, *Hancornia speciosa* Gomez) foi uma atividade muito freqüente. As árvores eram

encontradas no Cerrado do entorno, então se retirava o látex do caule, num processo semelhante ao feito com a seringueira no norte do Brasil. Deste látex era produzida uma borracha, que poderia ser vendida ou trocada por mantimentos no Arraial dos Couros, atual cidade de Formosa, e um dos locais de trocas comerciais entre o Forte, em tempos atrás. O Sr. Vitezinho conta como se dava esse processo:

Tinha muita mangaba nessa serra, nesse cerradão todo! E o povo tirava mangaba e tirava o leite. Cortava o caule e fazia uma descida para recolher a borracha. Botava para esfriar e fazia na panela, redondinho, era dois dedos de grossura. Era um peso esquisito. Então levava para Formosa dos Couros, para vender lá.

Ribeiro (2002) comenta que essa atividade teve seu grande surto nas primeiras décadas do século XX em Goiás e Minas Gerais, quando o mesmo produto era também largamente extraído da seringueira na Amazônia.

Outra espécie do cerrado explorada pela comunidade era o tingui (Sapindaceae, *Magonia pubescens* A. St. Hil.). O fruto era coletado, e os moradores faziam um sabão caseiro das sementes. O preparo era totalmente artesanal, pois usava uma soda preparada a partir das cinzas do fogão a lenha e das roças, chamada de diquada. O guia local Anderson Sinzervisk explica como era o processo de preparo do sabão:

Coletava o fruto e colocava a semente na água para virar aquela massa gelatinosa. Então eles pegavam a massa da semente do tingui e colocavam junto com a “diquada”, uma soda tirada da cinza de fogão, de coivara. Molhava a cinza, que vai decantando, e aí vai saindo a soda.

Outros frutos são retirados da mata para consumo dos moradores, entre eles o baru (Fabaceae-Leguminosae, *Dipterix alata* Vog.), o pequi (Caryocaraceae, *Caryocar brasiliense* Cambess), o araticum (Annonaceae, *Annona crassiflora* Mart.), e a cagaita (Myrtaceae, *Eugenia dysenterica* Mart. ex DC.). A cagaita, além de ser apreciada na alimentação, também é usada como remédio na forma de chá, para baixar a pressão.

Muitas espécies do Cerrado também são colhidas para usar como remédios, entre elas o bálsamo, a sucupira, o barbatimão, a aroeirinha, o pacari, e a emburana, onde são usadas cascas e sementes.

Do algodão, as moradoras antigamente fiavam e produziam roupas e tecidos. As plantas usadas para tingi-lo eram retiradas do Cerrado: *tingia o algodão com casca de pau*. Para cada cor, uma espécie de planta era usada, e alguns exemplos são descritos na Tabela 11.

Tabela 11. Algumas espécies de plantas usadas no Forte para tingir as peças feitas artesanalmente de algodão, e as respectivas cores que forneciam.

Cores	Planta	Comentários
Azul	Anil	<i>É uma árvore rasteira, é plantado.</i>
Amarela	Moreira	<i>Usa a casca.</i>
Parda	Brinquinho	<i>Usa uma planta chamada brinquinho, que dá no campo.</i>
Preta	Capa-rosa	<i>Usa a folha que é grossa.</i>

A atividade de fiar era exclusivamente feminina, feita nas rocas onde eram enrolados os fios em um fuso. Também eram usados teares para fabricação de toalhas, colchas, cortinas, lençóis e roupas.

Como já foi explicada anteriormente, uma atividade muito rentável para o Forte foi a olaria. O “barro” do local era usado na fabricação de telhas e outros produtos, como cachimbos, panelas e potes. Até hoje existem casas que mantêm as telhas originais, com mais de 200 anos. O “barro” também era usado para construir os fornos de assar biscoitos de polvilho, ainda presentes em alguns quintais.

A agricultura e a coleta de frutas nativas ocupam o sertanejo especialmente na estação das chuvas, enquanto a fabricação de farinha, rapadura e cachaça, o artesanato, o garimpo, a coleta de flores e frutos secos, a extração de madeira, ou a produção de carvão, o trabalho nas olarias e a pesca são atividades mais características do período de estiagem (RIBEIRO, 2002).

Os moradores ainda fabricam alguns produtos de origem do leite (os que possuem criações bovinas), como o queijo e o requeijão. A venda de pequenos animais, como porcos, aves e cabras, e a produção de farinha e rapadura são o que Ribeiro (2002) denomina de “reservas de valor”. Em períodos de escassez, essas reservas são acionadas para complemento da renda familiar.

Atualmente muitas atividades extrativistas descritas acima foram substituídas pelo consumo de produtos industriais. O arroz, o feijão e o café, por exemplo, são agora comprados no comércio, mas antes eram produzidos nas roças e quintais. Ribeiro (2002: 264) comenta sobre a valorização e o consumo crescente de bens industriais nas comunidades tradicionais, que vêm alterando não só essa especialização, mas várias outras atividades, pois contribui para a diminuição da demanda por certos recursos naturais substituídos por aqueles bens, aumentando por outro lado a demanda pelas novas “necessidades”, o que contribui para a degradação de ambientes onde eles ocorrem ou para a ameaça de extinção de certas espécies de valor comercial.

4. COSMOLOGIA E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

*Ao trabalhar a terra, o camponês realiza outro trabalho: o da ideologia, que, juntamente com a produção de alimentos, produz categorias sociais, pois o processo de trabalho, além de ser um encadeamento de ações técnicas, é também um encadeamento de ações simbólicas, ou seja, um processo ritual. Além de produzir cultivos, o trabalho produz cultura.
(Woortmann; Woortmann, 1997)*

Através de uma relação de proximidade e intimidade com a natureza, o homem aprendeu a observar atentamente seus sinais e os movimentos do cosmos, interpretando como o seu ambiente responde aos fenômenos naturais do tempo, dos astros e das estações climáticas. A natureza ao redor, antes hostil e desconhecida nos primeiros contatos, passa a ser desvendada. Ao compreender suas dinâmicas, o homem pode fazer previsões e planejamentos de suas ações em relação aos recursos que a natureza disponibiliza. Este capítulo tem o objetivo de apresentar o conhecimento do morador do Forte em relação aos fatores abióticos e bióticos do seu meio natural.

As concepções de tempo para comunidades tradicionais são bem diferentes das percebidas pela sociedade ocidental, que concebe o tempo como uma estrutura linear que pode ser controlada através de relógios e calendários. Nas sociedades tradicionais o tempo é uma categoria socialmente construída, sujeita aos ritmos do cosmos, sendo atribuídos significados simbólicos aos fenômenos naturais associados (SALAS, 2003). Além disso, o tempo é uma categoria abstrata que não pode ser percebida sem os sentidos, exigindo do homem uma atenta observação da natureza e sensível percepção de seus sinais.

Partindo desta análise subjetiva, Reichel-Dolmatoff (1976) relaciona a percepção de tempo em sociedades tradicionais com a concepção do território para estes povos. De acordo com o autor, o território tradicional é reconhecido não só por causa dos registros das antigas atividades práticas dos seus ancestrais, mas também pelos significados simbólicos que permeiam o entendimento da natureza para estas sociedades.

O processo de manejo dos recursos naturais nas sociedades tradicionais faz-se por um lado, a partir de uma idealização da natureza, por outro lado, não existe uma natureza em si, mas uma natureza cognitiva e simbolicamente apreendida (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997). Um dos aspectos do comportamento adaptativo do homem quando se relaciona com seu meio ambiente é a cosmologia, o seu cosmos.

A visão que as sociedades locais possuem de que o seu território e a natureza que o compõe apresentam um elemento sagrado está embutida na sua cosmologia. A natureza, portanto, “não é só a fonte da produtividade, mas também o centro do universo, a essência - a parte fundamental - da cultura, e a origem da identidade étnica” (TOLEDO, 2001: 457). A natureza envolve o espaço físico usado e delimitado pela comunidade como o seu território, do qual esses habitantes possuem uma relação complexa, histórica e ecológica, conceituada por Little (2002a: 3) como territorialidade. Da complexa relação do homem com o seu espaço emergem diversos elementos que incorporam sua cosmovisão.

Muitos autores que estudam a cosmologia de sociedades tradicionais, entre eles Reichel-Dolmatoff (1976), Descola (2000), Toledo (2001) e Salas (2003), afirmam o seu importante papel como mecanismo regulador do uso e manejo de recursos naturais. Este mecanismo é traduzido em hábitos que prescrevem regras culturalmente embutidas na forma de abordar e usar a natureza (SALAS, op. cit.: 7). Conforme Descola afirma (op. cit.: 152), a natureza, para as sociedades tradicionais, não é um objeto que deve ser socializado, mas o sujeito de uma relação social, sendo considerada um prolongamento do mundo da casa, verdadeiramente domesticada até em seus redutos mais inacessíveis.

Na sua relação com a natureza, estas sociedades enfrentam uma série de problemas de adaptação ecológica, e devem resolvê-los no meio ambiente que habitam. De acordo com Reichel-Dolmatoff (1976), adaptação é entendida como qualquer atuação que aumente a probabilidade de sobrevivência de indivíduos ou de seu grupo.

No caso da comunidade do Forte, as adaptações ecológicas que precisaram ser enfrentadas são as condições adversas de clima, especialmente na estação seca, e o manejo dos recursos naturais, que atualmente estão cada vez mais escassos e de difícil acesso, por conta principalmente das novas configurações territoriais da região. A comunidade rural pratica a roça-de-toco durante pelo menos dois séculos de existência. Algumas roças inclusive foram passadas de geração a geração, o que afirma uma identidade rural aos moradores. Através desses séculos

de prática, os agricultores conhecem detalhadamente o seu ecossistema, incluindo os elementos abióticos e bióticos, e através desse conhecimento podem prever e planejar o plantio e colheita.

Salas (2003) comenta que a percepção dos ritmos das estações pelos povos tradicionais são um resultado de uma acurada observação dos indicadores naturais do tempo, como as fases da lua, o sol, ventos, umidade, nuvens, chuva, árvores, colheitas e animais; por outro lado, as previsões são baseadas num conhecimento particular da biodiversidade local e do seu ecossistema. Desse conhecimento, fazem parte os símbolos, rituais, festas e regras sociais que ajudam as sociedades tradicionais a garantir sua sobrevivência, sem deixar de dar o retorno energético que o ecossistema necessita. O conhecimento cosmológico representa, portanto, uma adaptação ecológica desenvolvida ao longo dos anos de convivência direta com o meio ambiente. É importante frisar que o tempo, no caso das sociedades tradicionais, é percebido e administrado de forma a garantir a biodiversidade ambiental e cultural (SALAS, op. cit.).

A interferência de diversas sociedades humanas em seu ambiente natural contribui com novas configurações da vegetação bem como na atual biodiversidade local, que é mantida e preservada através dos sistemas simbólicos elaborados nessas sociedades (BALÉE, 1996).

De acordo com a apresentação acima, o foco proposto no texto a seguir é na percepção e compreensão do morador do Forte em relação ao tempo e seus elementos, já que esta categoria é fundamental para a comunidade que depende de previsões corretas para realizar suas atividades de subsistência. Também apresento o conhecimento etnoecológico a respeito da fauna local, que também ganha um caráter de utilidade por conta dos usos medicinais de alguns animais, e porque alguns animais são indicadores de alterações no tempo.

4.1 O SABER DO TEMPO E O CONHECIMENTO ETNOFAUNÍSTICO

O homem do sertão tem particular intuição para as forças telúricas. Os sinais longínquos das trovoadas que anunciam as chuvas, a chegada da estação das águas, o rebrotar da folhagem, o retorno das águas correntes dos rios, ao ensejo das primeiras chuvas.
(Aziz Ab'Saber)

Através da acurada observação da natureza, moradores do Forte conseguem obter informações sobre o clima e conseguem fazer previsões precisas. A chuva, por exemplo, é um

fenômeno muito ansiado, pois as primeiras águas indicam o momento de iniciar os plantios. A previsão das chuvas precisa, por isso, ser certa, pois garantirá a boa colheita.

De todos os elementos conhecidos e observados no Forte, talvez a lua seja o de maior importância, pois sua influência é marcante para a agricultura, conforme visto no capítulo anterior. Observando as fases da lua, o agricultor sabe prever qual o melhor dia para plantar. Na fase da lua nova, por exemplo, não se deve plantar, pois os cultivos podem ser invadidos por parasitas. Para o Sr. Leão, isso acontece porque estas pragas estão numa fase de intensa atividade, prejudicando culturas de milho, arroz e feijão, por exemplo.

As proibições de plantio e de início do roçado estão relacionadas principalmente à lua nova; nesta fase não é bom começar o roçado, dizem os moradores. Enquanto a lua nova está relacionada a proibição, na minguante ocorre o contrário, é a melhor lua para começar a fazer a roça e para plantar a maioria dos cultivos, que, de acordo com os moradores, renderão melhores frutos e terão menor probabilidade de serem atingidos por pragas.

Em seu trabalho com o sertanejo do município de Tanquinho, no Estado da Bahia, Oliveira (2006) afirma ser a lua o astro mais ansiosamente observado. Em seu estudo, a autora afirma que a lua nova é a fase mais esperada, pois durante os três dias que precedem esta lua, a chuva virá com certeza. No Forte, moradores também relatam que a lua nova traz as águas. Em certa ocasião que estive na comunidade, havia chovido intensamente no dia anterior e durante a madrugada, até o meio dia seguinte. Depois não choveu mais, e os moradores me explicaram que essa chuva repentina foi por causa da lua nova. Nas palavras do Sr. Brígido: *A chuva foi a força da lua nova*, se referindo as águas que haviam caído no dia anterior. O morador me explicou que somente iria chover novamente na próxima lua nova, pois, como ele afirma, *a lua nova gosta de chover!*

As fases da lua podem fornecer informações muito precisas ao agricultor sertanejo que espera chuva ou por certos fenômenos agro-pecuários, como floração de plantas e partos de animais (OLIVEIRA, 2006).

Em outra atividade agrícola, a pecuária, e no tratamento do gado, também é importante observar as fases da lua. Os moradores que tem criações de gado costumam aproveitar os produtos do leite para preparar queijos e requeijões. Mas atentam sobre a importância de se conhecer a fase da lua quando forem preparar estes produtos, para que o resultado seja bom e eles fiquem no ponto certo. O Sr. Leão comenta: *A lua governa até o leite da vaca, dá diferença*. O

morador explica: *O queijo, fazer na lua nova ele incha. Fazer requeijão dá defeito na lua nova.* Novamente, a lua nova é um tabu no momento de preparo destes produtos, sendo importante planejar esta atividade para que não coincida com esta lua.

Para ordenhar as vacas, ensinam os moradores, deve-se observar se a lua está cheia. Dessa fase em diante o leite que será retirado é de boa qualidade. O Sr. Leão ensina:

Começa a tirar leite da vaca na lua cheia para frente. Quando vai para crescente tem que aproveitar!

Os moradores que praticam a pesca para o lazer, no Rio Paranã e no Piripiri, explicam sobre a influência do astro nos peixes e sua importância para garantir bons resultados na pescaria. Mais uma vez ensina-se que na lua nova não se deve pescar: *A lua governa a pescaria. Na lua nova o peixe não pega, tá tudo lavando.* De fato, as fases da lua são muito importantes para as comunidades tradicionais que sobrevivem da atividade pesqueira, bem como a percepção dos sistemas temporais em que estão inseridos. Marques (1991) explica que é com base nos sistemas temporais que o pescador pode programar a alocação do seu tempo e ir de encontro às presas, os peixes, garantindo sua subsistência.

A lua e suas fases também afetam o ser humano. Para o Sr. Leão, *até o nosso corpo dá diferença.* O morador, por exemplo, que sofre de reumatismo, sente mais ainda o problema quando está na lua nova. Como ele explica: *A lua é um trem que faz diferença. Quando eu sinto dor, inchar o reumatismo é lua nova.* Porém, na lua minguante a dor alivia: *Quando é lua minguante, mingua a dor, e quando é lua nova, a dor vem de novo. É tudo por causa da força da natureza!*

O homem do sertão reconhece que a natureza dita as regras para que ele possa tomar decisões. Essa *força* que o Sr. Leão comenta é percebida quando observa os seus sinais e compreende as relações intrínsecas dos elementos, vivos e não vivos, com o ambiente ao seu redor, do qual o homem está inserido. A visão holística de sociedades que vivem relações estreitas com seu meio natural é um dos pontos que os leva a garantir que os retornos serão dados ao ambiente que eles manejam, bem como que os planejamentos de suas ações respeitem os limites impostos pela natureza, sabendo que dessa forma irão garantir a sua permanência neste ambiente por gerações.

Observar as fases da lua também fornece informações sobre as previsões de precipitação. As condições da aréola da lua, como tons de brilho e cor, indicam se haverá chuva ou não. Caso seja uma aréola clara, branquinha, é sinal garantido de que as chuvas irão cair. O Sr. Agripino explica o fenômeno:

A lua, nesse mês de fevereiro, ela tá carregando para mês de março. O luar dela deu duas vezes nesse mês de fevereiro. Então vai cair essa água que ele (o luar) bebeu, vai cair no mês de março. A lua, você pode oiar ela, tá branquinha, alvinha, então quando tava no claro assim, seca, sonso, é a chuva.

A importância da lua, para os moradores do Forte, é tão grande que pode ser percebida quando o morador garante que: *A lua decide tudo!*

Os sertanejos do Forte também encontram outras formas de prever os meses que terão chuva ou estiagem. Para eles, são “experiências” que fornecem um resultado certo. Existia antigamente uma previsão conhecida como “contagem do sal”, que deveria ser feita durante o São João para prever as próximas chuvas. Colocavam-se doze pedras de sal grosso numa superfície durante a noite de São João, cada uma correspondia ao um mês do ano. As pedrinhas que, na manhã seguinte, estivessem derretidas, representavam então os meses que haveria precipitação. As pedrinhas que amanhecessem secas, intactas, mostravam meses que não iria chover. O Sr. Leão explica como esse procedimento:

Na época de São João fazia essas experiências. Porque naquela época o sal era em pedra. Botava doze pedras na tábua. Pegava as pedras e pulava fogueira com elas. Esparramava elas na tabuinha os doze meses. Na noite de São João, de 23 para 24 de junho, pulava três vezes a fogueira. O mês que escorria mais é o que chovia mais.

Como o morador conta, a previsão deveria ser feita cumprindo-se o ritual de pular três vezes a fogueira de São João com as pedrinhas na mão, não esquecendo de que, para dar certa a previsão, deve-se acreditar nela. Como diz o Sr. Leão: *Tem que fazer com fé!*

Outro morador da vila, o Sr. Veríssimo, conta sobre esta previsão, enfatizando a certeza dos resultados.

Você coloca o sal, e todo mês você escreve: Outubro faz o nome lá. Novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril, e coloca um sal. Em cada lugar daquele que você escrever você põe um pouquinho de sal, na noite de São João. E vai botando. No mês que chover amanhece escorrendo, o que não chover amanhece sequinho. Aí é certo!

Oliveira observou tal fenômeno também na comunidade de Tanquinho, Bahia. A autora descreve:

Na noite de 31 de dezembro, dispõem-se doze pedrinhas de sal grosso sobre os nomes dos meses escritos em um papel e coloca-se tudo no peitoril de uma janela, pelo lado de fora. No primeiro dia do ano, antes do Sol nascer, verifica-se as que se dissolveram durante a noite e em cima de quais nomes elas estão, pois esses nomes corresponderão aos meses chuvosos do ano entrante (2006: 124).

O procedimento é o mesmo que o realizado no Forte, mas em Tanquinho a previsão é feita no último dia do ano, enquanto no Forte acontece nos meses secos do meio do ano.

Outra forma de se prever as chuvas, descrita no Forte, é quando se coloca um prato invertido numa superfície, em local aberto e durante a noite. No outro dia o prato é desvirado e observa-se a formação de gotícula de água. Esta previsão deve ser feita no início das chuvas, para saber se no dia seguinte elas cairão, como o Sr. Agripino explica:

O início dela é com o chuvoso. O prato, você todo dia põe no meio, bota ele no meio do chão, o que for chuvoso o prato no outro dia amanhece cheio sereno, ele suado. Se não tiver chuva na hora que você pega ele tá sequinho. Você bota assim, no piso da varanda. Bota ele emborcado, sem nada. Não é para botar água nele nem nada.

Não só os fenômenos da natureza são observados para fazer previsões meteorológicas. Animais de todos os tipos também prenunciam chuvas ou secas. Oliveira (2006) destaca vários grupos taxonômicos que cumprem essa função, como insetos, aracnídeos, diplópodes, entre os invertebrados, e peixes, anfíbios, aves e mamíferos entre os vertebrados.

No Forte, uma ave conhecida localmente como “coá” ou “coã” indica se vai cair chuva ou não naquele dia, dependendo das condições do galho onde ele é observado: *Se está no pau seco, é*

seca; se está no pau verde, é chuva! Marques (1998) realizou um estudo detalhado sobre as percepções da vocalização de aves entre camponeses alagoanos, e uma das aves descritas em seu trabalho é a coã, classificada pelo autor como “ornitoáugure meteórico”, pois a ave prenuncia mudanças de tempo e clima. Entre as comunidades estudadas pelo autor, a coã também indica a ausência ou presença de chuva, dependendo do tipo de galho em que canta. Brandão (1949, apud MARQUES, 1998) descreve os sinais desta ave como os mesmos observados no Forte: se a ave cantar em “pau verde”, é sinal de chuva, se cantar em “pau seco”, é sinal de seca.

Em seu trabalho realizado com comunidades rurais do Agreste da Paraíba, Araújo et al. (2005) encontraram até 30 espécies de aves como bioindicadoras de chuva, entretanto o canto destas aves era o sinal mais certo para realizar a previsão.

No Forte os moradores comentam que algumas aves também indicam a passagem do tempo, pois “marcam o tempo”. O mutum, ave galinácea da família Cracidae, de acordo com Sr. Veríssimo, “gemi a noite”. Quando se escuta o seu som neste período, dizem que “é marcada a madrugada”. Os galos também indicam o passar das horas. Os moradores contam que eles cantam três vezes durante a madrugada: as três horas, as quatro horas e no amanhecer do dia. O seu canto marca precisamente estes horários. De acordo com o Sr. Vitezinho, *o galo marca a hora.*

Os animais são de grande importância para o homem do sertão, dentre outras coisas, como indicadores do tempo. Outra importância da fauna é no fornecimento de matéria-prima para preparo de utensílios domésticos. Antigamente, quando não existia energia elétrica na comunidade, nem acesso a produtos industrializados, os moradores fabricavam velas caseiras a partir da cera de uma abelha conhecida como “rocão”. A D. Jove conta:

O rocão era uma abelha preta grande. Quando achava um rocão, tirava a cera, botava um fogo para queimar. Fazia um pavio de algodão e usava a cera de rocão, Derretia a cera dentro da panela e botava para secar e virava uma vela.

O candeeiro também era usado antigamente, e como combustível os moradores preparavam um azeite com as sementes da mamona (*Ricinus communis* L., Euphorbiaceae), que além de combustível, era também usado como remédio. As mulheres detinham as técnicas de preparo do óleo para transformá-lo em combustível. O Sr. Leão conta:

Usava o azeite de mamona no candeeiro, e as mães de família, as donas de casa, tudo sabia fazer. Ele era purgante e laxativo. Se tivesse com o peito cerrado, sem dexpectorar, bebia o leite e ela afroxava tudo.

A relação com a fauna local, entretanto, não é bem vista em algumas ocasiões. Pequenos felinos, por exemplo, são bem conhecidos pelos moradores, mas não são bem quistos porque predam as galinhas e os papagaios que capturam nos quintais. Os moradores citam pelos menos duas variedades de gatos selvagens, o “gato-maracajau” e “gato-marisco”. O Sr. Waldo descreve estes animais: *É tudo pintado. O gato marisco vem de dia. É chato, com o rabão e a cabeça pequena. A vista dele é boa.*

Os grandes felinos também são temidos por eventualmente atacarem o homem. Entre eles são citados pelo menos quatro tipos: a onça-pintada, a “canguçu”, que para os moradores é a maior de todas, por isso mesmo é também conhecida como “onça-verdadeira”, a “jagatiri”, *que é pintada também*, e a “suçurana”, esta muito indesejada porque *mata gado demais!*

Atividades de caça e pesca também são praticadas pelos moradores. Entre as caças, os moradores descrevem a paca, cutia, preá, “lambu” (perdiz), guariba (macaco), jia (*A jia é um sapo grande, de coxas grossas*) e alguma espécie de tatus (tatu-galinha, tatu-bola, tatu-peba e tatu-canastra).

Entretanto, um dos usos da fauna mais importantes para a comunidade é o medicinal. O uso de medicinal de animais, denominado zooterapia, é conhecido no Brasil desde o princípio da colonização, sendo que a medicina popular, e particularmente a zooterapia, configura uma interação de elementos indígenas, africanos e europeus (SILVA et al., 2003). No Forte, diversos animais são reconhecidos pelo seu poder de cura das mais variadas enfermidades, como se observa na Tabela 12. Alguns animais também são usados como amuletos, trazendo “sorte” para as pessoas que deles fazem uso.

Tabela 12. Uso medicinal da fauna descrito por moradores do Forte.

Animais	Classe	Usos	Comentários
Capivara <i>Hydrochoerus hydrochaeris</i>	Mammalia	Medicinal Geral	<i>A sua gordura é medicinal.</i>
Tatu	Mammalia	Medicinal Geral	Usa-se a gordura.
Onça	Mammalia	Bronquite	<i>A gordura da onça é bom pra curar bronquite.</i>
Lobo-guará <i>Chrysocyon brachyurus</i>	Mammalia	Amuleto	<i>O couro é seco, amarrado em casa, contra olho grande.</i>
Teiú	Reptilia	Remédio para derrame	
Jacaré	Reptilia	Medicinal Geral	<i>Torra o couro e bebe. O dedo também é usado.</i>
Sucuri <i>Eunectes</i> sp	Reptilia	Artrite	<i>A gordura é usada para 'junta-dura'.</i>
Macaco	Mammalia	Medicinal Geral	Usa-se a gordura.
Paca <i>Agouti paca</i>	Mammalia	Antídoto	<i>Usa o 'felo' contra veneno de cobra. O 'felo' fica agarrado no fígado, é verde. È o que em nós chama fígado.</i>
Cascavel <i>Crotalus durissus</i>	Reptilia	Reumatismo	<i>A carne é usada para quem tem reumatismo. Torra a carne e coloca na pinga. Como fazer: Conta três dedos da cauda para o corpo, e três dedos da cabeça para o corpo. A parte que fica entre essa medida que é boa como remédio!</i>

Observa-se que os moradores utilizam a pele (“couro”), o fígado (“felo”) e a carne dos animais como remédios e amuletos. Mas especialmente o tecido adiposo tem características curativas, como os moradores afirmam: *A gordura de qualquer bicho é remédio*. Silva et al. (2003) estudaram a prática da zooterapia em Recife, a partir dos mercados populares, e observaram que a gordura foi a parte dos animais mais usada como remédio, além do fígado e do couro. Os autores também citam o uso da carne de cascavel como uso medicinal, além da gordura e da pele deste réptil como prescrição para cansaço.

No Forte, os mamíferos foram os animais mais citados para o uso medicinal. Uma exceção é feita no caso do lobo-guará, onde sua pele é usada como amuleto. Silva et al. (op. cit.) também encontraram nos mercados populares de Recife o uso mais comum para os mamíferos, demonstrando a importância desta classe para a medicina popular.

4.2 A CAÇADA DA RAINHA E OUTROS FESTEJOS

*Ah, se a senhora vê-se uma caçada
que eles fazia antigamente, achava bonito!
O povo tinha aquela feita pra fazer direitinho...
(Sr. Leão)*

Gostaria de descrever aqui brevemente algumas manifestações culturais do Forte, importantes rituais de manutenção da identidade regional, embora hoje em dia já bastante modificadas. As festas religiosas têm relação com as práticas agrícolas, pois envolvem a fé e votos de boa colheita e prosperidade da comunidade. Para o pequeno produtor do cerrado, as manifestações festivas marcam os períodos importantes do ano, na perspectiva de garantir prosperidade da família (RIGONATO, 2003). As festas religiosas do Forte são apresentadas na Tabela 13.

Tabela 13. Calendário das Festas religiosas da Vila do Forte.

Data	Estação	Evento
06 de Janeiro	Chuva	Santos Reis
20 de Janeiro	Chuva	São Sebastião
23 e 24 de Junho	Seca	São João
Julho	Seca	Caçada da Rainha
15 de Agosto	Seca	Nossa Senhora da Abadia *
15 de Setembro	Seca	Nossa Senhora do Livramento *
12 de Outubro	Chuva	Nossa Senhora Aparecida / Dia das Crianças
01 de Novembro	Chuva	Todos os Santos
08 de Dezembro	Chuva	Nossa Senhora da Conceição
13 de Dezembro	Chuva	Santa Luzia

* Essas festas acontecem nos povoados de Pedra Preta e Sertanejo, próximos do Forte, e que são freqüentadas pelos seus moradores.

A Festa de Reis acontece no período das chuvas, época dos plantios, e a população comemora em agradecimento às chuvas e como devoção para pedir boas colheitas. As festas de Império e Reinado acontecem nos meses de seca, quando os festeiros agradecem pelas colheitas e oram por um novo ciclo de farturas para a roça.

Antigamente existia o hábito de se plantar o arroz no período entre as festas de Nossa Senhora da Conceição e Santa Luzia, entre 8 e 13 de dezembro, mês das chuvas. O Sr. Leão conta:

Eles tinha a seita de que o povo deveria plantar arroz entre Senhora da Conceição e Senhora Santa Luzia, que o arroz não perdia de sol, tinha a grana certinha. O povo gostava de plantar esse arroz entre as duas santa, entre oito e treze. O arroz plantado nessa data não perdia de sol. Porque tem ano que vem aquele sol e o arroz não enche, né? Perde, seca.

A devoção as Santas e a fé dos agricultores levavam a seguir a risca esta recomendação, acreditando que as Santas iriam proteger a plantação do veranico, um fenômeno climático comum na região de Goiás, já mencionado anteriormente, que se caracteriza por um período seco na estação chuvosa. Caso ele acontecesse, o arroz não cresceria e a colheita estaria perdida. O plantio entre os dias de homenagem as Santas garantiria as ocorrência das chuvas sem a interrupção pelo veranico. Mas a fé deve ser o principal fator para que tudo aconteça corretamente, sem prejuízos na plantação. O Sr. explica o motivo deste ritual:

É porque é aquela fé, você sabe como é que é, né? Era dizer que era com fé nas duas Santas que não tinha perca. Eu penso assim.

Nos meses de junho e julho são comemorados o São João e a Caçada da Rainha, a festa mais importante do vilarejo. O São João é como uma prévia para a grande festa da Rainha, sendo uma festa menor que dura somente dois dias. Uma fogueira é acesa no dia 23 de junho e acontece um ritual de retirada do mastro de dentro da Igreja, que é fincado no centro da vila. A plantação do mastro é um grande acontecimento que reúne toda a população, representando a devoção ao Espírito Santo (UCG, 1982).

No dia 24 acontece o Império. O Imperador da festa é uma criança sorteada na véspera, mas deve ser um menino. Segundo o Sr. Leão *a festa é dos meninos*. Ele mesmo foi imperador aos quatro anos de idade. Ele conta como se preparavam os meninos para a festa:

Fazia o terninho pra o menino, trajava bem trajadinho, a gravatinha, um sapatinho feito mesmo com o sapateiro aqui. Podia ser branco, ser preto, ainda melhor assim. Então aí trajava eles, botava a coroinha, ia pra Igreja com o acompanhamento do povo.

Como essa festa era uma preparação para a Caçada, que exigia muito mais tempo de preparo e maior mobilização dos moradores, o Sr. Leão comenta:

Fazia o imperiozinho, mas não era como a festa grande, que a festa grande tem muita coisa pra resolver. Depois de São João, só vem a festa grande dos impérios, a Caçada.

O morador descreve como acontecia o São João:

O povo vai acompanhando o imperador até a Igreja, acaba a reza lá, a missa, o que for, então vem pra cá e convida todo mundo pra vir servir do que for passar. Uns dava uma coisa, outros já fazia outra. As vezes um dava só o café com biscoito, a turma ia, servia do café e pronto, acabada a festa. Outros dava um almoço, um churrasco, umas bebida. Outros dava só a bebida lá pra turma, enchia a mesa de bebida, o imperador chegava e aí todo mundo servia ali um copinho de cerveja que fosse. Tava feita a festa. Não é que nem é a do Império, do reinado, porque aí já tem outros preparo, né? A festa do imperador passou, aí acabou. É simples a festinha.

A grande festa acontece em julho. É a Caçada da Rainha, festa que homenageia Nossa Senhora do Rosário²⁹. Esta festa está entre as principais festas populares dessa região. É profundamente ligada à religião, com reverência a uma Rainha e um Rei, batuque, congada, missa e a participação do padre. Rigonato (2003) discute que as festas populares compartilham quase o mesmo universo religioso e profano das festas de santo, folia de reis e do divino espírito santo, bailes, bares e comércio em escalas temporais e espaciais intercaladas. Portanto, não representam somente a diversão e a folia, pelo contrário, são realizadas pelos participantes com muita seriedade e um preparo de meses de antecedência.

²⁹ Nossa Senhora do Rosário já era conhecida dos negros congos, que aqui [Província de Goyás] continuaram com sua devoção e a de outros santos (BAIOCCHI, 1983: 29).

A festa tem uma seqüência onde acontece o Império, seguida da caçada à rainha, depois acontece o reinado e a procissão. Na procissão, as mulheres acompanhavam a Bandeira de Nossa Senhora do Rosário, e os homens acompanhavam a Bandeira do Divino, tudo muito bem organizado e regido por moradores experientes que davam os direcionamentos corretos, como num desfile. O cortejo era acompanhado de duas caixas de percussão, uma de cada lado das bandeiras. O regente da festa era um dos principais elementos, e não era qualquer pessoa que poderia ocupar seu lugar. O Sr. Leão comenta:

A pessoa assim se entedia a fazer e ir na caçada, mas não era todo mundo, não. Precisava aprender como é que se ia, tinha o vestuário, e os cavaleiro tudo bem vestido, a roupa melhor que tivesse, de lenço branco.

O morador descreve a beleza da festa:

As mulheres que vinha tudo tinha um jeito do vestuário certo, tudo montado de cilhão. A montaria era cilhão, hoje é tudo cela. Mulher montava de lado. Ela botava essa perna dentro do gancho do cilhão. Então era do lado. Agora que vinha os cavaleiros tudo com lenço, e pegava o cavaleiro de lá e ela de cá pegava e vinha, tudo com os lenços. Passava descendo, você olhava assim: era bonito!

Além do vestuário especial, com as roupas novas enfeitadas de lenços, havia um acessório especial chamado “chapelina”, que o Sr. Leão se lembra de ter visto muito nas festas de antigamente.

Naquele tempo tinha uma tal de chapelina, que era das mulheres. Era tudo enfeitadinha de penas, peninhas bonitas de bicho; de ema, papagaio, arara. Pintava as chapelina. Era muito bonito! Ainda lembro bem.

O vestuário especial da festa era preparado com meses de antecedência, como relata o Sr. Vitezinho:

O vestuário era do tipo daquele vestuário de doutores. Branco, de botão, de manga até aqui assim, mais comprido um pouquinho. O algodão é branco. Tudo enfeitado de chita. É chita vermelha, é chita amarela, toda ela cheia de chita. Os coque bem feito para ficar

dependurado, né? O rei tem a coroa do Rei, Rei dos Congo, tem a coroa dele, toda enfeitada. E os outros com um chapéu de palinha todo enfeitado de chita.

Junto com a chegada da Rainha e do Rei havia também uma congada que acompanhava o cortejo. D. Jove explica: *Os congo vinha atrás da Rainha, vinha atrás só da Rainha e do Rei. A congada não acontece mais nesta festa, que já está muito modificada em relação ao que era antes. Num momento da festa a Rainha deveria ser buscada pelo Rei para entrar na Igreja, acompanhada da congada, como o Sr. Vitezinho explica:*

Na hora que vai buscar a Rainha na casa pra levar pra Igreja os congo já tá tudo pronto para receber a Rainha. Dança só homem. Aí ele vai dançando na frente da Rainha até chegar na Igreja: ‘Senhor rei, oh! Senhora Rainha, é hora de ir’, e tocando, né? É catira, e tocando até chegar na Igreja. A hora de chegar na Igreja os congo não entra na Igreja, porque não pode. Aí o padre vem com o mastro e reza pra rainha. Na hora de sair o povo torna a receber ela na casa.

Esta festa é uma herança portuguesa, que no Brasil foi mesclada com elementos africanos. Observa-se claramente este sincretismo no relato de moradores quando descrevem a missa e a congada. Entretanto, o sincretismo tem limites que são respeitados, quando se relata que a congada não pode entrar na Igreja. O espaço dos congos é nas ruas, na praça, representando o povo escravizado. Na Igreja fica a realeza, a corte. Essa representação é seguida a risca na Caçada da Rainha. D. Jove até relembra de um trecho da música que era cantada no momento em que a Rainha entrava na Igreja, quando os congos deveriam sair: *Vai pra fora, é hora de missa, vamo embora!* A influência africana é conhecida pelos moradores, que sabem dos escravos e de sua origem. O Sr. Vitezinho explica: *O congo veio da África. Foi os negros.*

De acordo com Brandão (1977), há uma notável conformidade em atribuir o congo aos negros, sendo comum em Goiás os moradores que participam destas festas atribuírem sua origem a África, trazido diretamente pelos primeiros escravos que vieram à região para a lavra do ouro. Entretanto, o autor admite que não existam explicações mais definidas a respeito de como um ritual de possível origem africana foi incorporado a festividades católicas (1977: 159).

Porém, pode-se supor que a inserção de elementos negros às festas de origem portuguesa e de religião dos “brancos”, colonizadores e senhores, foi uma forma de representar também suas crenças e manifestar sua cultura, conforme descreve Silva:

Além de ser uma das formas de conseguir o escravo preservar as religiões de origem africana, a inclusão de congadas, reisados, reis, rainhas, evocações, canções etc., representava um mundo distinto do de seus senhores, pouco importando o ritual branco a as manipulações do sistema (2003: 342).

Os moradores mais antigos lamentam que a festa tenha se modificado, e se entristecem principalmente com a falta de seriedade e compromisso dos participantes. A festa atualmente conta com um carro de som da prefeitura, onde são tocadas músicas completamente descaracterizadas do contexto local, mas que são a preferência de muitos moradores e visitantes presentes na festa. O Sr. Leão relembra como acontecia antigamente a festa, e compara com hoje em dia, neste depoimento:

Na hora que entrava a caçada vinha a congada e cantava em redor da gente, todo mundo dançando na chegada Hoje só tem só o batuque só, acabou aquela cantoria...

O morador comenta melancolicamente: *Hoje nada tem graça para mim... Os que nunca viu acha que tá muito bonita, do jeito que é feito. Mas, quem não viu do tempo que era...*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*O sertanejo é, antes de tudo, um forte.
Não tem o raquitismo exaustivo
dos mestiços neurastênicos do litoral.
(Euclides da Cunha, 1903)*

As práticas de manejo realizadas pela comunidade do Forte atendem basicamente a subsistência de seus moradores. São sistemas agrícolas caracterizados por policultivos, culturas consorciadas e pelo trabalho familiar. As fontes de subsistência relacionadas a estas práticas são duas principais: as roças-de-toco e os cultivos dos quintais. Nas primeiras, permanece um dos sistemas mais antigos de cultivo tradicional da terra, baseado na retirada da vegetação de uma determinada área e da queima do material retirado, preparando a terra para iniciar os plantios. Após quatro anos de uso, em geral, o terreno é abandonado – pousio – e pode recuperar sua fertilidade e vegetação natural. Esta área pode ficar até dez anos em repouso, sendo novamente manejada por filhos dos agricultores. Ao serem transmitidas por gerações, as roças cumprem a função de colaborar para a manutenção da coesão familiar e da identidade regional.

Ao se compreender a lógica do plantio percebe-se um apurado conhecimento ecológico a respeito da natureza adquirido por moradores do Forte. Estes produtores sabem precisar o momento de plantar a partir de sua compreensão do tempo e seus fatores climáticos, bem como conhecem o momento de colher, também relacionado aos fenômenos ambientais, especialmente as fases da lua. Percebem também os sinais de esgotamento da terra e o momento do pousio. Essa fase da roça pode ser considerada uma estratégia de sobrevivência, pois permite a renovação dos recursos colaborando na manutenção do equilíbrio ambiental e da biodiversidade local.

A capacidade de renovação dos recursos requer uma gestão ecológica prudente (SACHS, 2000: 70), que, no caso do Forte, é alcançada através do conjunto de conhecimentos tradicionais de seus agricultores, acumulado por séculos de manejo. O conceito de recurso é cultural e histórico, e está diretamente relacionado com o conhecimento, pelo homem, do potencial do seu meio ambiente (*Ibid.*: 70). Este conhecimento se mantém presente, no Forte, ao se analisar as práticas de manejo.

Portanto, pode-se sugerir que o sistema agrícola de roças-de-toco, praticado no Forte apresenta características sustentáveis, na medida em que: 1. não utiliza nenhum adubo químico, e a fertilidade do solo é incrementada pelos próprios nutrientes gerados da queima da vegetação retirada; 2. permite que a terra “descanse” e se regenere, possivelmente respeitando a capacidade de suporte do ecossistema; 3. a vegetação que cobre o terreno em repouso, a capoeira, contribui para a manutenção da biodiversidade local incrementando a diversidade da flora e disponibilizando novos recursos para a fauna; e 4. mantém a coesão do grupo familiar e reforça uma identidade regional, permitindo também a continuidade da diversidade cultural. Já que a biodiversidade e a diversidade cultural estão entrelaçadas no processo histórico e de co-evolução (SACHS, 2000: 31), esta prática agrícola colabora para a manutenção do ecossistema como um todo, o que apóia seu caráter de sustentabilidade.

O aprendizado da roça e dos fatores que envolvem seu planejamento é transmitido oralmente, e desde pequenos os filhos acompanham os pais e tios nesta labuta, onde levam água ou alimentos enquanto observam o manejo e aprendem a plantar. *Desde que começa a andar que vai pra roça*, afirma o Sr. Leão, confirmando a forma como ele próprio aprendeu. A transmissão do conhecimento tradicional está diretamente relacionada com a manutenção de uma identidade rural e ecológica, ligada a cultura do local. Este saber encontra-se ameaçado, pois a roça-de-toco do Forte é uma atividade em vias de desaparecer, já que as alterações em relação a forma de apropriação da terra e dos recursos naturais levaram a mudanças profundas nos hábitos da comunidade.

Dentre as mudanças, o cercamento das propriedades particulares foi um acontecimento que dificultou e impediu o pequeno produtor a se apropriar da terra e realizar sua produção. A consequência mais grave dessas alterações, entretanto, é a constatação de que as capoeiras nos espaços de manejo antrópico, importantes na manutenção da biodiversidade local e dos bancos de sementes de espécies domesticadas (PERONI, 2002), não cumprem mais estas funções. No lugar das roças em pousio são plantados capins exóticos para o gado, impedindo a recuperação natural da vegetação. Este fato tem levado à perda de variedades crioulas.

No Forte, muitas variedades de mandiocas, por exemplo, perderam suas sementes e não são mais encontradas, havendo também a entrada de novas variedades, que não são tão boas e rentáveis quanto as usadas antigamente. Tais constatações, descritas neste trabalho, levam a uma

preocupação mais ampla: não só o conhecimento tradicional sobre as roças e capoeiras está ameaçado, mas a manutenção de todo um ecossistema.

O modelo industrial aplicado à produção agrícola (conhecido como “Revolução Verde”) foi um dos principais fatores que ameaça a conservação dos recursos genéticos, gerada e mantida pelos agricultores tradicionais (CLEMENT et al., *no prelo*). Moradores do Forte relatam esse fato quando afirmam que as roças-de-toco estão cada vez mais raras devido, principalmente, à mecanização agrícola, que dispensa o trabalho manual e requer uma quantidade muito maior de alqueires trabalhados e a dependência de grandes mercados para a venda dos produtos. Ao pequeno produtor, que não tem acesso à mecanização nem aos latifúndios, resta o trabalho assalariado, conduzindo as máquinas das novas lavouras, e com seu suado ganha-pão, comprar os mantimentos outrora produzidos por ele e sua família. A seguinte afirmação do Sr. Leão resume essa condição: *Agora tá mais fácil você comprar do que ir produzir.*

Outros fatos que têm modificado o modo de vida da comunidade foram a construção de novas estradas e a chegada da energia elétrica na Vila, há cinco anos, apresentando outros padrões de vida e consumo. As gerações mais novas, principalmente, conheceram outras formas de sobrevivência, ambicionando ter uma vida diferente da que seus pais tiveram e não se interessando mais pelas práticas tradicionais. Os pais, por outro lado, percebem que o estudo pode ser uma importante aquisição que leva a conquistas pessoais e a uma segurança financeira que eles não tiveram em seus tempos. Assim, fazem questão de proporcionar aos seus filhos outras alternativas que a eles não foram oferecidas, e, aproveitando a facilidade de acesso à melhores escolas e até ao nível superior, buscam proporcionar que seus filhos possam ter um futuro digno.

Enquanto as roças-de-toco encontram-se ameaçadas, os quintais, por outro lado, são formas de manejo que continuam sendo praticadas na comunidade estudada. São espaços domésticos de valor nutricional, econômico, social e de manutenção da saúde dos moradores. Além disso, apresentam uma riqueza de cultivos considerável, incrementando a vegetação local e contribuindo para a manutenção do sistema agroecológico regional. As mulheres, nesse caso, são responsáveis diretas pela manutenção destes sistemas. São elas que mantêm os quintais, renovam as plantas e fazem o manejo diário deste espaço.

O quintal é uma forma de resistência frente às mudanças socioeconômicas da comunidade, bem como é um espaço onde o conhecimento tradicional pode continuar a ser

praticado, mantendo a reprodução cultural dos moradores. Embora a comunidade atualmente apresente uma certa dependência de produtos industrializados, que já fazem parte de sua dieta, os quintais continuam a oferecer legumes, hortaliças, temperos, frutas, remédios e nutrientes aos moradores, cumprindo o papel de santuários da agrobiodiversidade (OAKLEY, 2004: 39).

Os quintais, portanto, podem ser tratados como sistemas sustentáveis, pois contribuem para biodiversidade local devido aos policultivos, sendo a mulher imprescindível na manutenção desta prática. O Princípio 20 da Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento³⁰, proclama: “As mulheres têm um papel vital na gestão e no desenvolvimento ambiental. Sua plena participação é por isso essencial para alcançar o desenvolvimento sustentável” (SACHS, 1993: 102). Uma das formas que garante alcançar este desenvolvimento é através dos quintais, mantidos e manejados pelas moradoras do Forte.

As práticas tradicionais de manejo descritas neste trabalho realizam a conservação *on farm* de recursos. Esta forma de se preservar o meio ambiente diz respeito aos recursos genéticos usados pelos agricultores nos seus sítios e fazendas, incluindo as variedades tradicionais ou crioulas, às quais são conservadas *in situ* nas áreas agrícolas de origem, ou seja, nos jardins e hortas domésticas, e nas roças e campos cultivados (CLEMENT et al.: 2, *no prelo*).

Nesse sentido, é grave a constatação de que a agricultura familiar e os cultivos domésticos estão se perdendo, e os agricultores tradicionais, que mantêm estes sistemas, não encontram mais espaço nem incentivos para dar continuidade as suas práticas. Os padrões de consumo disseminados pelo mundo também não deixam espaço para a procura de produtos agrícolas das pequenas produções, deixando sem lugar a produção tradicional, exceto em mercados populares ainda existentes em muitas regiões do Brasil, onde as comunidades tradicionais podem vender sua produção agrícola e artesanal.

A compreensão e a divulgação dos conhecimentos tradicionais de uma comunidade negra rural como a do Forte tem muito a ensinar sobre a gestão mais correta dos recursos naturais. O manejo dos recursos em conjunto com os diversos atores, membros da comunidade e de fora dela, o que Sachs (2000: 75) chama de ecodesenvolvimento, só traz ganhos ao meio ambiente e a saúde humana. Para o autor, o aproveitamento dos sistemas tradicionais de gestão dos recursos, associado ao incentivo de um processo participativo de identificação das necessidades, dos

³⁰ Lançada durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992.

recursos potenciais e das maneiras de aproveitamento da biodiversidade, é um caminho para a melhoria do nível de vida dos povos, sendo considerado como a pedra fundamental para qualquer desenvolvimento sustentável.

Além de servirem como guardiãs contra a dilapidação dos ecossistemas em que habitam, as práticas de comunidades tradicionais sobre o manejo econômico das matas é uma fonte importantíssima de conhecimentos que deveria ser transformada em informações passíveis de serem utilizadas pelos órgãos de planejamento, como forma de garantir (e talvez mesmo aumentar) a manutenção da biodiversidade (ADAMS, 1994: 17).

As práticas tradicionais do Forte, outrora vistas como atrasadas ou ultrapassadas, mostram-se aqui sustentáveis e até de vanguarda. A manutenção da agrobiodiversidade se dá a partir do manejo das roças e das capoeiras e da dinâmica dos quintais. Percebe-se que não só as áreas preservadas legalmente mantêm a diversidade ambiental, mas áreas onde populações tradicionais vivem e realizam suas práticas se mostram extremamente preservadas através das atividades de manejo, que muitas vezes contribuem para a configuração vegetal ao incorporarem novas espécies, incrementando a diversidade local.

Tal fato é claramente percebido ao se visitar a Vila do Forte, por exemplo, onde se observa a variedade de árvores frutíferas e de plantas alimentícias e medicinais, cultivadas pelos moradores, visão que contrasta com os campos das fazendas de criação de gado ou de monocultura de soja. O manejo secular do ecossistema local pelo sertanejo do Forte foi e é responsável pela manutenção de sua diversidade biológica.

Estas práticas de características sustentáveis, e o conhecimento tradicional a elas associado, são responsáveis pela manutenção de recursos genéticos, bancos de sementes, e de espécies medicinais e domesticadas. Além disso, os recursos genéticos mantêm um equilíbrio dinâmico com seu meio socioeconômico e ecológico, e o seu uso e conservação são uma oportunidade, aliás, são muitas oportunidades para o desenvolvimento nacional (CLEMENT et al.: 6, *no prelo*).

A importância de se registrar um conhecimento tradicional local pode colaborar no desenvolvimento de técnicas de manejo sustentáveis que deveriam ser incluídas na elaboração de políticas públicas de desenvolvimento mais justas e contextualizadas com a realidade regional. A compreensão da natureza por essas sociedades, por outro lado, não está separada do seu contexto social, inclusive da construção do conhecimento que é socialmente estruturado. As práticas

culturais estão imbricadas nas práticas ecológicas tradicionais. A manutenção da diversidade cultural, por sua vez, está profundamente arraigada a diversidade biológica, que se mantém viva através do conhecimento das comunidades tradicionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. 1999. **Sertões e Sertanejos**: uma geografia humana sofrida. Estudos Avançados 13 (36). 55p.
- ADAMS, Cristina. 1994. As florestas virgens manejadas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Vol. 10, n. 1. Série Antropologia, 3-20 p.
- ADAMS, Cristina. 2000. **Caiçaras na Mata Atlântica**: pesquisa científica *versus* planejamento e gestão ambiental. São Paulo: Annablume: FAPESP.
- AGUIAR, Pinto de. 1982. **Mandioca**: Pão-do-Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Coleção Retratos do Brasil; v. 166).
- ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de; ANDRADE, L. H. C.; CABALLERO, José. 2005. Structure and floristics of homegardens in Northeastern Brazil. **Journal of Arid Environments** 62 (2005) 491-506.
- ALMEIDA, Semíramis Pedrosa de. et al. 1998. **Cerrado**: espécies vegetais úteis. Planaltina: EMBRAPA-CPAC. 464p.
- ALVES, Ângelo Giuseppe Chaves. 2005. Conhecimento Local e Uso do Solo: uma abordagem Etnopedológica. **Interciencia** V. 30 n.9 Caracas sep.
- AMOROZO, Maria Christina de Mello. 2002a. Agricultura Tradicional, Espaços de Resistência e o Prazer de Plantar. In: ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de et al. (Org.) **Atualidade em Etnobiologia e Etnoecologia**. Recife: Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia. 151p. 123-131p./
- AMOROZO, Maria Christina de Mello. 2002b. Usos e Diversidade de Plantas Medicinais me Santo Antonio do Leverger, MT, Brasil. **Acta bot. bras.** 16(2): 189-203.
- ANDAHUR, José Paulo. 2001. **Florestas e Questões de Gestão Ambiental na Bacia do Rio Paranã**. Dissertação de Mestrado. Publicação EFLM 015. Departamento de Engenharia Florestal, Universidade de Brasília. 71 p.
- ARAÚJO DOS ANJOS, Rafael Sanzio. 2005a. **Territórios das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil**: Primeira Configuração Espacial. 3. ed. Brasília: Mapas Editora e Consultoria. 92 p.
- ARAÚJO DOS ANJOS, Rafael Sanzio. 2005b. **Territórios das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil**: Segunda Configuração Espacial. Brasília: Mapas Editora e Consultoria. Inclui mapa temático articulado.

ARAÚJO, Helder Farias P. et al. 2005. Prenúncio de chuvas pelas aves na percepção de moradores de comunidades rurais no município de Soledade-PB, Brasil. *INCI*. [online]. dez., vol.30, nº12, p.764-769. Disponível na World Wide Web: <http://www2.scielo.org.br>.

ARRAIS, Tadeu Alencar. 2004. **A SUDECO e o desafio do Desenvolvimento Regional**. Publicado originalmente em: Revista Possibilidades, n.2, outubro de 2004. Disponível em: <http://www.observatoriogeogoiias.com.br>.

BAIOCCHI, Mari de Nazaré. 1983. **Negros de Cedro**: Estudo Antropológico de um Bairro Rural de Negros em Goiás. São Paulo: Ática; [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória. 201 p. (Ensaio: 97).

BAIOCCHI, Mari de Nazaré. 1999. **Kalunga**: Povo da Terra. Brasília: Minist Just, 123 p.

BALÉE, William. 1996. O Povo da Capoeira Velha: Caçadores-Coletores das Terras Baixas da América do Sul. In: PAVAN, Clodoaldo (Org.) **Uma Estratégia Latino-americana para a Amazônia**. São Paulo: Memorial. Editora Unesp. Vol. 1. 158-166 p.

BALÉE, William. 2006. **The Research Program of Historical Ecology**. Annual Review of Anthropology 35: 75-98.

BARBOSA, Altair Sales; NASCIMENTO, Itaboraí Velasco. 1993. Processos Culturais Associados à Vegetação do Cerrado. In: PINTO, Maria Novaes (Org.) **Cerrado**: caracterização, ocupação e perspectivas. Brasília: Editora Universidade de Brasília – 2ª. Edição. 681p. 155-188 p.

BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. 2002. **Vão do Paranã**: A Estruturação de uma Região. Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás. 320p. (Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas, 8).

BERLIN, Brent. 1992. On the Making of a Comparative Ethnobiology. In: BERLIN, Brent. Ethnobiological **Classification**: Principles of Categorization of plants and animals in Traditional Societies. Princeton: Princeton University Press. p. 3-51.

BERTRAN, Paulo. 1988. **Uma Introdução à História Econômica do Centro-Oeste do Brasil**. Brasília: CODEPLAN, Goiás: UCG. 148 p.

BERTRAN, Paulo. 1994. **História da terra e do homem do Planalto Central**. Eco-Histórica do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Brasília: Solo. 270 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 1977. **Peões, Pretos e Congos**. Trabalho e Identidade Étnica em Goiás. Goiânia, Editora Universidade de Brasília. 246 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 1981. **Plantar, Colher, Comer**: um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Edições Graal. (Biblioteca de Ciências Sociais: Serie Antropologia; v. n. 20).

CARVALHO, Vânia Déa de. 1978. Glicosídeos Cianogênicos. In: CORRÊA, Hélio et. al. **Aspectos Agronômicos da Cultura da Mandioca**. ESAL-LAVRAS. Vol. II. Ministério da Educação e Cultura. Lavras, MG.

CARVALHO, Giselia Lima. 2004. **Entre a Pobreza Econômica e o Patrimônio Ambiental/Cultural**: desafios e possibilidades do Turismo no Nordeste Goiano. Publicado originalmente em: Anais do ENTBL – Planejamento para o desenvolvimento local. Paraná, 2004. Disponível em: <http://www.observatoriogeogoiias.com.br>.

CHAVES, Christine de Alencar. 1993. **Festas, Política e Modernidade no Sertão (Buritis, MG)**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia. Departamento de pós-graduação em Antropologia

CHERNELA, Janet M. 1987. Os cultivares de mandioca na área do Uaupés (Tukâno). In: RIBEIRO, Darcy et alii. (Editor). **Suma Etnológica Brasileira**. Edição atualizada do Handbook of South American Indians. Vol. 1. Etnobiologia. 151-158p.

CLEMENT, Charles R. et al. Conservação *on farm*. In: NASS, L. L. (Ed.) **Recursos Genéticos Vegetais**. Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia. Brasília, DF. (*no prelo*) Disponível em: http://www.inpa.gov.br/cpca/charles/pdf/Clement_onfarm.pdf . 1-21 p.

DESCOLA, Philippe. 2000. Ecologia e Cosmologia. In: DIEGUES, Antonio Carlos (Org.) **Etnoconservação: Novos Rumos para a Conservação da Natureza**. São Paulo: HUCITEC. NUPAUB-USP. 149-163 p.

DIEGUES, Antonio Carlos S.; ARRUDA, Rinaldo S. (Orgs). 2001. **Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP. 176 p. (Biodiversidade, 4).

DI STEFANO, José Geraldo. 2004. **Modelo Tecnológico Tradicional em Porto dos Barreiros e a Hidrelétrica de Itumbiara (GO)**. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. 176p.

EITEN, George. 1993. Vegetação do Cerrado. In: PINTO, Maria Novaes (Org.) **Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília – 2ª. Edição. 681p. 17-73p.

FARALDO, Maria Inez Fernandes et. al. 2000. Variabilidade Genética de Etnovarietades de Mandioca em Regiões Geográficas do Brasil. **Scientia Agricola**, v.57 n. 3, 499-505 p. Jul/Set.

FAO, 2006. **Interacção do género, da agrobiodiversidade e dos conhecimentos locais ao serviço da segurança alimentar** - Manual de formação. 190p. Disponível em: <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/009/y5956p/y5956p00.pdf> , em janeiro 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de H. 1988. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S. A.

- GARROTE, Valquíria. 2004. **Os quintais caiçaras, suas características sócio-ambientais e perspectivas para a comunidade do Saco do Mamanguá, Paraty-RJ**. Piracicaba. 186p. Dissertação (Mestrado). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/USP.
- IBGE. 1995. **Zoneamento Geoambiental e Agroecológico do Estado de Goiás**: Região Nordeste. Rio de Janeiro. 178 p. (Estudos e pesquisas em geociências; n. 3).
- LITTLE, Paul E. 2002a. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da Territorialidade. **Serie Antropológica**. Nº 322. Brasília. 1-31 p.
- LITTLE, Paul E. 2002b. Etnoecologia e Direitos dos Povos: elementos de uma nova ação indigenista. In: LIMA, A. C. de S.; BARROSO-HOFFMANN, M. (Orgs.). **Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas**: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED. 39-47 p.
- LITTLE, Paul E. 2006. **Mapeamento Conceitual e Bibliográfico das Comunidades Tradicionais no Brasil**. Brasília: Departamento de Antropologia – Universidade de Brasília (*no prelo*).
- LORENZI, Harri; SOUZA, Hermes Moreira de. 1999. **Plantas Ornamentais no Brasil**: Arbustivas, herbáceas e trepadeiras. 2^a ed. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum.
- LORENZI, Harri. 2002. **Árvores brasileiras**: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. 4. ed. São Paulo: Plantarum.
- MARTIN, Gary J. 1995. Introduction. Ethnoecology – the broader discipline? In: MARTIN, Gary J. **Ethnobotany**. Ghapahn & Hawl, London. 268 p.
- MARTIN, Gary J. 2001. Ethnobiology and Ethnoecology. In: LEVIN, S. A. (Ed.) **Encyclopedia of Biodiversity**. Vol. 2. San Diego and London: Academic Press. 609-621 p.
- MARQUES, José Geraldo W. 1991. **Aspectos Ecológicos na Etnoictiologia dos Pescadores do Complexo Estuarino-lagunar Mundaú-Manguaba**, Alagoas. Tese de Doutorado. Curso de Pós-graduação em Ecologia, UNICAMP.
- MARQUES, José Geraldo W. 1995. **Pescando Pescadores**: Etnoecologia Abrangente no Baixo São Francisco. São Paulo: NUPAUB/USP.
- MARQUES, José Geraldo W. 1998. “Do canto bonito ao berro do bode”: percepção do comportamento de vocalização em aves entre camponeses alagoanos. **Revista de Etologia**, (n. especial), 71-85 p.
- MARQUES, José Geraldo W. 1999. Dinâmica Cultural e Planejamento Ambiental: Sustentar não é congelar. In: FILHO, Jenner Barreto B. et al. (Orgs.). **Cultura e Desenvolvimento**: a sustentabilidade cultural em questão. Maceió: PRODEMA/UFAL. 193 p. 41-68 p.

MARQUES, José Geraldo W. 2001. **Pescando Pescadores**: Ciência e Etnociência em uma Perspectiva Ecológica. – 2ª. Edição - São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP. Fundação Ford. 258 p.

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE. 2004. **Encontro Nacional sobre Agrobiodiversidade e Diversidade Cultural**. Política Nacional de Biodiversidade. Biodiversidade 4. 69 p.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. 1979. **Chorographia Histórica da província de Goyaz**. Goiânia, Líder.

NASCIMENTO, André R. Terra et. al. 2004. Florística e estrutura da comunidade arbórea de um remanescente de Floresta Estacional Decidual de encosta, Monte Alegre, GO, Brasil. **Acta bot. bras.** 18 (3): 659-669.

NAZAREA, Virginia D. 1999. A View from a Point: Ethnoecology as a Situated Knowledge. In: NAZAREA, Virginia D. (Org). **Ethnoecology**: Situated Knowledge. University of Arizonas Press. 3-20 p.

OAKLEY, Emily. 2004. Quintais Domésticos: uma responsabilidade cultural. **Agriculturas** – v.1 - n° 1. Novembro. 37-39 p.

ODUM, E. **Ecologia**. 1988. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S. A.

OLIVEIRA, Maria Vanilda Moraes. 2006. Prevendo o Tempo em Tanquinho, Bahia. **Sitientibus Série Ciências Biológicas** 6 (Etnobiologia): 120-124.

OVERAL, William Leslie; POSEY, Darrel Addison. 1996. Práticas Agrárias dos Índios Kayapó do Pará: Subsídios Para o Desenvolvimento da Amazônia. In: PAVAN, Clodoaldo (Org.) **Uma Estratégia Latino-americana para a Amazônia**. São Paulo: Memorial. Editora Unesp. Vol. 1. 183-200p.

PERONI, Nivaldo et. al. 1999. Diversidade inter- e intra-específica e uso de análise multivariada para morfologia da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz): um estudo de caso. **Scientia Agricola**, Piracicaba, v.56 n.3. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.hph>

PERONI, Nivaldo. 2002. Manejo Agrícola Itinerante e Domesticação de Plantas Neotropicais: O Papel das Capoeiras. In: ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de. et. al. (Org.) **Atualidade em Etnobiologia e Etnoecologia**. Recife: Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia. 151p. 97-108p.

POSEY, Darrel A. 1987a. Etnobiologia: Teoria e Prática. Introdução. In: RIBEIRO, Darcy et alii. (Editor). **Suma Etnológica Brasileira**. Edição atualizada do Handbook of South American Indians. Vol. 1. Etnobiologia. Petrópolis: Vozes. 15-25p.

POSEY, Darrell A. 1987b. Manejo da Floresta Secundária, Capoeiras, Campos e Cerrados (Kayapó). In: RIBEIRO, Darcy et alii. (Editor). **Suma Etnológica Brasileira**. Edição atualizada do Handbook of South American Indians. Vol. 1. Etnobiologia. Petrópolis: Vozes. 173-185p.

POSEY, Darrell A. 1996. Os Povos Tradicionais e a Conservação da Biodiversidade. In: PAVAN, Clodoaldo (Org.) **Uma Estratégia Latino-americana para a Amazônia**. São Paulo: Memorial. Editora Unesp. Vol. 1. 149-157p.

RÊGO, Jussara Cristina V. 1994. **Etnoecologia dos Pescadores de Velha Boipeba**: do *costero* a *berada*. Universidade Federal da Bahia. Monografia apresentada para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Biológicas, modalidade Recursos Ambientais (mimeo).

REICHEL-DOLMATOFF, Gerardo. 1976. Cosmology as ecological analysis: a view from the rain forest. **Man**. The Journal of The Royal Anthropological Institute. New Series, Vol. II, nº 3. September. 307-318p.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. 2002. **O Eldorado do Brasil Central**: história ambiental e convivência sustentável com o Cerrado. In: ALIMONDA, Héctor (Comp.) *Ecología Política. Naturaleza, sociedad y utopía*. Buenos Aires: CLACSO.352p. 249-257p. Disponível em: <http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/libros/ecologia/ecologia.html>.

RICKLEFS, R. E. 2003. **A Economia da Natureza**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S. A. 5 ed.

RIGONATO, Valney Dias. 2003. **As Festas Populares e o Ritmo Agrícola na Microrregião da Chapada dos Veadeiros Goiás**: O Batuque no Cerrado. (uma análise preliminar). [online] Disponível em: <http://www.observatorioegoias.com.br>.

SACHS, Ignacy. 1993. **Estratégias de Transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do desenvolvimento administrativo.- (Cidade Aberta)

SACHS, Ignacy. 2000. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond. 96p.

SAINT-HILLAIRE, Auguste de. 1937. **Viagem às Nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goyaz**. Rio de Janeiro, Nacional. t. 1 e 2.

SALAS, Maria A. 2003. "The year Begins When the Fish Can See The Moon". In **Landscape of Diversity**: Indigenous Knowledge, Sustainable Livelihoods and Resources Governance in Montane Mainland Southeast Asia. Proceedings of the III Symposium on MMSEA 25-28 August 2002, Lijiang, P.R. China. Xu Jianchu and Stephen Mikesell, eds. Pp. 313-321. Kunming: Yunnan Science and Technology Press.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. 1981. **O Tempo da Transformação**: a fazenda tradicional do Centro-Oeste. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas – Universidade de Brasília. 173p.

SARAGOUSI, Muriel et al. 1990. Comparação na Composição de Quintais de Três Localidades de Terra Firme do Estado do Amazonas, Brasil. In: POSEY, D.A.; OVERAL, W. L. (Orgs) **Ethnobiology: Implications and Applications** (Belém, 1988). Vol. 1. Belém, Museu Paranaense Emilio Goeldi. 295-303p.

SCHMITT, Alessandra et. al. 2002. A atualização do conceito de quilombos: identidade e território nas definições teóricas. **Ambient. Soc.** n.º10 Campinas Jan/June, 1-6 p. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2002000100008&lng=pt&nrm=iso>.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. 1993. Caçadores e Coletores Antigos. In: PINTO, Maria Novaes (Org.) **Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília – 2^a. Edição. 681p. 109-154 p.

SILVA, Luciana Álvares da.; SCARIOT, Aldicir. 2004. Comunidade Arbórea de uma Floresta Estacional Decídua sobre Afloramento Calcário na Bacia do Rio Paranã. **Revista Arvore**, Viçosa-MG, v. 28, n. 1, p. 61-67.

SILVA, Maria Leticia Vasconcelos da; ALVES, Ângelo Giuseppe Chaves; ALMEIDA, Argus Vasconcelos de. 2004. A Zooterapia no Recife (Pernambuco): uma articulação entre as práticas e a história. **Biotemas** 17(1): 95-116.

SILVA, Martiniano J. da. 2003. **Quilombos do Brasil Central: Violência e Resistência Escrava**. 1719-1888. Goiânia: Kelps. 521 p.

SILVA, Suelma Ribeiro et al. 2001. **Guia de Plantas do Cerrado Utilizadas na Chapada dos Veadeiros**. [Coordenação: Suelma R. Silva] – [Brasília]: WWF-Brasil. 132p.

TOLEDO, Victor M. 1990. La Perspectiva Etnoecológica: Cinco Reflexiones Acerca de las “Ciencias Campesinas” sobre la Naturaleza, con especial Referencia a México. **Ciências**, especial 4. 22-29 p.

TOLEDO, Victor M. 1992. What is Ethnoecology? Origins, scope and implications of arising discipline. **Etnoecológica**, 1: 5-21.

TOLEDO, Victor M. 2001. Indigenous Peoples and Biodiversity. In: LEVIN, S. A. (Ed.) **Encyclopedia of Biodiversity**. Vol. 2. San Diego and London: Academic Press. 451-463 p.

UCG. 1982. **Memórias Goianas I**. Goiânia, CENTAURO – Gráfica e Editora. 200p. (mapas, tabelas, etc)

UCG. 1997. **Relatório dos governos da Província de Goyaz de 1861-1863**: relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos etc./ Sociedade Goiana de Cultura, Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. – Goiânia: Ed. UCG, 288 p. (Memórias Goianas; 9)

UCG. 1999. **Relatórios dos governos da Província de Goyaz de 1875-1879**: relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos etc. / Sociedade Goiana de Cultura, Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. – Goiânia: Ed. UCG, 308 p. (Memórias Goianas; 12)

WAGNER, Alfredo. 1999. Os quilombos e as novas etnias. In: LEITÃO, Sérgio (Org.). **Direitos territoriais das comunidades negras rurais**. São Paulo, Doc. ISA nº05. 11-18p.

WORTMANN, Ellen F.; WORTMANN, Klass. 1997. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 192 p.

GLOSSÁRIO

Termos usados por Moradores da Vila do Forte - GO

Arranchar: pousar, fixar residência, se estabelecer num local. Moradores do Forte dizem que os primeiros viajantes que chegaram da Bahia encontram boas condições para viver neste local e aí arrancharam.

“Bandeira de feijão”: termo usado na colheita do feijão, quando os pés são arrancados e enrolados numa touceira, ficando juntos para serem “batidos”. Assim as vagens são soltas da planta. A D. Jove explica: *Faz um molho de feijão e deixa em riba do pau para secar.*

“Bruaca” ou **“buraca”:** sacola de couro usada para armazenar e transportar materiais diversos. Tem o formato quadrado e alças nas laterais para facilitar o transporte em lombos de animais. Muito usada pelos tropeiros.

“Cabeceira de grotá”: rio ou riacho que nasce em uma depressão no terreno.

Cangalha: armação de madeira em que se sustenta e equilibra a carga nos animais de transporte. A carga era levada nas *bruacas*, metade de cada lado da cangalha.

Cargueiros: algo que transporta carga. Podem ser animais ou algum tipo de armação, como uma cangalha. O Sr. Vitezinho explica que o cargueiro *é uma cangalha com as quatro bruaca.*

Cernão: um tipo estrutura de madeira onde os indivíduos que tinham cometido algum desacato ficavam presos pelos tornozelos, sentados no chão sem poder se movimentar. Normalmente feito de aroeira, existia no Forte quando ali havia uma prisão.

“Chapelina”: adorno usado pelas mulheres que participavam da festa da Caçada da Rainha. Feito de palha trançada, podendo ser de buriti (*Mauritia flexuosa* Linn. F. Palmae) ou outra palmeira, e enfeitado com penas de aves como papagaios, araras e emas.

O Sr. Leão comenta: *A chapelina ficava tudo enfeitadinha assim, de diversas cores as peninhas voando...*

“Chibeu”: como são chamadas algumas espécies de pequenos cervídeos que habitam o Vão do Paranã. Outros cervídeos citados por moradores são o *galheiro* e o *mateiro*, de maior porte.

Crueira: são as sobras da mandioca que ficam do seu processamento para o preparo da farinha. Esses pedaços são colocados para secar e transformados na crueira, usada para fazer biscoito e fubá.

Destocar: retirar os tocos de árvores a fim de limpar o terreno para o plantio da roça.

Diquada: nome dado ao sabão artesanal feito de cinzas da roça e do fogão a lenha.

Embonecar: expressão usada para as roças de milho quando estas apresentam as primeiras espigas. Diz-se que *a roça emboneceu*.

Encoivarar: juntar os tocos, galhos, troncos e a vegetação que não queimaram no primeiro fogo da roça para atear fogo novamente.

Garapa: bebida destilada feita da cana-de-açúcar.

Garrancheira: pilhagem dos restos menores da vegetação retirada para o preparo da roça.

Granado: usa-se essa expressão quando as espigas de milho começam a apresentar sementes.

Guataçaba: antigo nome da cidade de Nova Roma.

Maleta: malária

Mel de tanque: um sub-produto da cana-de-açúcar usado para preparar o melado e o açúcar mascavo.

Meli: mel

Moché ou **ururu:** como são chamados localmente os sapos do gênero *Bufo*, ilustrado pela figura abaixo.



Mordomi: Esse termo se refere a colaboração que cada morador teria para a realização das festas religiosas, principalmente a Caçada da Rainha e o São João. Antes das festas era realizado um sorteio de alimentos, utensílios, bebidas, dinheiro e outras coisas necessárias para o preparo das festas. Em pedaços de papel eram anotados os itens, que eram chamados de *mordomi*. Eram sorteados, por exemplo, rolos de cera (cera de abelha para fazer as velas), azeite de mamona (combustível para os candeeiros), ou um boi para servir aos convidados. Nos *mordomis* também eram sorteados os nomes de moradores que seriam o rei, rainha ou o imperador das festas. Os

moradores que faziam promessas doavam alguma quantidade de dinheiro para as festas, nesse caso as doações eram colocadas nos *mordomis*, mas ficavam separadas dos que seriam sorteados. O Sr. Leão explica como aconteciam estes sorteios:

Para saber o rei, o imperador, tudo era no bilhete sorteado. Eles trata tudo mordomi. É esses papelzinho assinado que dobra ali, mistura, e na hora de ler o sujeito vai apanhando e lendo: ‘fulano de tal, mordomi com tanto’. Tudo quanto é coisa saía no mordomi, era dinheiro, era vela, era vaca gorda... Os mordomi dizia tudo de um prêmio, mordomi com a vaca gorda, você tinha que trazer a vaca pra matar aí na festa, pro povo comer. Naquele tempo que a luz era rolo de cera, e azeite fazia de mamona, então os mordomi falava: mordomi com uma garrafa de azeite, tudo saía nos mordomi, mordomi com um quilo de rolo, mordomi com um quilo de cera, tudo havia. Da cera faz o rolo. Tinha um tal de prêmio de dinheiro, dez mil réis naquele tempo, mordomi com cinco mil réis, mordomi com dois mil réis, todo tipo tinha, até de cem mil réis! Às vezes uns tinha devoto que mandava pôr dinheiro, aqueles mordomi que era pegado era os que era mandado pôr, eles não misturava para tirar o sorteio, não. Eles ia preparado, que as vezes era voto que você tinha, não podia misturar nos da sorte.

Planta choca: expressão usada para uma planta não cresce com vigor, normalmente acontece quando é plantada na lua *errada*.

Prosta: próstata.

Revoltosos: são chamados assim os integrantes da Coluna Prestes que passaram pela região na década de 1920, por ocasião da Revolução Liberal. Os moradores mais antigos contam que eles passaram pelo Forte em busca de comida, água e pouso, e aproveitavam a ocasião para saquear gado e galinhas. Moradores contam que eram homens violentos e que possuíam à força o que queriam. A população do Forte procurava se esconder com medo da violência dos revoltosos, temidos saqueadores de cidades e povoados indefesos, que exigiam às vezes dinheiro dos moradores, que eram de maioria pobre e não possuíam bens, exceto alguma criação e roça. As tropas do governo vinham no percalço as coluna, causando mais temor aos habitantes do sertão goiano. O depoimento abaixo, do Sr. Vitezinho, ele relata como foi a passagem da Coluna Prestes pelo Forte:

A era do revoltoso entrou aqui, e veio polícia, tinha fuzil e metralhadora. Veio dois mil revoltosos. O pai do senhor Elói era muito rico, tinha muita fazenda, e começou a vender água para os revoltosos. Eles vieram de Goiás Velho, tudo amontado.

Sale: sal.

Tabatinga: um tipo de “barro” usado na construção de casas.

Tapera: ruínas de antigas casas de fazenda.

Teto: tétano

Urutagua: antigo nome da cidade de Flores de Goiás.

Vargem: uma tipologia êmica de vegetação caracterizada por um vasto campo onde predominam gramíneas nativas. São também locais propícios para a criação de gado. Os moradores mais velhos citam dois tipos de capins naturais para gado que florescem nas vargens: *capim de raiz* e *capim jaraguá*. São também chamadas de vargens as veredas, tipos de vegetação do Cerrado associados com cursos d'água, comuns ao longo dos fundos de vales.

O Sr. Veríssimo cita essa tipologia vegetacional ao relatar a chegada dos primeiros moradores ao Forte:

Isso aqui era uma vargem de mal-me-quer, que é uma fulô que dá na vargem. Ela fica dessa altura, né? Bem amarelinha. Então diz que isso aqui era só vargem! Lindo! Que você enxergava a léguas de distância. Aí como o povo foi arranchando e aí virou hoje do jeito que tá, né?

ANEXOS

Cartas de Alforria (encontradas no Cartório de São João da Aliança):

Lançamento de uma carta de liberdade do Escravo Joana africana passada por seu Senhor Manoel Domingues de Souza e sua mulher Severina Pereira dos Santos.

Dizemos nos abaixo assignadas Manoel Domingues de Souza, e minha mulher Severina Pereira dos Santos, em presença das testemunhas também com [] assignadas que entre os bens que possuímos livres e desembargados e bem assim huma Escrava de nome Joana de nação africana, de idade setenta anos pouco mais ou menos, cuja escrava houvemos por doação do meu pai e sogro João Pereira Porto pai de minha mulher assim a mencionada, ao que lhe passamos a presente carta de liberdade pelo preço e quantia de hum mil reis que recebemos ao favor desta, e poderá gosar de sua liberdade como se nascesse de ventre livre desde hoje para todo sempre, e para firmeza mandamos passar a presente Carta, e declaramos que aformamos por cento e quarenta mil reis, não por sim como assima fica dito. Forte 20 de janeiro de 1862. Manoel Domingues de Souza. [] de Severina Pereira dos Santos. Joaquim Teixeira Guimarães. Com testemunha José Bernardo Rabello, José Pereira Dutra, Paulo Pereira Pinto.

Nada mais si continha na referida carta pois bem e fielmente a copiei do próprio original do que dou fé.

Eu José [] de Araújo. Primeiro Tabelião do Judicial e notas que a escrevi e assigno em publico e [] que uso.

Em teste de verdade.

Lançamento de uma Carta de liberdade do Escravo Manoel passada por seu Senhor Norberto Duarte Silva. Digo eu abaixo assignado Noberto Duarte Silva em presença das testemunhas também comigo que entre os bens assim que possuo livre e desembargado e bem assim hum escravo de nome Manoel de idade oitenta anos pouco mais ou menos, cujo escravo houve por compra que dele fiz a Thimoteo Gomes Rabello ao que lhe passo a presente carta de liberdade pelo preço e quantia de setenta mil reis, que recebi ao fazer desta, e poderá gosar de sua liberdade como se nascesse de ventre livre desde hoje para sempre, e para firmeza passo a presente carta, e declaro que aforro pela mesma quantia já mencionada, não por sim como assima fica dicto. Forte 20 de janeiro de 1862. Norberto Duarte Silva. Como testemunha Joaquim Teixeira Guimarães José Pereira Dutra Paulo Pereira Pinto. Nada mais se continua na referida carta pois bem e fielmente copiei do próprio original do que dou fé. Eu José [] de Araújo. Primeiro Tabelião do Judicial e Notas que escrevi e assigno em público e raso de que uso.

Em teste de verdade.

Villa do Forte, Comarca de Cavalcante, Estado de Goyaz.

Tabela 14. Lista de plantas encontradas na trilha da Serra Geral do Paranã em direção ao Forte: locais onde são encontradas e usos populares. Informações: Anderson Szervinsk.

Espécies	Nome científico Família Botânica	Local: Serra (S), Vale (V), Planície (P)	Parte da Planta /Uso	Observações
Caliandra, mimosa, mimosa-da-flor-vermelha		P		
Sete-folhas		P	Entrecasca: Depurativa para o sangue, bom para o estômago.	Faz uma infusão na água, em vez de tomar água comum toma essa água.
Cabeça-de-negro, araticum, pinha-do-cerrado	<i>Annona crassiflora</i> Mart. Annonaceae	P	Fruto: Consumo in natura, sorvete, doce, suco.	
Sucupira-branca	<i>Pterodon emarginatus</i> Vog. Leguminosae		Semente. Usada para problema de garganta, dor, inflamação.	
Jatobá-do-cerrado	<i>Hymenaea stigonocarpa</i> Mart. ex Hayne Leguminosae	P	Fruto: sorvete, bolo, Semente: rtesanato, farinha de jatobá. “Vinho” (seiva): “O melhor energético natural que existe”.	*liquido vinoso extraído do tronco: propriedades reconstituintes e tônicas (Almeida <i>et al.</i> , 1998). Fura a madeira e tira o “vinho” do jatobá, usada pelos triatletas como energético.
Barbatimão	<i>Stryphnodendro barbadetimam</i> (Vell.) Forrero Leguminosae	P	Casca: É um poderosíssimo cicatrizante.	É usada como “pedra-uma”. As mulheres de antigamente, que tinham muitos filhos, lavavam a vagina com o barbatimão para recuperar a flexibilidade.
Pequi	<i>Caryocar brasiliense</i> Camb. Caryocaraceae	S		
Chapéu-de-couro		S		
Cotó-cotó, bate-caixa		S		
Marmelada-do-cerrado, marmelada-de-lobo		S		
massambé		S	Casca: cicatrizante	É a maior árvore descendo a serra, tirando o jatobá e o copaíba “lá em cima”, é a maior árvore da trilha.
Bromélia		S		
Murici		S	Fruto: sorvete, suco, doce	
Embaúba		S		
Enxerto-de-		S		

passarinho				
Oé (?) (Palmeira)		S	“Palha” (folha): Usada para construção Caule: Usado como palmito amargo	
Estrela-da-natureza		S		Da família da mandioca
Aroeirinha		S	Depurativo para o sangue	
Pata-de-vaca		S	Para os rins	
Lixeira	<i>Curatella americana</i> Linn. Dilleniaceae	S	Folha: os índios antigamente usavam para lixar madeira, as vasilhas.	
Jenipapo-do-cerrado	<i>Tocoyena formosa</i> K. Schum. Rubiaceae	S/V	Madeira: Usada para fazer chão e cerca	
Carvoeiro	<i>Sclerolobium paniculatum</i> var. <i>subvelutinum</i> Vog. Leguminosae	S	Madeira: Muito resistente, usada para fazer cerca.	É uma das árvores que é a primeira a sair quando o solo está degradado, mas sem uso.
Mangaba	<i>Hancornia speciosa</i> Gomez Apocynaceae	S (aprox. 150, 200 metros de descida)	Látex: Fazer borracha Fruto: Sorvete, geléias, licores	
Pau-terrinha, paviflora		S		
Tingui	<i>Magonia pubescens</i> A. St. Hil. Sapindaceae	S	Semente: Sabão.	
Pacari		S	Semente: Artesanato Entre-casca: Cicatrizante	usada muito para cicatrização de animais.
Gonçalinho		S	Madeira: Boa para chão, para fazer cerca.	“Primo” da aroeira.
Capim-gordura		S		
Taboca		S	Usada para fazer abanos, peneira.	A onça fica muito no meio delas para poder pegar as presas.
Ibisco		S		
Jacarandá	Leguminosae	S	Madeira: Fazer móveis.	
Aroeira	<i>Myracrodrum urundeuva</i> (Engler) Fr. Allem. Anacardiaceae	S	Cicatrizante, antibiótico.	
Jacaré		S	Madeira: Fazer móveis, para chão.	
Marmelada-de-cachorro				
Jatobá da folha miúda, jatobá de mata		V	Usado como energético, substitui o “gatorede”.	
Favela, fava-d’anta		V	Semente: Usada como anticoncepcional.	Coleta a semente e vende para o Maranhão, de lá exporta para a

				Suíça para fazer anticoncepcional
Ipê	Bignoniaceae	V		
Gameleira		V		
Emburana		V	Boa para bronquite, gripe, pneumonia.	
Copaíba, pau-d'óleo	<i>Copaifera</i> sp Leguminosae	V		A maior árvore da trilha
Mutamba	<i>Guazuma ulmifolia</i> Lamb. Sterculiaceae	V	Casca: Antigamente era usada para clarear rapadura. Entrecasca: È usada para “embira”, para amarrar as casas de palha.	O nome popular pode ser “embira” (Almeida <i>et al.</i> , 1998).
Timbó		V		Os índios jogavam na água, acaba o oxigênio dos peixes que bóiam, aí pesca com a mão.
Olho-de-boi		V		
Baru	<i>Dipteryx alata</i> Vog. Leguminosae	V		O baru verde tem uma toxina, se comer muito passa mal.
Mimosa-da-flor-branca		V		
Pau-santo	<i>Kielmeyera coriacea</i> (Spr.) Mart. Guttiferae	V	Semente: Usada para artesanato, brinco, cola	

Tabela 15. Plantas medicinais do Forte e seus respectivos usos.

PLANTAS	USOS	COMENTÁRIOS
Erva-de-bicho	Hemorroidas	Dá em rêgo d'água
Varize		A folha arde, os bichos não comem.
Sete-folha	Rim, inflamação, próstata.	
Transsagem	Próstata	
Quitoque	Estomago	
Artemísio goiano		
Artemísio baiano		
Milona (branca e preta)	Machucados	Para “machucão”, batitas. Usa a raiz.
Gengibre		
Afavaca	Tempero Olhos	Tempero de carne, chá. Usa para tirar cisco do olho.
Mastruz	Para “machucão”	
Hortelã-pimenta		
Poejo		
Balsamo		
Manjerona		
Favela	Remédio veterinário. Fígado	A casca é boa para o fígado.
Cagaita	Pressão Alta	Toma-se o chá da folha. Baixa a pressão.
Fruta-de-cera, burro-lelé	Antibiótico, “curativo de infecção”	

Imburana		
Pau-ferro		
Tipi		
Puxa-puxa (mama-cadela)	Antibiótico.	Usa para curar “pereba”. Usa-se a casca.
Mangaba	Depurativo	Bebe-se o “leite” (látex). Usa-se também a raiz.
Velame		
Japecanga		
garapiá	Corta febre de gripe	
Raiz de sapé		
Capim-reis		
Capim-açu		
Tiú	Febre, picada de cobra, derrame.	Ele dá uma “batata”, que se coloca para secar. Não pode tomar na “friagem”.
Quina		
Sucupira		
Batata-maruleite	Verme	Para ensaiar a lombriga, e ela morrer. Mata até solitária.
Mamona		
Braúna		Usa-se a resina.
Ipê-roxo		
Babosa		
Jenipapo		
Sete-sangria		
Papaconha		
Pacari	Fígado	Seca a folha e usa. Bom também para “sasar ferida”.
Ameixa		
Negra-mina	Gripe	A folha é “tiro-e-queda” para a gripe
Moreira	Dente	A madeira é de lei, usa-se também para tirar dente.

Moradores que forneceram estes dados: D. Jove, Sr. Leão, Sr. Felo e Sr. Leoni.

USOS PARA AS FRUTAS E OUTROS ITENS CULTIVADOS NOS QUINTAIS DO FORTE – SUGETÕES PARA UMA EXPLORACAO SUSTENTÁVEL

Fruta-Pão

Alimentação: Sorvete, Bolo, Pedaçõs Fritos, Ensopado, Torta Salgada, Doce, Farinha de Fruta-pão, pode compor o pão caseiro (quando misturada à farinha de trigo)

Artesanato: Cordas e Esteiras: Preparadas com as fibras liberadas dos ramos novos macerados.

Construção: Madeira: Forros, portas, instrumentos musicais, marcenaria; Pólvora: com o carvão.

Exudação: látex, fabricação de colas, calafetar embarcações (com associações de fibras)

Medicinal:

Raiz: antidiarreica, Reumatismo, Beribéri, Entorpecimento de pernas dos humanos.

Flores novas: emolientes a base de conserva acidula, alimentação.
Polpa (feita como uma pasta quente): supurativo para tumores de furúnculos.
Sementes: Tônico para o estomago e rins.
Látex: usado como cicatrizantes de feridas.

Vinagreira:

Alimentação: chá, cozida e preparada com arroz e peixe.

Vinagreira Roxa:

Alimentação: geléia, licores.

Laranja-da-terra:

Alimentação: doces, compotas.

Medicinal: a casca pode ser usada como remédio.

Jabuticaba:

Alimentação: doces, licor, sorvete.

Jiló:

Alimentação: conserva temperada.

Açafrão:

Alimentação: tempero moído.

Cacau:

Alimentação: sorvete, compota, chocolate artesanal (feito com as sementes).

Baru:

Alimentação: castanha cozida, sorvete, bolo, pão, farinha.

Pequi:

Alimentação: óleo, conserva com pimenta, sorvete.

Pimentas em Geral:

Alimentação: consumo dos frutos secos, conservas.

Pimenta-João-Barandi:

Alimentação: Sementes secas usadas como tempero, conserva com outras pimentas.

Manga:

Alimentação: conserva, polpa, doce, sorvete.

Acerola:

Alimentação: sorvete, polpa.

Condessa:

Alimentação: bolos, sorvete.

Ameixa:

Alimentação: conserva ou seca.

Medicinal: laxante.

Jaca:

Alimentação: doces.

Bananas:

Alimentação: doces, geléias, sorvete, bolo, frita ou seca.

Jenipapo:

Alimentação: sucos, licor, polpa, doce cristalizado, doce em calda.

Caju:

Alimentação: licor, doces cristalizado e em calda.

Tamarindo:

Alimentação: polpa, licor, sorvete.

Jatobá:

Alimentação: sorvete.

Medicinal: a resina é cicatrizante.